

CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
HABILITAÇÃO JORNALISMO

Naiara Beatriz Silveira

**O FEMINISMO NO JORNALISMO SOB A ÓTICA DAS MULHERES:
UMA ANÁLISE DA REVISTA AZMINA**

Santa Cruz do Sul
2018

Naiara Beatriz Silveira

**O FEMINISMO NO JORNALISMO SOB A ÓTICA DAS MULHERES:
UMA ANÁLISE DA REVISTA AZMINA**

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Comunicação Social da Universidade de Santa Cruz do Sul para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Cristiane Lindemann.

Santa Cruz do Sul
2018

Naiara Beatriz Silveira

O FEMINISMO NO JORNALISMO SOB A ÓTICA DAS MULHERES:
UMA ANÁLISE DA REVISTA AZMINA

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo, da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo.

Dr^a Cristiane Lindemann

Professora orientadora - Unisc

Dr^a Patrícia Regina Schuster

Professora examinadora - Unisc

Dr^a Grazielle Betina Brandt

Professora examinadora - Unisc

Santa Cruz do Sul

2018

RESUMO

A presente monografia aborda a união entre o feminismo e o jornalismo com o objetivo principal de compreender como a revista AzMina produz a harmonia entre os temas. No decorrer dos capítulos teóricos, são abordados os conceitos de jornalismo e seu papel social, além de discorrer sobre a prática digital, alternativa e independente, relacionada, ainda, com financiamentos coletivos. São trabalhadas também quatro vertentes feministas e uma perspectiva que une as demais linhas teóricas, apresentando, em seguida, os discursos midiáticos do movimento social e as formas de colocar as mulheres no centro do trabalho jornalístico. Como metodologias de pesquisa, foram utilizadas a entrevista semiestruturada e a análise de conteúdo. Os dados obtidos através dos métodos são apresentados e discutidos na análise. Com base nos aspectos teóricos e na investigação acerca do tema, concluiu-se que a união do feminismo e do jornalismo é uma das ferramentas para desenvolvimento de uma sociedade ligada à equidade. A confluência entre os temas, portanto, resulta em um espaço de voz às mulheres.

Palavras-chave: feminismo; jornalismo; mulheres; reportagem; revista AzMina.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Página principal da AzMina	52
Figura 2 – Sessão “Reportagens”	53
Figura 3 – Sessão “Opinião”	53
Figura 4 - Página da AzMina no site Benfeitoria	58
Figura 5 – Reportagem 1	61
Figura 6 – Reportagem 2	62
Figura 7 – Reportagem 3	63
Figura 8 – Reportagem 4	64
Figura 9 – Reportagem 5	65
Figura 10 – Reportagem 6	67
Figura 11 – Gráfico 1 Reportagem 1	68
Figura 12 – Gráfico 2 Reportagem 1	68
Figura 13 – Gráfico 3 Reportagem 1	69
Figura 14 – Gráfico 4 Reportagem 1	69
Figura 15 – Gráfico 1 Reportagem 2	69
Figura 16 – Gráfico 2 Reportagem 2	69
Figura 17 – Gráfico 3 Reportagem 2	69
Figura 18 – Gráfico 4 Reportagem 2	69
Figura 19 – Gráfico 1 Reportagem 3	70
Figura 20 – Gráfico 2 Reportagem 3	70
Figura 21 – Gráfico 3 Reportagem 3	70
Figura 22 – Gráfico 4 Reportagem 3	70
Figura 23 – Gráfico 1 Reportagem 4	71
Figura 24 – Gráfico 2 Reportagem 4	71
Figura 25 – Gráfico 3 Reportagem 4	71
Figura 26 – Gráfico 4 Reportagem 4	71
Figura 27 – Gráfico 1 Reportagem 5	72

Figura 28 – Gráfico 2 Reportagem 5	72
Figura 29 – Gráfico 3 Reportagem 5	72
Figura 30 – Gráfico 4 Reportagem 5	72
Figura 31 – Gráfico 1 Reportagem 6	72
Figura 32 – Gráfico 2 Reportagem 6	72
Figura 33 – Gráfico 3 Reportagem 6	73
Figura 34 – Gráfico 4 Reportagem 6	73
Figura 35 – Gráfico 1 Geral	73
Figura 36 – Gráfico 2 Geral	73
Figura 37 – Gráfico 3 Geral	74
Figura 38 – Gráfico 4 Geral	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Presença de termos nas reportagens analisadas	75
Tabela 2 – Presença de alguma questão relacionada às vertentes	76

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 JORNALISMO COMO TRANSFORMADOR SOCIAL	12
2.1 Jornalismo digital	16
2.2 Jornalismo alternativo	18
2.2.1 Jornalismo independente	21
2.2.2 Financiamento coletivo	22
3 FEMINISMO E PROTAGONISMO DAS MULHERES	24
3.1 Vertentes feministas	29
3.1.1 Feminismo marxista	31
3.1.2 Feminismo radical	34
3.1.3 Feminismo negro	36
3.1.4 Feminismo lésbico	39
3.1.5 Perspectiva interseccional	42
3.2 Discursos midiáticos do movimento social	43
3.3 A mulher no centro do discurso jornalístico	47
4 METODOLOGIA	49
4.1 A Revista AzMina	50
4.2 Entrevista semiestruturada	54
4.3 Análise de conteúdo	55
5 MULHERES EM FOCO: ANÁLISE DE DADOS	58
5.1 Os objetos de pesquisa e processos produtivos	59
5.1.1 Reportagem 1: #HomãodaPorra: elogio ajuda ou atrapalha o feminismo?.	60
5.1.2 Reportagem 2: Ceder ou desistir: como o mercado está transformando profissionais em donas de casa	61
5.1.3 Reportagem 3: Laranjas profissionais? Com zero votos em eleições anteriores, elas são candidatas em 2018	62

5.1.4 Reportagem 4: Ideologia de gênero: entenda o assunto e o que está por trás	64
5.1.5 Reportagem 5: Como evitar ingredientes que podem prejudicar seu corpo e o meio-ambiente	65
5.1.6 Reportagem 6: Depilação: Existe machismo em cada pelo que arrancamos?	66
5.2 O mapa das fontes	68
5.2.1 Compreensão geral acerca dos dados	73
5.3 Reconhecimento de vertentes feministas	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	81
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista Helena Bertho	87
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista Carolina Oms	88
ANEXO 1 – Reportagem 1	89
ANEXO 2 – Reportagem 2	90
ANEXO 3 – Reportagem 3	91
ANEXO 4 – Reportagem 4	92
ANEXO 5 – Reportagem 5	93
ANEXO 6 – Reportagem 6	94

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, o feminismo é um movimento social de grande destaque, mas principalmente nas últimas décadas voltou a ser pauta de discussões em diversos meios da sociedade, como escolas, residências e até religiões. Com o objetivo de dar voz coletiva a diversas reivindicações femininas, o feminismo tem enfrentado conceitos e domínios, dando novos significados para elementos cotidianos, como trabalho doméstico e emprego (BRAH, 2006).

E este novo significado, bem como a luta feminina por seus lugares de fala, ganhou espaço também no discurso jornalístico. Ao tratar sobre os movimentos sociais, o jornalismo cumpre seu papel de abordar “[...] questões úteis e problemáticas socialmente relevantes” (SOUSA, 2005, p. 13). Considerando-se esta função do jornalismo, é aceitável dizer que, para ser socialmente relevante, o conteúdo precisa ter relação com a comunidade em que se insere. Nesta perspectiva, tratar temas feministas jornalisticamente é uma plausível segmentação profissional.

Apesar das revistas que têm como público-alvo as mulheres terem tido início de forma diferente da atual, “feitas e escritas por homens” (SCALZO, 2003, p.33), este meio de comunicação passou por diversas modificações e evoluções ao longo dos anos. Conforme Scalzo (2003, p. 34), as primeiras representações do jornalismo de revista que tratam de assuntos relacionados ao machismo e aos direitos das mulheres, aconteceram a partir de 1963, com a jornalista e psicóloga Carmen da Silva, colunista da revista *Claudia*¹. “Sua coluna, ‘A Arte de Ser Mulher’, quebrou tabus e aproximou-se de forma inédita das mulheres, tratando temas até então intocáveis, como a solidão, o machismo, o trabalho feminino, a alienação das mulheres, seus problemas sexuais.” (SCALZO, 2003, p.34).

Contemporaneamente, apesar de ser pauta de reportagens nos veículos de comunicação hegemônicos, o feminismo não assume destaque nas produções. Sob esta visão, considerando-se também a relevância social do jornalismo enquanto mediador de conhecimento, entende-se a presença da discussão feminista como relevante dentro da profissão. Por serem pouco explorados dentro das mídias ditas tradicionais², os debates do movimento social feminista encontraram voz, principalmente – mas não exclusivamente –, em instituições digitais e alternativas.

¹ Revista *Claudia*, da Editora Abril, tem 55 anos de existência, periodicidade mensal, com tiragem atual de 370.000. Dados extraídos de: <<http://publiabril.abril.com.br/marcas/claudia/plataformas/revista-imprensa>> Acesso em: 23 abr. 2018.

² Tema será debatido e conceituado no Capítulo 2, “Jornalismo como transformador social”.

Um destes exemplos é representado pela revista AzMina, que se autointitula como “uma instituição sem fins lucrativos cujo objetivo é combater os diversos tipos de violência que atingem mulheres brasileiras” (AZMINA, 2018, online). Sendo um destes meios alternativos, assume o papel de ser o lugar de fala do movimento social feminista.

Criada em 2015, a revista digital destaca-se por produzir jornalismo investigativo, colunas, materiais culturais e afins, com uma equipe formada somente por mulheres. Ao contrário das primeiras produções de revista no mundo, o material pode ser considerado “de mulheres para mulheres”. Há, portanto, uma construção jornalística segmentada neste sentido. Neste cenário, a questão que mobiliza a pesquisa aqui proposta é: de que forma a Revista AzMina une a perspectiva feminista e o trabalho jornalístico para contar histórias e colocar as mulheres em foco?

Com base no histórico social do feminismo, entende-se que a narrativa jornalística que aborda as discussões acerca do movimento é de grande relevância para a sociedade, trazendo luz para temas, muitas vezes, obscuros. Tendo como referência o conceito de Sousa (2005, p. 13), de que “O jornalismo deve ser comunicação útil”, compreende-se a importância da prática jornalística para as comunidades como um todo, visando oferecer ao público informações para que possam interpretar e estabelecer uma visão crítica acerca dos temas em pauta.

Como ressalta Sousa (2002, p. 119), citado por Ramos (2015, p. 116), “as notícias, ao surgirem no tecido social por ação dos meios jornalísticos, participam da realidade social existente, configuram referentes coletivos e geram determinados processos modificadores dessa realidade”. O jornalismo, desta forma, é ator e assume a função de modificador social. Sob esta visão, entende-se que a revista digital AzMina age como transformador, em especial porque exerce o jornalismo dito “independente”.

Sob esta linha de pensamento, a própria revista afirma que no periódico “[...] há **jornalismo investigativo** acessível, de qualidade e sem rabo preso com anunciantes. Somos uma equipe diversa apaixonada por este projeto e dedicada a usar o jornalismo e a educação para ajudar a melhorar o mundo, principalmente para nós, mulheres!” (AZMINA, 2018, online, grifo próprio).

Tendo como base estas considerações, a análise da revista AzMina irá concentrar-se nas percepções jornalísticas sobre a construção das pautas e em como o periódico trabalha os conceitos feministas em suas produções. Opta-se pelo estudo da AzMina por sua grande abrangência, sendo digital e circulando, desta forma, por todo o País. Além disso, é considerada sua identificação como meio de comunicação feminista, sendo um dos poucos

veículos a fazer isto de forma assumida. Esta forma de posicionamento é instigante, levando aos questionamentos sobre os meios de produzir reportagens e colocar as mulheres – seu alvo – em destaque.

A presente pesquisa se torna importante porque analisa a construção da identidade feminista a partir do jornalismo. A discussão do posicionamento da revista como parte do movimento social e, conseqüentemente, a influência que exerce sobre seu público é relevante considerando a crescente onda de debates sobre as diferentes faces do movimento.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo geral compreender como a Revista AzMina aborda o movimento social feminista sob a ótica de mulheres diversas. Já como objetivos específicos, são elencados: analisar conteúdos da Revista AzMina para diagnosticar em qual vertente feminista é possível enquadrar a instituição; identificar os processos produtivos desenvolvidos na redação da AzMina a partir das reportagens escolhidas como objeto empírico; e mapear as fontes que aparecem nas reportagens selecionadas e verificar seu papel na narrativa jornalística.

Para sustentar a pesquisa e contemplar tais objetivos, organizou-se a construção do referencial teórico, que ficou assim dividido: no capítulo 2, são discutidos os conceitos de jornalismo digital, alternativo e independente, além de explanação sobre financiamentos coletivos e as aplicações do jornalismo como transformador social. No capítulo seguinte, o foco é o feminismo como movimento social e o protagonismo das mulheres. Na pesquisa, são apresentadas quatro vertentes feministas, além de uma perspectiva que as une. Ainda são tratados os discursos midiáticos do movimento social e o protagonismo das mulheres na narrativa jornalística.

A metodologia é apresentada no capítulo 4, consistindo da conceituação de entrevista e análise de conteúdo, bem como apresentação do objeto de pesquisa: a revista AzMina. Na sequência é apresentada a análise dos dados coletados e, por último, as considerações finais.

2 O JORNALISMO COMO TRANSFORMADOR SOCIAL

O jornalismo, em essência, tem como função levar informação às pessoas. Contudo, é complexo estabelecer uma definição única e completa para este campo de trabalho, pois os veículos de comunicação³ assumem diversos papéis, em diferentes frentes. Para Sousa (2005, p. 15), o jornalismo é “[...] uma modalidade de comunicação social rica e diversificada”. Nesse sentido, aponta o autor, “Não há um jornalismo. Há ‘vários’ jornalismos, porque também há vários órgãos jornalísticos, vários jornalistas, várias pessoas que podem ser equiparadas a jornalistas, vários contextos em que se faz jornalismo.” (SOUSA, 2005, p. 15). Sob a mesma ótica, Pereira, Moura e Adghirni (2012, p. 9) consideram

[...] o jornalismo como um espaço constantemente reconstruído. Historicamente, a palavra “jornalismo” tem sido utilizada para descrever práticas distintas, definidas a partir de relações específicas estabelecidas com a sociedade. As diferentes formas de apropriação dessa prática em contextos locais e nacionais nos autorizam acreditar na existência de vários “jornalismos”, que convivem e interagem com os espaços sociais nos quais estão imersos.

É justamente esta percepção, de diversos “jornalismos” que põe em pauta a pluralidade da profissão – e, é claro, dos profissionais. Serão os jornalistas parte da concepção dos fatos ou apenas relatores dos instantes? Conforme Traquina (2007, p. 14), “[...] os jornalistas são participantes activos na definição e na construção de notícias, e, por consequência, na construção da realidade”. Da mesma forma,

[...] o jornalismo deve ser considerado como um *mecanismo de construção social da realidade*. O relato noticioso (o discurso ou a narrativa jornalística) construído a partir de interações sociais participa, por sua vez, da constituição de horizontes de referência sobre o mundo, provocando efeitos de realidade. (PEREIRA; MOURA; ADGHIRNI, 2012, p. 10, grifo dos autores).

A intensa e efetiva participação do jornalismo na sociedade, bem como dos profissionais, reafirma a tendência histórica dos cidadãos de consumir produtos noticiosos. “Precisamos de notícias para viver nossas vidas, para nos proteger, para nos ligarmos uns aos outros, identificar amigos e inimigos. O jornalismo é simplesmente o sistema criado pelas sociedades para fornecer essas notícias.” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 18). Então, concluem os autores, “Já que as notícias são o material que as pessoas usam para aprender e pensar sobre o mundo além de seus próprios mundinhos, o mais importante é que essa informação seja boa e confiável.” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 61).

³ Os veículos de comunicação como um todo oferecem aos cidadãos conteúdos diversos, com cunho informativo, opinativo e de entretenimento, por exemplo. É importante ressaltar, no entanto, que o presente trabalho, especificamente, se debruça sobre um veículo predominantemente informativo (a revista AzMina).

Mas, como atingir este patamar de confiabilidade? Apesar de historicamente construída, pode-se afirmar que há um abalo na relação entre o jornalismo e a sociedade, principalmente no século XXI. De acordo com Traquina (2007, p. 18), “Poucas profissões e poucos profissionais têm sido objeto de tanto escrutínio intensivo e tanta crítica escaldante quanto o jornalismo e os jornalistas.” Apesar da afirmação, o jornalismo pode ser definido como

[...] indispensável para o presente e o futuro da humanidade. E se a humanidade é também um valor a ser defendido, é preciso reconhecer no jornalismo – *potencialmente* – uma forma de reconstrução diária do movimento humano para si mesmo, no qual os homens se tornam não somente reflexo, mas também projeção. O *jornalismo* não é só moralmente defensável. Ele é *moralmente imprescindível*. Ou seja, em sua potencialidade, o *jornalismo* é a forma pela qual as pessoas vão se apropriando cotidianamente de seu movimento no interior da humanidade e, desta, em sua autoprodução diária. E extraem daí sensibilidade, movimento, opinião, *intervenção* diante dos enormes e complexos conflitos irresolvidos pelo gênero humano. (KARAM, 1997, p. 38-39, grifo do autor).

Partindo desta construção, da extração de significados, é possível afirmar que o jornalismo é uma prática social. Ela é, portanto, regida pelas condições que cercam a profissão no decorrer da história, sejam elas sociais, propriamente históricas e tecnológicas – conceitos que explicam a produção (PEREIRA; MOURA; ADGHIRNI, 2012). “O fato é que o jornalismo está no mundo e veio para ficar, em suas diferenciadas e, em alguns casos, discutíveis formas. E não há nada que aponte seu fim, a não ser a possibilidade de extinção do próprio gênero humano” (KARAM, 1997, p. 37).

Considerando ainda os “vários jornalismo”, compreendidos pelos autores, entende-se que a atividade profissional tem ampla abrangência de temas, além de múltiplas maneiras de produção. Estas também são, conseqüentemente, alvo de críticas, principalmente pelo fato da atividade profissional muitas vezes não conseguir ser plural.

O problema, a rigor, não é do jornalismo como gênero e consecução. É mais da forma, do conceito de fato jornalístico, da pauta, da seleção e hierarquização dos fatos e de suas fontes, das distintas visões sociais/ideológicas e da concentração da propriedade dos meios, que **impede a pluralidade capaz de refletir a complexidade e diversidade dos acontecimentos que se efetivam diariamente**. (KARAM, 1997, p. 40, grifo nosso).

Independentemente das distintas formas de produção e da forma como são usadas, as pluralidades profissionais dos jornalistas terão que trabalhar com as pessoas, instituições ou documentos consultados para a obtenção de conhecimentos: as fontes. “O uso de fontes é o primeiro modo de agregar valor de ‘veracidade’ e ‘neutralidade às notícias’.” (VEIGA, 2010, p. 39). Historicamente, a técnica de entrevista foi cada vez mais requisitada pelos repórteres.

A prática se difundiu durante a cobertura da Guerra Civil norte-americana, entre 1861 e 1865, bem como a intensificação da presença do repórter e da utilização de novas técnicas, como a descrição de cenários (TRAQUINA, 2007). “A técnica da entrevista foi utilizada pela primeira vez (na década de 30 do século XIX) por um dos primeiros jornais da nova penny press⁴, The New York Herald, na reportagem sobre um crime ocorrido num bordel, com uma entrevista à proprietária.” (TRAQUINA, 2007, p. 43).

A confiabilidade dos produtos jornalísticos, concedida também – e arrisca-se dizer em grande parte –, pelo uso de entrevistas, é, portanto, ponto importante para a produção de reportagens (VEIGA, 2010). Neste contexto, tanto a escolha das fontes quanto as demais técnicas de apuração e construção de conteúdo fazem parte de um complexo processo de criação.

A produção de notícias [...] é um processo rico na arte de buscar e gerar significados. Envolve uma gama de valores sociais agregados em cada etapa de sua constituição, passando pela formulação da linguagem - textual, imagética e lúdica - até sua circulação, que acontece didaticamente. Esse processo é possível porque envolve um universo simbólico partilhado, e não é produzindo de forma maniqueísta, muito menos por uma instância abstrata: envolve pessoas, sensações e significações, ideologias, gostos e visões de mundo. (VEIGA, 2010, p. 41).

O ponto de partida, além da busca pelos significados citada por Veiga (2010), pode ser o posicionamento dos profissionais, como explica a autora:

O papel do jornalista no processo de criação das notícias e, concomitantemente, na construção de realidades é, portanto, fundamental para a compreensão dos valores circulantes em uma sociedade e, mais do que isso, permeia a formação de uma normatividade. O que “significa” o real para esses profissionais será, então, norteador do que é produzido e veiculado como “verdade” nos meios de comunicação. (VEIGA, 2010, p. 42)

Passa por esta discussão a análise, ainda, da formação da identidade do jornalista. Para Adghirni (2012, p. 76), a cultura identitária do profissional foi criada sob conceitos reais e mitológicos, sendo ressaltados os de

Super-homem (super poderes para salvar a sociedade dos perigos) defensor da liberdade e da democracia (caso Watergate nos Estados Unidos⁵, caso Collor no

⁴ Silva (2013, p. 12), explica o termo: “Penny, partícula da moeda inglesa. Penny press, imprensa de centavos. Os jornais do gênero custavam exatamente dois centavos de dólares.”

⁵ “O escândalo de Watergate, um roubo contra a sede do partido democrata no hotel que deu nome ao caso e desatou a queda do governo do presidente Richard Nixon, é sem dúvida a mais grave crise política dos Estados Unidos [...]. Os dois então jovens repórteres do The Washington Post, Bob Woodward e Carl Bernstein, que investigaram o caso, se tornaram lendas do jornalismo americano, não só pelo trabalho que lhes deu prêmios como também pela adaptação de Hollywood para seu livro sobre Watergate, Todos os Homens do Presidente.” (BBC, 2012, ONLINE).

Brasil⁶), espírito escoteiro (“sempre alerta”), profissional abnegado (sem horário fixo, jornadas intermináveis), a serviço do interesse público (rouba documentos se necessário para denunciar os corruptos etc.).

Entretanto, afirma a autora, “a roupa de super-homem não serve mais no jornalista de hoje. Ele prefere vestir a fantasia da circunstância que lhe permite sobreviver profissionalmente, qualquer que seja o espaço de atuação, no setor público ou privado.” (ADGHIRNI, 2012, p. 76). Sob esta perspectiva, a autora ainda explica:

Extravasar fronteiras, diluir marcas num espaço híbrido entre a informação e a comunicação, despedir-se do *glamour* e recuperar a legitimidade de uma identidade flutuante entre o que foi e o que será, talvez sejam estes os principais desafios para o jornalista do século 21, chamado a reinventar seu lugar no jornalismo como invenção permanente. (ADGHIRNI, 2012, p. 77, grifo da autora).

Parte destes desafios do século XXI dizem respeito à chegada e ascensão da internet e de avançadas formas de tecnologia, que se renovam a cada dia e interferem tanto na produção de conteúdo jornalístico, quanto na circulação e nas formas de consumo. Conforme Adghirni (2012, p. 69),

A informatização das redações contribuiu para que os jornalistas assumissem tarefas antes reservadas a técnicos. A emergência de um “jornalismo sentado” (trabalho limitado ao tratamento de notícias de agências e consultas aos sites diretamente na fonte das instituições), o uso do telefone e da internet, sem precisar sair da redação, foi determinante para reduzir a autonomia dos jornalistas diante das fontes. Diluem-se as fronteiras clássicas entre as funções de fonte e redator.

Esta diluição de atividades, oriunda da chegada das tecnologias digitais nas redações, trouxe diversas mudanças no dia a dia dos jornalistas, principalmente em suas rotinas. Uma das grandes alterações, por exemplo, foi a necessidade de adaptação rápida, na troca de folhas de papel para a memória virtual de uma máquina (SOSTER, 2009). Este foi, no entanto, somente o ponto de partida para o desenvolvimento do jornalismo digital que conhecemos hoje.

⁶ “O processo que culminou com a renúncia do presidente Fernando Collor de Mello, em 29 de dezembro de 1992, foi resultado de meses de investigação parlamentar provocada por denúncias de corrupção divulgadas pela imprensa.” (SUPER INTERESSANTE, 2013, ONLINE).

2.1 Jornalismo digital

O pontapé inicial para o desenvolvimento do jornalismo digital⁷ no Brasil se deu na década de 1980, quando a internet passou a ser utilizada no meio jornalístico. Ao chegar nas redações, os equipamentos e processos tecnológicos encontraram resistência entre os profissionais mais antigos (ADGHIRNI, 2012). Com o passar do tempo, a própria redação mudou em função da convergência de mídias e da utilização, cada vez maior, dos recursos ligados à internet e às tecnologias digitais de comunicação e informação.

[...] as máquinas interferiram, em um primeiro momento, especificamente na rotina produtiva dos jornalistas. A matéria jornalística, que até então necessitava de pelo menos dois dispositivos para ser materializada, - uma máquina (analógica) de escrever e uma folha de papel -, a partir de então passou a ser feita diretamente na tela de um computador. Com isso, tem-se uma primeira alteração de ordem processual, que possui inferências culturais, cognitivas e técnicas as mais diversas. (SOSTER, 2009, p. 46).

Entretanto, conforme Adghirni (2012, p. 73, grifo da autora), para entender como as empresas jornalísticas mudaram tão rapidamente estas rotinas e se adaptaram à internet e às publicações em tempo real, é preciso compreender outra mudança ocorrida no mesmo período: “Foram nos anos 1980 que os jornais adotaram o termo *informação* no lugar de *notícia*.” As datas, desta forma, entre o início da convergência entre jornalismo e internet e desta troca de nomenclaturas, coincidem.

É interessante também perceber o impacto da transição das empresas para a era digital. A transformação do sentido comercial das empresas jornalísticas, juntamente com a troca dos termos acima explicados, trouxe novas formas de se fazer jornalismo. Economicamente, foi necessária a adaptação dos grupos de comunicação à nova fase jornalística. Houve, assim, uma quebra de paradoxo: o que era, até então, tradicional, precisou ser reinventado. Apostou-se, a partir disto, nas agências de notícias e no curto tempo como fatores determinantes para a “qualidade⁸”.

[...] a empresa jornalística tinha que se transformar em usina de informação, disseminando uma gama diversificada de produtos destinados a diversos públicos e diversos objetivos. Aproveitavam da credibilidade que já tinham granjeado junto ao público como fornecedores confiáveis de notícias além do *know-how* que possuíam em buscar, tratar e disseminar a informação. (ADGHIRNI, 2012, p. 73-74, grifo da autora).

⁷ Dentre as diversas nomenclaturas disponíveis para o jornalismo praticado na internet – jornalismo eletrônico, online, ciberjornalismo, webjornalismo –, optou-se, neste trabalho, pela utilização do termo “jornalismo digital”, apenas para uniformização da redação.

⁸ Qualidade, neste sentido, diz respeito ao antigo “furo jornalístico”. Melhor é o jornal que conseguir publicar antes, mesmo que um curto texto, pois a velocidade é o centro da questão. (PEREIRA; MOURA; ADGHIRNI, 2012).

Outro exemplo desta mudança, na transição entre as eras analógica e digital, se dá na forma de acompanhamento dos conteúdos, tanto por parte dos leitores como por parte da concorrência.

Uma hiperconcorrência que pode se ressentir concretamente pela divulgação do número de visitantes e de leitores dos artigos submetidos à lógica da audiência: notícias em tempo real, matérias mais lidas, mais comentadas e melhor avaliadas pelos leitores. Os jornalistas devem estar preparados para trabalhar com estas formas de pressão. (ADGHIRNI, 2012, p. 67).

Os leitores, inclusive, passam a observar que a informação não está mais presa ao papel – e aos intervalos de 24 horas entre uma edição e outra –, ela circula em múltiplos suportes de forma instantânea.

A informação é tão livre que a noção de jornalismo como uma entidade homogênea pode até parecer meio exótica. [...] Se o The New York Times decide não publicar alguma matéria, pelo menos um dos inúmeros sites na Internet, os radialistas ou os partidários de algum grupo darão a informação. Todos os dias vemos exemplos desse fato. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 40).

Sob a mesma ótica, Karam (1997, p. 11-12) afirma que

A produção de fatos e de conhecimento, hoje, acompanha um ritmo tecnológico voraz. A quantidade disponível de informações diárias e a produção sucessiva de fatos, em distintas regiões, em remotos lugares e em diferentes espaços de saber e poder permitiriam, cotidianamente, confeccionar milhares de jornais, noticiários de televisão e rádio, reportagens em revistas, veículos especializados e/ou segmentados. Qualquer jornal, hoje, poderia carregar centenas de matérias jornalísticas e poderia, mesmo, ter vários quilos. Não há, no entanto, tempo para leitura, não há força física ou viabilidade técnica e comercial para tal peso e quantidade e, junto a isso, há, obviamente, interesses diversos que argumentarão as necessidades de um determinado fato ser coberto e outro não. Não há como fugir disso. É impossível, para quem tem 24 horas de vida a cada dia, acompanhar a sucessão das demais 24 horas de cada indivíduo que, inseridas na história, produzirão, a cada momento, uma infindável sucessão de fatos e conhecimento.

A mesma liberdade da informação que apresenta conteúdos aos leitores em diversos sites da internet pressiona os veículos jornalísticos durante as produções. Não é à toa que equipes são direcionadas apenas ao conteúdo online, afinal, é preciso suprir a necessidade de publicações contínuas e instantâneas nos meios digitais. Esta característica se dá, conforme Adghirni (2012, p. 68), pela validade limitada das informações:

Um dos aspectos mais graves da crise dos jornais é o envelhecimento prematuro do produto notícia. A internet acabou com o ritmo circadiano do jornal (dia, jornada, análise do dia). O período de 24 horas entre duas edições é por demais longo para segurar a notícia e o leitor. O público da mídia impressa se retrai. Em alguns países, estudos comprovam que a internet superou as mídias impressas (jornais e revistas) como suporte regular de informações. Em média, os leitores passam quatro horas por semana na internet e apenas três horas a ler jornais.

Como consequência desta conjuntura, o jornalismo se reinventou totalmente desde o século passado. “O novo jornalista não decide mais o que o público deve saber. Ele ajuda o

público a pôr ordem nas coisas. [...] Na era em que qualquer pessoa pode virar repórter ou comentarista na Internet, [...] o jornalista se converte numa espécie de moderador de discussões.” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 41). O papel do profissional, assim, passa a ser de mediador entre a informação verdadeira e os leitores.

Mesmo que as mudanças tecnológicas aconteçam periodicamente – e talvez em razão disto –, é notável que, historicamente, o jornalismo já passou por outras fases, como explica Barbosa (2013, p. 38):

Como uma atividade criativa, o jornalismo desde há muito tem convivido, periodicamente, com o surgimento de plataformas, modelos e modos diferenciados para a elaboração de produtos e para a forma como são compostos e apresentados os conteúdos jornalísticos. No processo de expansão desencadeado a partir do século XIX, a tecnologia sempre foi um fator preponderante para o aprimoramento dos procedimentos da produção jornalística, do trabalho dos profissionais, da oferta informativa, dos modelos dos produtos e dos formatos dos conteúdos, assim como permitiu vencer distâncias para que a velocidade de circulação das notícias pudesse superar barreiras geográficas e temporais e chegar até o público, satisfazendo as necessidades de informação da sociedade.

E, apesar de todas as evoluções ou processos pelos quais a prática jornalística tenha passado, a atividade profissional segue em permanente processo de reinvenção, a fim de adaptar-se. “[...] A função do jornalismo não mudou na era digital. As técnicas talvez sejam diferentes, mas os princípios são os mesmos. O jornalista em primeiro lugar está envolvido na verificação” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 42). Após a verificação, o foco é a propagação de informações verídicas, confiáveis e de relevância social – critérios perpetuados entre as páginas dos jornais ou os links dos portais online. Contudo, sabemos que há interesses (ideológicos e comerciais) por trás das empresas jornalísticas. Nesse sentido, veículos alternativos tentam ser mais plurais e dar conta desses itens de forma mais satisfatória.

2.2 Jornalismo alternativo

A veracidade não pode ser encontrada apenas nos meios de comunicação hegemônicos ou ditos “tradicionais”⁹. Considerando que “[...] o jornalismo e os jornalistas podem influenciar não só sobre o que pensar, mas como pensar” (TRAQUINA, 2007, p. 128), entende-se que é de responsabilidade dos profissionais e dos veículos de comunicação o fornecimento de informações verídicas e socialmente relevantes. Mas, e se a empresa

⁹ Considera-se hegemônico, no presente trabalho, o veículo de comunicação já consolidado no mercado e editorialmente comprometido com um grupo de comunicação.

envolvida em um escândalo é a maior anunciante do site? Não são poucas as vezes em que casos assim acontecem. O comprometimento financeiro, é razão, muitas vezes, da ocultação ou maquiagem de conteúdos jornalísticos. Esta é uma realidade conhecida. Entretanto,

Sempre que um editor ou um repórter – por incompetência, arrogância, interesse pessoal, ambição de poder, irresponsabilidade profissional, **subalternidade a quem o controla** ou qualquer outro motivo – priva o leitor da notícia correta e plena, trai o principal e mais belo dos compromissos que tem com a construção e o aperfeiçoamento de uma sociedade livre: assegurar a “todo indivíduo” o direito de ser informado. (CHAPARRO, 1993, p. 82, grifo nosso).

De forma pertinente, Traquina (2007, p. 12) afirma que: “Tal como a democracia sem uma imprensa livre é impensável, o jornalismo, sem liberdade, ou é farsa ou é tragédia.” Liberdade, neste sentido, diz respeito à independência de partidos políticos, empresários e empresas, qualquer que seja o “poder” que poderia comandar o jornalismo e esconder informações importantes da população.

Afinal, o jornalismo é um <<contrapoder>> ou um <<poder>> ao serviço dos <<poderosos>>. [...] O jornalismo é apenas um espaço fechado de reprodução ideológica do sistema dominante, ou pode ser um espaço aberto a todos os agentes sociais na luta política e social? (TRAQUINA, 2007, p. 14).

Desta forma, o jornalismo alternativo surge como oposição à prática profissional hegemônica, exercida nas redações tradicionalmente estabelecidas a partir de uma visão empresarial, cuja finalidade principal é gerar lucros – contando, notoriamente, com anunciantes e parcerias comerciais para manter-se enquanto negócio. Mas, o que significa ser alternativo?

A leitura etimológica de “alternativo” aponta para a união de duas palavras de origem latina: alter (outro, segundo) e nativus (nativo, natural, origem). O elemento alternativo é aquele que se origina de algo. O sujeito que busca alternativas procura opções que tenha como princípio outra gênese de ideias a respeito de um determinado assunto, cujo pensamento é predominado por um determinado raciocínio. (ROSA; BRONOSKY, 2017, p. 24).

No contexto jornalístico, Kucinski (2001, p. 5) explica que

[...] o radical de alternativa contém quatro dos significados essenciais dessa imprensa: o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos de 1960 e 1970, de protagonizar as transformações sociais que pregavam.

Nesta discussão, o jornalismo alternativo se opõe ao tradicional, tanto no modelo de negócio, que envolve formas diferenciadas de financiamento, estrutura de redação e organização das equipes; quanto nas maneiras de produção, que impactam na linha editorial, no tipo de pauta e de conteúdo. Historicamente, os jornais alternativos:

Compartilhavam, em grande parte, um mesmo imaginário social, ou seja, um mesmo conjunto de crenças, significações e desejos, alguns conscientes e até expressos na forma de uma ideologia, outros ocultos, na forma de um inconsciente coletivo. À

medida que se modificava o imaginário social e com ele o tipo de articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos, instituíam-se novas modalidades de jornais alternativos. (KUCINSKI, 2001, p. 6-7).

Considerado por Kucinski (2001) como um ciclo alternativo, o período compreendido pelo regime militar¹⁰ no Brasil foi o apogeu do chamado jornalismo alternativo. Conforme o autor, durante a ditadura

[...] nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar. Ficaram conhecidos como imprensa alternativa [...]

Em contraste com a complacência da grande imprensa para com a ditadura militar, os jornais alternativos cobravam com veemência a restauração da democracia e do respeito aos direitos humanos e faziam a crítica do modelo econômico. (KUCINSKI, 2001, p. 11-12)

Neste sentido, a origem do jornalismo alternativo no Brasil tem como raiz a liderança de jornalistas que não estavam satisfeitos com as restrições jornalísticas da grande imprensa, migrando, assim, para iniciativas alternativas aos meios hegemônicos (KUCINSKI, 2001). “Os primeiros jornais alternativos nasceram no vazio deixado pelo desbaratamento da imprensa vinculada ao campo popular e pelo estreitamento do espaço crítico na grande imprensa.” (KUCINSKI, 2001, p. 21). Apesar disto, conclui o autor, os conceitos de alternativo jornalístico e político se distinguem, na história.

No surto alternativo brasileiro dos anos de 1970, a imprensa alternativa portadora de um projeto nacional articula-se às organizações de esquerda dentro de estratégias predominantemente defensivas, as estratégias possíveis numa ditadura. Por outro lado, o impulso decisivo da empreitada alternativa não foi o político, mas o jornalístico. E, nos momentos de grande comoção social, a grande imprensa reabre seus espaços críticos. Quando isso acontece, os jornalistas não procuram a alternativa. (KUCINSKI, 2001, p. 42).

A partir das novas configurações históricas da profissão e dos novos desafios, trazidos especialmente pela internet e outras tecnologias digitais, o jornalismo alternativo vem ganhando cada vez mais adeptos ao longo dos anos e contribuindo com conteúdos diferenciados – em especial porque não seguem a lógica da atualização contínua, dando ênfase para a especialização, o aprofundamento de temas e a realização de grandes reportagens, como é o caso do site AzMina – para o cenário midiático nacional e internacional. Ao ser alternativo, o jornalismo aborda diferentes assuntos, sob distintas angulações, buscando a pluralidade e podendo servir, inclusive, como voz para movimentos sociais, como comenta Caires (2009, p. 12):

¹⁰ O regime militar brasileiro durou 21 anos, chamado por Fico (2004, online), de o “período 1964-1985”.

[...] a comunicação livre, além de um meio para empoderar os diversos movimentos, é também um fim, para o qual a manutenção do veículo on-line de participação aberta e o menos controlada possível concorre [...] uma iniciativa não institucionalizada de um grupo que deseja transformar alguma realidade social que considera inadequada ou injusta e/ou reivindicar direitos formalmente estabelecidos mas que na prática não se dão: neste caso o direito à informação, à livre expressão (sic) e à comunicação.

Mas, atualmente, é difícil definir claramente se um veículo de comunicação é ou não alternativo. Apesar dos indícios, o auge dos jornais alternativos foi responsável, também, pela renovação da mídia tradicional. “[...] a imprensa alternativa perdeu o monopólio do jornalismo crítico para a grande imprensa. Alguns veículos da grande imprensa apropriam-se do padrão alternativo, operando-o com mais recursos e eficácia” (KUCINSKI, 2001, p. 99). Assim, definir “alternativo” é um desafio cada vez maior para os leitores, principalmente por ser facilmente confundido com o jornalismo “independente”.

2.2.1 Jornalismo independente

Justamente para não arcar com comprometimento editorial com as grandes empresas e até mesmo de anunciantes, os meios alternativos também buscam ser independentes. Os conceitos, neste caso, se desassocia: alternativo é oposição ao hegemônico, enquanto independente é autônomo, livre. Eles continuam, no entanto, ligados às necessidades de extravasar as fronteiras do jornalismo tradicional em termos de conteúdo e de abordagem dos mesmos.

Por se tratar de meios alternativos e independentes, conseqüentemente muitos veículos jornalísticos têm bases financeiras diferentes para custeio de produções, daquelas utilizadas nos modelos de negócio de veículos tradicionais. Como explica Traquina (2007, p. 85), “o jornalismo é também um negócio. Todas as empresas jornalísticas, com a exceção das empresas públicas, enfrentam mais tarde ou mais cedo a tirania do balanço econômico (sic) final, ou seja, a comparação entre as receitas e os encargos.”

Os veículos que não têm ligação com grandes grupos de comunicação ou empresários e políticos (que, muitas vezes, controlam ou influenciam no conteúdo), também precisam de planejamento para estruturar seu funcionamento e mantê-lo financeiramente viável. Contudo, ao serem livres, as instituições de jornalismo independente têm uma autonomia maior na produção e linha editorial.

A noção de liberdade de imprensa tem raízes na independência americana. Somente uma imprensa livre dos censores governamentais pode contar a verdade. Num contexto moderno, essa liberdade expandiu-se de forma a significar independência

de outras instituições também – partidos políticos, anunciantes, negócios e outras fontes. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 53).

Hoje, “a ideia de que o jornal pudesse definir o seu compromisso fundamental com outro valor que não a informação precisa e acurada pode parecer exótica para o leitor contemporâneo” (ROXO, 2016, p. 77). O compromisso fundamental poderia, claramente, ser com o valor comercial das empresas jornalísticas.

Em razão de não ter ligação com estas bases financeiras tradicionais, o jornalismo independente tem de buscar alternativas para se manter. No início, além do “ativismo de militantes políticos e da colaboração voluntária de intelectuais, os jornais eram apoiados, com dinheiro e matérias, por jornalistas que continuavam trabalhando na imprensa convencional, e por artistas que organizavam shows para angariar recursos.” (KUCINSKI, 2001, p. 9). Atualmente, editais públicos que oferecem verbas para projetos específicos, por exemplo, são opções utilizadas pela mídia alternativa para se tornar independente. Além disso, há outras formas de viabilizar trabalhos dessa natureza, conforme abordaremos a seguir.

2.2.2 Financiamento coletivo

A prática de financiamento coletivo¹¹ nada mais é do que uma releitura da antiga “vaquinha”, que conta com a colaboração monetária dos mais diversos indivíduos, online, para o mesmo fim. No caso destas alternativas econômicas, o objetivo em comum é muito variado, podendo ser utilizado para fins pessoais ou empresariais – como tratamentos de saúde, ajuda a comunidades e etc. A produção jornalística é somente mais um dos temas que podem receber colaborações através da iniciativa.

O auge deste tipo de financiamento especializado aconteceu em 2009 nos Estados Unidos, com o *Kickstarter*¹², um dos maiores sites do gênero até hoje. No Brasil, o *Catarse*¹³ foi o primeiro site de projetos de *crowdfunding* da área cultural, e também o mais importante, em número de usuários e arrecadação. (NONATO, 2015, p. 51).

Além dos expoentes da área, há outros sites com o mesmo objetivo, como o utilizado pela revista AzMina, chamado Benfeitoria¹⁴, que se apresenta como “uma plataforma de mobilização de recursos para projetos de impacto cultural, social, econômico e ambiental.” (BENFEITORIA, 2018, online).

¹¹ A prática também é amplamente conhecida pela tradução, para o inglês, “crowdfunding”. No entanto, optou-se por utilizar a versão brasileira do termo na presente pesquisa.

¹² Acesso em: <<https://www.kickstarter.com/>>

¹³ Acesso em: <<https://www.catarse.me/>>

¹⁴ Disponível em: <<https://benfeitoria.com/>>

Dentro dos sites que hospedam os financiamentos coletivos, existe uma gama de atuações e de modelos de negócio. Há, por exemplo, os sites que cobram uma taxa sobre cada doação recebida através da plataforma. O Vakinha¹⁵ recolhe 6,4% + R\$0,50 de cada colaboração, além de uma tarifa de R\$5 quando é realizado o saque da arrecadação total (VAKINHA, 2018, online).

Já o Benfeitoria foi o primeiro no mundo todo a não cobrar a comissão obrigatória sobre os valores arrecadados através do site. São solicitadas apenas colaborações voluntárias para manutenções. No Benfeitoria, existem duas formas de financiamento: pontual e recorrente. Os dois modelos são baseados nos objetivos de cada cadastro (BENFEITORIA, 2018, online).

Além de ser utilizado em outras áreas, como negócios e empreendimentos, o financiamento coletivo ganhou força na indústria jornalística e cultural e se consolidou como forma de obtenção de recursos para projetos autônomos, como os de jornalismo independente. A busca por estas alternativas se dá, principalmente, para garantir a sustentabilidade dos veículos.

O mais grave para as empresas jornalísticas [...] é, independentemente da plataforma impressa ou digital empregada na difusão de conteúdos, a insustentabilidade de seu modelo de negócios. Ao contrário dos jornais, as mídias digitais, que praticamente não enfrentam barreiras de entrada, têm custos marginais insignificantes e veiculam conteúdos de custo zero ou muito baixo, ao mesmo tempo em que podem se financiar com receitas unitárias igualmente muito baixas, podendo combinar diferentes modelos de custo e receita, o que não ocorre com os jornais impressos. (MÜLLER, 2012, p. 163).

O financiamento coletivo, neste contexto, entra em cena para custear as produções jornalísticas e, também, os próprios profissionais. As alternativas financeiras se justificam considerando-se que “[...] as notícias satisfazem um impulso humano básico. As pessoas têm uma necessidade intrínseca – um instinto, digamos – de saber o que acontece além de sua própria experiência direta.” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 17). Desta forma, é preciso, para as iniciativas alternativas, quebrar com o mito da confiabilidade apenas nos veículos hegemônicos e mostrar o potencial das mídias digitais e independentes.

¹⁵ Disponível em: <<https://www.vakinha.com.br/>>

3 FEMINISMO E PROTAGONISMO DAS MULHERES

O feminismo surgiu como uma forma de dar voz coletiva a problemas e experiências das mais diversas mulheres. O movimento discute, desde seu início, tanto os temas mais cotidianos, como o trabalho doméstico, a criação dos filhos e emprego, até os assuntos mais densos, como a violência sexual e a dominação masculina (BRAH, 2006). É pertinente apontar de antemão que, historicamente¹⁶, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia contribuiu para a extinção da associação direta entre mulheres e tarefas domésticas – através de uma maior participação da figura feminina na produção social –, bem como os progressos biológicos desmistificaram as relações sexuais, beneficiando as mulheres (MONTENEGRO, 1981).

Considerando que o feminismo não foi criado no século XXI, é importante conhecer sua origem, pois “somente assim poderemos avaliar sua articulação com outras questões e seus efeitos reais” (MONTENEGRO, 1981, p. 12). Da mesma forma, é importante entender que “[...] a cada período de amadurecimento das condições para a transformação da sociedade, as mulheres desempenham sempre um papel. E, a partir de determinada época, não apenas como sujeitos, mas também como agentes.” (MONTENEGRO, 1981, p. 12).

Em uma análise cronológica, a opressão à mulher existe desde que o homem foi convertido como proprietário dos meios de produção, reivindicando, então, a propriedade sobre a mulher¹⁷ (MONTENEGRO, 1981). Neste contexto, Luyten (2003, p. 142) explica que as diferenças hoje tão expressivas não eram socialmente percebidas:

Nos lugares e nas épocas em que predomina o sistema de exploração agrária, com a conseqüente valorização da posse de terra é que vamos encontrar o predomínio da autoridade masculina, com a conseqüente constituição oficializada de família e, ainda, a valorização da virgindade da mulher solteira como objeto de troca.

Nestas situações, a autoridade masculina e, sobretudo, a paterna sequer são questionadas. Isso acontece apenas quando o grupo social passa para outro tipo de atividade econômica como a exploração industrial e, mais modernamente, a de serviços. Nestes casos, especialmente as mulheres vão se posicionar contra uma situação de domínio que lhes parecerá incômoda e anacrônica. É por isso que não se fala em machismo na Idade Média européia, nos países pós-industrializados de hoje ou em nações sob regime comunista (onde não há propriedade).

¹⁶ Conforme Scavone (2004, p. 14), há duas formas de tratar o feminismo historicamente: “uma linear, universalista; e a outra, particularista, descontínua, que não apresenta as idéias (sic) e os fatos históricos em limites precisos de tempo.” Considerando esta afirmação, e tendo ainda conhecimento sobre a teoria das ondas do feminismo e outras abordagens históricas, o presente trabalho constroi o seu relato sobre o aspecto histórico de forma particularista, não abordando fases exatas do movimento, levando em conta que as diferentes ondas, por exemplo, não são limitadas a questões cronológicas.

¹⁷ O aspecto será trabalhado posteriormente, no subcapítulo 3.1.1 Feminismo marxista.

Esta situação de domínio foi perpetuada através dos anos, já que “a mulher foi relegada à esfera doméstica pela divisão do trabalho entre os sexos, enquanto se desenvolvia, através de milênios, uma poderosíssima ideologia que ainda determina a imagem da mulher e o seu papel na vida social.” (MONTENEGRO, 1981, p. 15). Estas ideias contribuíram para a disseminação das atividades ditas femininas dentro da sociedade. Gregori (1993, p. 55) concorda, ao afirmar que características como emotividade e fragilidade “[...] – que justificam a alocação das mulheres em certas atividades sociais – o lar, o cuidado com os filhos, a educação –, além de não serem inatos, são menos valorizados socialmente do que os geralmente atribuídos aos homens.”

Por isso, aponta a autora, “o empenho do pensamento feminista reside [...] em considerar os valores atribuídos aos sexos não como inatos, mas como resultados de elaborações culturais.” (GREGORI, 1993, p. 55). Estes elementos, relacionados às mulheres, foram gradativamente perdendo força, como também mostra Hime (2003, p. 157):

A primeira metade do século XX caracteriza-se por profundas mudanças nos papéis desempenhados pela mulher na sociedade. Antes restrita aos afazeres domésticos ou, quando muito, exercendo alguma atividade remunerada relacionada a eles – tal como cuidar de crianças, cozinhar, lavar e passar roupas –, ela conquista outras posições no mercado de trabalho, atuando ao lado do homem nas mais diversas profissões. As inovações culturais e tecnológicas têm sobre ela um efeito transformador, ainda maior do que sobre o homem.

Desta forma, os movimentos feministas influenciaram na construção de outras relações com o fato de ser mulher. Gobbi (2003, p. 13) ressalta que

Com a chegada dos anos 1960, a contracultura e a pílula anticoncepcional fizeram com que a mulher se libertasse sexualmente e participasse ativamente de jornadas feministas, bem como dos movimentos ocupacionais, compartilhando definitivamente o mercado de trabalho com os homens.

Além disto, entende-se que “a preocupação e o interesse pela situação de inferioridade da mulher [...] são mais antigos do que se costuma afirmar, embora em geral não se faça referência a essa preocupação e a esse interesse”. (MONTENEGRO, 1981, p. 19).

Ainda em um contexto histórico, sabe-se que, desde 400 a.C., autores abordavam as injustiças sociais que acometiam as mulheres (MONTENEGRO, 1981), mas pode-se notar uma clara exclusão da opinião das próprias quanto aos seus desalentos – até 1697, quando um livro da inglesa Mary Astell¹⁸ “defendia a educação e a instrução como condições básicas à obtenção dos direitos da mulher.” (MONTENEGRO, 1981, p. 21). A publicação tinha como

¹⁸ Mary Astell (1666 – 1731) foi considerada a primeira feminista inglesa. Sem nenhuma educação formal, Mary se uniu a outras mulheres e passou a escrever e publicar materiais sobre a desigualdade entre os gêneros, obtendo o título que a faz conhecida até os dias atuais (SANTOS, 2014).

título “Uma proposta séria às damas, na qual se oferece um método para a melhoria de seu espírito”.

Em 1792, quase 100 anos depois, surge o livro de Mary Wollstonecraft¹⁹, “sob o título de *Vindicação dos direitos da mulher*, que constitui [...] um estudo de dimensão quase profética em defesa desses direitos e contra a jurisprudência institucionalizada naquele tempo.” (MONTENEGRO, 1981, p. 20-21). Estas são as primeiras apresentações de reivindicações públicas de mulheres na literatura mundial.

Pode-se perceber, neste sentido, a prática de homens escrevendo e falando sobre e para mulheres – sem uma posição própria de fala. E esta tendência é observada em outros campos, como lembra Maciel (2003, p. 119), ao afirmar que “existe um pensamento generalizado de que não houve um número significativo de mulheres no mundo científico. Em toda a história da humanidade, os grandes descobrimentos sempre ficaram a cabo dos homens.”

Ainda no contexto científico, a autora ressalta que as falas femininas permaneceram, por muito tempo, nas camadas mais altas da sociedade, restritas aos espaços privados. Desta forma, “as mulheres permaneceram muito tempo excluídas da palavra pública” (MACIEL, 2003, p. 120). Rago (2012, p. 17), concorda e põe outra luz sobre o papel do movimento social neste contexto, ao afirmar que “o feminismo teve [...] um profundo impacto na academia e na produção científica, abrindo campo para se estudarem as mulheres, o universo feminino, a cultura feminina, as relações entre os sexos/gêneros.” Estas afirmações, contudo, não ficam restritas à área de produção científica: perpassam os diversos setores sociais e mesmo de trabalho.

Graças a uma cultura em transformação na qual as mulheres encontraram estímulo para penetrar em ramos pouco tradicionais [...] os anos 70 testemunharam um aumento drástico no número de mulheres profissionais. Em 1979, 23% dos graduandos na faculdade de medicina eram mulheres, comparados a menos do que nove por cento em 1970. Da mesma forma, em 1979, quase 29% dos graduandos na escola de direito eram mulheres, comparados a menos de seis por cento em 1970. O movimento feminista transformou todo o campo da educação superior, já que 150 programas e departamentos de estudos para mulheres já haviam sido estabelecidos até 1975 (FARRELL, 2004, p. 77-78).

Além do avanço no campo da educação e trabalho, um dos mais marcantes momentos em que as mulheres se fizeram ouvir – deixando os espaços privados de fala – é o mundialmente conhecido movimento sufragista. Por causa desta ação coletiva, o próprio

¹⁹ Outra feminista inglesa, Mary Wollstonecraft viveu entre os anos de 1759 e 1797. Em sua publicação mais famosa (*A Vindication of the Rights of Woman*), “[...] a autora responde aos políticos e críticos que eram contra as mulheres terem uma educação formal, que elas poderiam ir além de cuidar dos filhos, cuidar da casa e do marido.” (SANTOS, 2014, p. 22).

movimento feminino do século XIX ficou amplamente popular pela luta que buscava o direito de votar –, “o que não corresponde à verdade histórica, estrita e factualmente falando.” (MONTENEGRO, 1981, p. 23). As mulheres da época tinham ainda outras reivindicações. “Chama a atenção que a memória daqueles movimentos seja divulgada somente no que se refere ao sufrágio, quando, por exemplo, as mulheres norte-americanas, desde 1828, participaram ativamente das lutas antiescravistas.” (MONTENEGRO, 1981, p. 23).

A partir das diferentes representações do movimento feminista, portanto, a autora conclui que ele se difere historicamente dos movimentos de mulheres como um todo. “Como se vê, as idéias correntes e apressadas sobre o ‘surgimento’ do movimento feminista em 1960 e, em primeiro lugar nos Estados Unidos, não correspondem à historicidade do movimento de mulheres.” (MONTENEGRO, 1981, p. 31). Entretanto, “é preciso lembrar que os movimentos feminista e sufragista foram os grandes responsáveis pela atual visibilidade que a mulher apresenta.” (MACIEL, 2003, p. 123).

Leva-se em conta ainda que “o considerável aumento do número de mulheres assalariadas, nos últimos anos do século XIX – mais de 44% na Alemanha entre 1895 e 1907 – produziu um desenvolvimento fantástico dos movimentos de mulheres e de sua radicalização” (MONTENEGRO, 1981, p. 24). Maciel (2003, p. 123), em concordância, resume:

[...] podemos dizer que é do conhecimento de todo que o feminismo é bem anterior à década de 70 quando as mulheres inglesas saíram pelas ruas queimando soutiens, quebrando vidraças e batendo panelas. [...] O movimento feminista tem suas raízes na segunda metade dos anos 1800 nos Estados Unidos e sua luta ia mais além, pois afirmava que a mulher devia recusar-se a servir a Deus, ao Estado, à Sociedade, à Família, ao Marido, etc...para libertar-se. O movimento sufragista foi internacional. Começou como é sabido, quando abolicionistas norte-americanas foram proibidas de manifestar-se em público e resolveram organizar a primeira convenção pelos Direitos da Mulher, em Sêneca Falls, no ano de 1948. É preciso lembrar que o voto feminino, em última análise, teve o mérito de abrir as portas confinantes das casas para que as mulheres, ao menos formalmente, pudessem manifestar-se como cidadãs.

Montenegro (1981) critica, no entanto, a velação de outras perspectivas dos movimentos sobre ações que foram importantes para a construção social que partiram do feminismo – não somente sufragista –, mas que não recebem a luz que deveriam, historicamente falando. “A participação da mulher russa na revolução de outubro de 1917, a participação das mulheres nas lutas durante os sombrios anos da Segunda Guerra Mundial e na resistência heróica ao fascismo e ao nazismo são também páginas de livros que não se abrem” (MONTENEGRO, 1981, p. 28).

Assim, conclui a autora, “ninguém desconhece que o movimento feminino no Brasil teve um novo incremento, intensificou-se e ampliou-se em 1975, com o Ano Internacional da Mulher. Porém, esse movimento não pode ser considerado estaticamente, sem se estabelecer ligação com todas as atividades desenvolvidas nos anos passados” (MONTENEGRO, 1981, p. 64). A partir das análises históricas, ainda,

É difícil precisar a data exata em que foi empregada pela primeira vez a palavra feminismo. Há notícias de que foi usada no século XIX, quando do surgimento na França de um movimento de mulheres, nos anos 1830/1840. Segundo dados da época, apesar de aquele movimento ter tido suas origens nas transformações econômicas ocorridas daquele período, não incluía em seu programa nem as lutas pela melhoria das condições de vida das mulheres proletárias, nem tampouco as lutas pelos direitos políticos da mulher, em geral. Dos itens do programa constavam as primeiras reivindicações: igualdade de direitos no matrimônio e no acesso às profissões liberais (MONTENEGRO, 1981, p. 30).

Entretanto, é possível identificar mudanças no feminismo a nível mundial, já que no passado tratava-se de um movimento em prol do acesso feminino à educação, às profissões e aos direitos, e “atualmente com o seu ressurgimento, na década de 60, essa concepção se modificou. Radicalizou-se, limitando suas preocupações às questões específicas das mulheres, à margem de todo o contexto social” (MONTENEGRO, 1981, p. 31-32).

O movimento feminista empreendido contra as discriminações a que estavam sujeitas as mulheres na sociedade ganhou força, sobretudo, a partir da década de 1960, com maior ênfase nos anos (sic) de 1970 nos Estados Unidos. E certamente muito contribuiu para que no século XX a mulher viesse a ocupar um lugar de destaque, rompendo com o ‘patriarcado familiar’, marcando, com sua presença, de maneira efetiva, o mundo do trabalho (KUNSCH, 2003, p. 55-56).

Passando por todas as mudanças sociais, é perceptível que “[...] no século XXI a agenda feminina se apresenta com um (sic) forte presença da mulher em vários aspectos, como, por exemplo, na política, nas organizações sociais, além do mercado de trabalho e da chefia de famílias.” (GOBBI, 2003, p. 14). Sob o mesmo aspecto, Costa (2009, p. 51-52) afirma que

O feminismo como movimento social nunca esteve tão vivo, tão mobilizado, tão atuante como nesse início de século, de milênio. Talvez tenha mudado de cara, já não “queima sutiã”, raramente faz passeata e panfletagem, o que não significa dizer que tenha perdido sua radicalidade, abandonado suas lutas, se acomodado com as conquistas obtidas ou mesmo se institucionalizado.

O feminismo brasileiro, e também o mundial, de fato mudou, e não mudou somente em relação àquele movimento sufragista, emancipacionista do século XIX, mudou também em relação aos anos 1960, 1970, até mesmo aos 1980 e 1990. Na verdade, vem mudando cotidianamente, a cada enfrentamento, a cada conquista, a cada nova demanda, em uma dinâmica impossível de ser acompanhada por quem não vivencia suas entranhas. No movimento feminista a dialética viaja na velocidade da luz.

Considerando a história feminista e os tantos estudos realizados sobre o tema, Brah (2006, p. 342), explica que o

[...] objetivo principal do feminismo tem sido mudar as relações sociais de poder imbricadas no gênero. Como as desigualdades de gênero penetram em todas as esferas da vida, as estratégias feministas envolvem um enfrentamento da posição subordinada das mulheres.

Sob o mesmo aspecto, é possível afirmar que, embora existam diversos grupos de mulheres que atuam politicamente sob o nome do feminismo, “há entre eles um denominador comum: o questionamento da divisão tradicional dos papéis sociais entre homem e mulher. [...] O feminismo a arroga para as mulheres um espaço exclusivo de atuação política, de luta por seus interesses percebidos como específicos.” (FRANCHETTO; CAVALCANTI; HEILBORN, 1981, p. 15-16). Assim, é possível afirmar que

O feminismo não é uma entidade concreta, nem um movimento unificado. Sua definição é difícil, tal a quantidade de tendências, agrupamentos e a diversidade de idéias nele envolvidas. *Grosso modo*, pode-se dizer que ele corresponde à preocupação de eliminar as discriminações sociais, econômicas, políticas e culturais de que a mulher é vítima. [...] Todas as iniciativas políticas ou culturais, assim como todas as pessoas que defendem e acreditam nessa noção abrangente, podem, pois, ser consideradas feministas (GREGORI, 1993, p. 14-15).

E todas estas formas de luta e de enfrentamento têm encontrado, em diferentes épocas, distintos obstáculos e desafios. O que não muda, no entanto, é o estigma que o termo carrega.

El feminismo es un impertinente. [...] Es muy fácil hacer la prueba. Basta con mencionarlo. Se dice feminismo y cual palabra mágica, inmediatamente, nuestros interlocutores tuercen el gesto, muestran desagrado, se ponen a la defensiva o, directamente, comienza la refriega. ¿Por qué? Porque el feminismo cuestiona el orden establecido²⁰ (VARELA, 2008, p. 9).

E não é somente uma a questão levantada pelo movimento. A abrangência dos temas que podem ser abordados pelo feminismo é extensa – e cada vertente tem o seu propósito e objetivos. Por isso mesmo, como explica Brah (2006, p. 342), “é problemático estabelecer fronteiras claras entre feminismos, até porque há um acordo em muitas áreas fundamentais.” Considerando estas várias faces, é preciso compreender as razões que levam à existência de diversos feminismos.

3.1 Vertentes feministas

Utiliza-se o termo feminismos em razão da evolução do movimento, que possibilitou a consolidação de diversas frentes sociais. Há o feminismo negro, lésbico, radical, marxista e

²⁰ Tradução livre: “O feminismo é impertinente. [...] É muito fácil fazer o teste. Apenas mencione isso. Feminismo é uma palavra mágica, imediatamente nossos interlocutores torcem as feições, mostram desagrado, colocam-se em defesa ou, diretamente, a briga começa. Por quê? Porque o feminismo questiona a ordem estabelecida.”

muitos outros – não sendo possível elencar todas as suas facetas. Na perspectiva de Oliveira (2010, online), as novas formas de pensamento feminista permitiram que as mulheres passassem a pensar o movimento social “a partir de noções mais inclusivas, introduzindo a ‘raça’ e a cultura como balizas para pensar e para integrar mulheres, que antes não eram alvo do pensamento feminista.”

Como explica Brah (2006, p. 348), existem muitos pontos comuns entre os feminismos, os quais levam à discussão de que,

[...] embora a afirmação da identidade cultural fosse crucial, era igualmente importante tratar das práticas culturais em suas formas opressivas. O problema da violência masculina contra mulheres e crianças, a desigual divisão sexual do trabalho em casa, questões de dote e de casamentos forçados, a clitoridectomia, o heterossexismo e a supressão das sexualidades lésbicas: todas eram questões que demandavam atenção imediata.

Assim, foram surgindo os diversos centros de estudos e de lutas feministas, partindo de uma perspectiva inicial análoga, mas se caracterizando por objetivos específicos e delimitados. Não à toa, as várias vertentes feministas encontram suas próprias análises e lugares de fala, passando a tratar de temas como gênero, raça, sexualidade e identidade.

O processo de centramento dos feminismos na ideia de “mulher” deixava de fora uma série de processos e de hierarquias sociais, que se tornam claras quando se usa a interseccionalidade para proceder ao questionamento das elaborações entre gênero (sic), raça e classe como maneira de analisar de forma localizada as opressões. [...] Ou seja, a teoria feminista deixa de querer habitar apenas nesse espaço da “mulher” e passa a querer entender as imbricações das várias multitudes contidas nessas mulheres (OLIVEIRA, 2010, online).

É impossível, portanto, descrever o feminismo como um movimento social único e singular. Gregori (1993, p. 135) afirma, inclusive, que “[...] enquanto a política feminista estiver presa aos recursos que buscam uma universalidade/generalidade de mulheres e de sua situação, e a dualidades em que os termos se relacionam mediante um engate ideológico, ela não terá condições de lidar com a diferença, com a pluralidade.”

Para Butler (2003, p. 17), “[...] a teoria feminista tem presumido que existe uma identidade definida, compreendida pela categoria de mulheres.” No entanto, conforme a autora, o conceito político do feminismo traçou os estudos sobre o sujeito “mulher”, a fim de entender que não existe uma singularidade universal.

[...] há o problema político que o feminismo encontra na suposição de que o termo *mulheres* denote uma identidade comum. Ao invés de um significante estável a comandar o consentimento daquelas a quem pretende descrever e representar, *mulheres* – mesmo no plural – tornou-se um termo problemático, um ponto de contestação, uma causa de ansiedade (BUTLER, 2003, p. 20).

Dada esta pluralidade, há espaço para todas as mulheres e para todas as lutas, sendo a união entre os objetivos comuns de todas as vertentes o ponto central do movimento. Considerando as quatro mais clássicas vertentes feministas²¹, elencaremos nos subcapítulos a seguir algumas de suas principais características.

3.1.1 Feminismo marxista

Uma das muitas vertentes feministas existentes acredita que o desenvolvimento da propriedade privada é o ponto de partida para uma das maiores opressões exercidas sobre a mulher: a divisão de classes. Historicamente, o “serviço feminino” caracterizava-se pelo trabalho doméstico – cuidar da casa, dos filhos, da harmonia familiar. Para o feminismo marxista, estes aspectos se concretizaram ainda mais a partir do desenvolvimento do sistema capitalista. “Na concepção marxista, a subordinação da mulher é iniciada com a propriedade privada.” (CISNE, 2005, p. 8).

Esta linha de análise e pensamento carrega consigo o nome de Karl Marx, filósofo e sociólogo, nascido em 1818, em Treves, na Alemanha (DONARIO; SANTOS, 2016). “Marx foi um pensador dos elementos fundamentais do capitalismo, como um sistema económico (sic) e as suas formas de desenvolvimento, analisando a mercadoria, a moeda, o capital, o trabalho, a mais-valia, a acumulação de capital e as crises.” (DONARIO; SANTOS, 2016, p. 3). Unindo as teorias, o feminismo marxista trabalha com a divisão de classes como o centro da opressão feminina, considerando, ainda, que

[...] o ponto a unir as mulheres deve ser a identidade de classe, uma vez que é da contradição de classe que emergem as desigualdades, opressões e explorações que marcam a vida das mulheres trabalhadoras. Portanto, não se pode analisar gênero isoladamente das determinações econômico-sociais (CISNE, 2005, p. 4).

Estas desigualdades teriam tido início a partir da implementação das classes sociais. Conforme Alambert (1986, p. 1), “o fato é que há milênios a mulher foi e continua sendo o mais humilhado e oprimido entre todos os desprivilegiados.” A autora conclui, de forma explicativa, que “é lógico que, à medida em que as sociedades humanas evoluíram, as formas discriminatórias contra a mulher também se transformaram. Tornaram-se refinadas,

²¹ O presente trabalho optou pelo estudo dos feminismos marxista, radical, negro e lésbico, além da perspectiva interseccional, a partir do entendimento de que eles são as raízes das demais vertentes. Há ainda feminismo liberal, cultural, islâmico, indígena, ecofeminismo, anarquista e transfeminismo, apenas para citar alguns. Estas não foram estudadas por uma questão de delimitação teórica da pesquisa, visto ser inviável contemplar todas as vertentes.

sofisticadas, mas nem por isso menos inadmissíveis do que na época da pedra lascada.” (ALAMBERT, 1986, p. 1).

De acordo com Reed (2008, p. 21), “a maioria das mulheres não compreende que seu problema não existia antes da instauração da sociedade de classes, que as desclassificou da elevada posição de igualdade que desfrutavam na sociedade primitiva.”

Em suma, a condição da mulher é determinada não tanto pelo seu corpo como pelo modo de produção e reprodução, em última instância pelo econômico. A família patriarcal e, posteriormente, a família nuclear burguesa, com a privatização do domínio doméstico, circunscrevem estreitos limites à função feminina, impedindo a mulher de realizar-se como indivíduo, o que só pode ocorrer na Produção e no Mercado de trabalhadores livres (FRANCHETTO; CAVALCANTI; HEILBORN, 1981, p. 23).

Neste sentido, apesar de se levar em conta os grandes avanços e transformações na relação entre mulher e sociedade,

A definição de que as desigualdades que pesam sobre a mulher são determinadas pela opressão social leva a considerar que a sua promoção interessa às massas femininas especificamente e às massas populares em geral, porque a verdadeira libertação da mulher está inserida nas lutas pelas transformações econômicas, sociais, políticas e culturais, através das modificações estruturais da sociedade (MONTENEGRO, 1981, p. 18).

Entretanto, mesmo que sejam consideradas estas mudanças, “[...] a realidade das condições de vida das mulheres trabalhadoras ainda permanece enormemente precarizada. E, apesar dessa precariedade, muitas não percebem sua condição de mulher, subordinada e explorada nesta sociedade.” (CISNE, 2005, p. 2).

Mesmo tendo uma jornada de trabalho de oito horas fora de casa, como os maridos, elas [as mulheres] continuavam sendo as responsáveis pelos afazeres do lar e a segunda jornada virou rotina na vida da maioria das mulheres. E esse passou a ser mais um item na construção da identidade da mulher (BARCELOS, 2017, p. 37-38).

Da mesma forma, a cultura econômica capitalista denominou o trabalho já atribuído à mulher, os afazeres domésticos e da família, como inferiores. Cisne (2005, p. 2) pondera que “[...] muitas mulheres não têm consciência de sua condição social e ainda minguem nesse modelo de sociedade com as duplas e triplas jornadas de trabalho, com os mais variados tipos de violência, com os salários mais baixos.”

Contra todas essas idéias atrasadas, que buscam justificar, através dos séculos, a condição de inferioridade da mulher dentro da sociedade em que vive, outra corrente se formou: a dos homens e mulheres que ergueram suas vozes contra a inferioridade social da mulher e por isso conquistaram um lugar mais ou menos destacado na história da luta por sua libertação. Esses, em geral, ganharam um nome: precursores do feminismo ou feministas (ALAMBERT, 1986, p. 4-5).

Estas questões, socializadas e perpetuadas na sociedade capitalista, se refletem em todas as esferas. A título de exemplo, ninguém ensina os meninos como se portar perante algumas situações – ao serem vítimas de assédio ou receberem uma simples cantada –, mas perde-se tempo dizendo às meninas o que elas podem ou não podem ser.

A questão de gênero é importante em qualquer canto do mundo. É importante que comecemos a planejar e sonhar um mundo diferente. Um mundo mais justo. Um mundo de homens mais felizes e mulheres mais felizes, mais autênticos consigo mesmos. E é assim que devemos começar: precisamos criar nossas filhas de uma maneira diferente. Também precisamos criar nossos filhos de uma maneira diferente (ADICHIE, 2015, p. 28).

Desta forma, a questão econômico-cultural que nos leva, como sociedade, a impor determinadas regras às mulheres, é a mesma que determina a validade quantitativa do capitalismo e as suas especificidades. O feminismo marxista, embora questionado por outras vertentes²², não exclui as reflexões de gênero, raça, etnia e orientação sexual, por exemplo, mas coloca em foco a análise de que a diferença entre as classes é a grande “mentora” das demais opressões (CISNE, 2005).

Essas diferenças e especificidades devem ser percebidas. No entanto, dentro desta sociedade, não podem ser vistas isoladas de suas macrodeterminações, pois, por mais que “o gênero una as mulheres”, a homossexualidade una gays e lésbicas, a geração una as(os) idosas(os) ou jovens, etc., a classe irá dividi-las(os) dentro da ordem do capital.

A classe é pois, quem determina como essas mais variadas expressões de opressões irão ser vivenciadas por esses sujeitos. Assim, é que uma mulher da classe dominante explora uma mulher da classe trabalhadora, uma idosa pode explorar outra idosa, uma negra pode explorar outra negra. Os movimentos sociais devem, portanto, ter como cerne a luta de classes (CISNE, 2005, p. 3).

Entretanto, nem sempre a análise dos marxistas levava em conta esses outros atributos da opressão feminina. Só mais recentemente os teóricos passaram a entender os conceitos e as modificações foram acontecendo, principalmente em razão da luta feminista para tais conclusões (ALAMBERT, 1986). “A verdade é que foi o movimento feminista que os fez entender que os tempos são outros e que a libertação da mulher, agora, deve ser enfrentada com novos conceitos e novas práticas.” (ALAMBERT, 1986, p. XVI-XVII).

Assim, o feminismo marxista oferece ao movimento social outra linha de análise, considerando que é preciso desnaturalizar as opressões econômicas e de classe às quais as mulheres são submetidas, para que, assim, seja possível combatê-las. “[...] temos que

²² “Tais críticas vão desde as que afirmam que os marxistas nunca deram importância à questão feminina, até as que dizem que, quando deram, deixaram de lado sua especificidade, reduzindo-a apenas a questão econômica.” (ALAMBERT, 1986, p. XIII).

considerar que existem milhões de outras mulheres que além de necessitarem de rosas²³, necessitam prioritariamente de terra, de pão, de trabalho, de assistência médica, de educação, de cultura, para se libertarem.” (MONTENEGRO, 1981, p. 10). A defesa do feminismo marxista, sob esta ótica, garante uma subjetiva ponderação sobre como as mulheres se relacionam com o sistema capitalista.

3.1.2 Feminismo radical

Diferentemente do feminismo marxista, que tem como base a teoria de Karl Marx, a vertente radical conceitua o movimento social sobre uma universalidade patriarcal – tendo o homem como superior –, analisando as opressões sofridas pelas mulheres a partir desta ótica. As duas vertentes têm em comum, no entanto, a lógica de dominação ou subjugação, explorando as questões ligadas ao lugar ao qual a mulher pertence e qual espaço ela ocupa (ÁLVARES, 2005).

A vertente radical surgiu nos Estados Unidos e foi a partir dela que o feminismo influiu nas décadas de 60 e 70 (ARPINO, 2015). “Ao analisar as relações de poder que estruturam a família e a sexualidade, elas [as feministas radicais] revolucionaram a teoria política que até então não havia visualizado estas instâncias como depositárias da ideologia da desigualdade sexual.” (SILVA, 2008, p. 11).

Arpino (2015, p. 15) concorda, ao afirmar que o movimento foi “rico em pesquisa e produção acadêmica sobre as origens das desigualdades sexuais, bem como reflexões em torno da sexualidade da mulher, violência sexual e direitos sobre o corpo, mas sobretudo sobre as origens da opressão feminina na sociedade.” Silva (2008, p. 4), sob a mesma perspectiva, pontua que o objetivo do movimento social é a “reflexão e investigação acadêmicas sobre a origem das desigualdades sexuais [...] principalmente, no sistema patriarcal. A ênfase das análises era a família, a sexualidade, a violência sexual e os direitos sobre o corpo.”

Rago (2012, p. 17), da mesma forma, aponta que “o feminismo teve, portanto, um profundo impacto na academia e na produção científica, abrindo campo para se estudarem as mulheres, o universo feminino, a cultura feminina, as relações entre os sexos/gêneros.” Em síntese,

²³ O termo faz referência ao Dia Internacional da Mulher, quando tradicionalmente as mulheres recebem rosas de familiares e cônjuges.

O Feminismo Radical é uma corrente feminista que se assenta sobre a afirmação de que a raiz da desigualdade social em todas as sociedades até agora existentes tem sido o patriarcado, a dominação do homem sobre a mulher.

A Teoria do Patriarcado considera que os homens são os primeiros responsáveis pela opressão feminina e que o patriarcado necessita da diferenciação sexual para se manter como um sistema de poder, fundamentado pela explicação de que homens e mulheres seriam em essência diferentes. Para vencer a opressão feminina, as feministas desta corrente defendem que é fundamental, mas não basta apenas, concentrar os esforços na busca das explicações sobre as diferenças entre os sexos e a subordinação da mulher no sistema patriarcal, mas que as mulheres devem se unir na luta contra os homens (argumento criticado e considerado por outras feministas como “guerra dos sexos”), assim como, devem rejeitar o Estado e todas as instituições formais por ser produto do homem e, portanto, de caráter patriarcal (SILVA, 2008, p. 4).

Pensando em conformidade com as mesmas perspectivas,

Homens e mulheres são diferentes. Temos hormônios em quantidades diferentes, órgãos sexuais diferentes e atributos biológicos diferentes – as mulheres podem ter filhos, os homens não. Os homens têm mais testosterona e em geral são fisicamente mais fortes do que as mulheres. Existem mais mulheres do que homens no mundo – 52% da população mundial é feminina –, mas os cargos de poder e prestígio são ocupados pelos homens. [...]

Então, de uma forma literal, os homens governam o mundo. Isso fazia sentido há mil anos. Os seres humanos viviam num mundo onde a força física era o atributo mais importante para a sobrevivência; quanto mais forte a pessoa, mais chances ela tinha de liderar. E os homens, de maneira geral, são fisicamente mais fortes. Hoje, vivemos num mundo completamente diferente. A pessoa mais qualificada para liderar não é a pessoa fisicamente mais forte. É a mais inteligente, a mais culta, a mais criativa, a mais inovadora. E não existem hormônios para esses atributos. Tanto um homem como uma mulher podem ser inteligentes, inovadores, criativos. Nós evoluímos. Mas nossas ideias de gênero ainda deixam a desejar (ADICHIE, 2015, p. 19-20-21).

Apesar destas capacidades concomitantes, o sistema patriarcal é fortemente arraigado em toda a sociedade. Ele encontra, principalmente, um lugar de perpetuação dentro da instituição familiar. A família, desta forma, passa a ser uma espécie de espelho da comunidade, representando um dos pilares do patriarcado. O fenômeno é explicado levando-se em conta que “é na família que categorias como temperamento, status e os papéis, são, pela primeira vez, adotados e assimilados com todo rigor e reproduzidos para a sociedade como modelos ‘originais’ de comportamento para cada um dos sexos.” (SILVA, 2008, p. 8). A origem do patriarcado, no entanto, não pode ser encontrada. Entretanto, é possível afirmar que o sistema é incutido desde a infância dentro da nossa sociedade.

O modo como criamos nossos filhos homens é nocivo: nossa definição de masculinidade é *muito* estreita. Abafamos a humanidade que existe nos meninos, enclausurando-os numa jaula pequena e resistente. Ensina-os que eles não podem ter medo, não podem ser fracos ou se mostrar vulneráveis, precisam esconder quem realmente são – porque eles têm que ser, como se diz na Nigéria, *homens duros* (ADICHIE, 2015, p. 24, grifo da autora)

Justamente em razão deste pensamento que coloca o sujeito masculino em posição superior, muitos homens se sentem ameaçados pelas perspectivas feministas. A origem deste receio pode ter fundamento pelas inseguranças masculinas, pela forma com que os homens são criados, sentindo-se vulneráveis quando não ocupam posições dominantes.

Outros talvez enfrentem a palavra “feminismo” da seguinte maneira: “Tudo bem, isso é interessante, mas não é meu modo de pensar. Aliás, eu nem sequer penso na questão de gênero”.

Talvez não pensem mesmo. E isso é parte do problema: os homens não pensam na questão do gênero, nem notam que ela existe (ADICHIE, 2015, p. 43-44).

A partir desta abordagem, entende-se que “[...] o contraponto de idéias, a diversidade e a intensidade da atuação do movimento feminista, ao longo de sua história, ilustra a complexidade que envolve a compreensão e definição do conceito de feminismo, bem como, das diversas correntes feministas.” (SILVA, 2008, p. 12). Álvares (2005, p. 951) corrobora o pensamento, ao pontuar que “[...] a investigação feminista que enfatiza a reprodução como manifestação de uma essência feminina apaga questões de classe e de raça, assimilando as mulheres no seio de uma totalidade homogênea”. Em razão desta perspectiva, é necessário que existam vertentes específicas para as questões de raça e de orientação sexual, por exemplo – linhas que serão trabalhadas a seguir.

3.1.3 Feminismo negro

As perspectivas de raça e cor passaram a fazer parte do movimento feminista como uma vertente a partir dos anos 70, ainda nos Estados Unidos, quando a reflexão sobre as opressões oriundas das realidades negras começam a integrar a agenda feminista. Assim, o movimento passa a atuar de forma mais inclusiva, considerando raça, cor, etnia e aspectos históricos de outras lutas (OLIVEIRA, 2010). Isso se deu principalmente quando

As mulheres negras percebem que parte das pautas apresentadas pelo feminismo hegemônico não são representativas para elas, e que por isso há a necessidade de enegrecer e criar um espaço que pautasse questões fundamentais para elas e que passassem despercebidas pelo movimento (BARCELOS, 2017, p. 39).

E a exclusão das perspectivas negras podia e pode ainda ser percebida em todos os âmbitos. Bell Hooks, professora de Estudos da Mulher e teórica feminista, percebeu as falhas na inclusão da agenda negra no feminismo desde quando ingressou na academia, e foi surpreendida “[...] pela tremenda ignorância sobre a experiência negra. Perturbei-me pelo fato de as professoras e alunas brancas [...] falarem sobre a condição e a experiência das

‘mulheres’ quando estavam se referindo somente às mulheres brancas.” (HOOKS, 2017, p. 162). A autora ainda exemplifica que

Se uma aluna negra admite que não conhece os trabalhos de Audre Lorde e o resto da classe solta um grito de surpresa, como se isso fosse impensável e inadmissível, esse grito evoca a sensação de que o feminismo, na verdade, é uma seita fechada cujos membros são geralmente brancos. Esses alunos negros podem se sentir isolados e alienados na classe. Além disso, seu ceticismo acerca da importância do feminismo pode ser encarado como desprezo pelos colegas. Seus esforços incansáveis para relacionar todas as discussões de gênero com a questão da raça podem ser vistos pelos alunos brancos como algo que desvia a atenção dos interesses feministas e, portanto, deve ser contestado (HOOKS, 2017, p. 154).

Apesar das perspectivas negras terem surgido somente nos anos 70, dentro do movimento os estudos de gênero já tratavam muito antes sobre o papel da mulher na sociedade. Nestas análises, levavam-se em conta as discrepâncias sociais envolvidas, como explica Reynoso (2003, p. 23):

Al estudiar la construcción del género femenino, mismo que se ha dado a través de los procesos históricos que operan en un contexto sociocultural, se han identificado diversas preocupaciones sobre el rol de la mujer y las funciones que tiene en la estructura social, pero también se han reconocido las implicaciones sobre este actuar y la necesidad de tomar medidas ante las discrepancias sociales que existen en su trato y su movilidad social, no sólo en ciertas comunidades, ni en ciertas etapas históricas, sino en la sociedad actual.²⁴

Historicamente, neste aspecto, o papel empregado pela mulher negra é ainda mais segmentado e estereotipado. Este padrão levava em conta o histórico escravagista e as consequências pós-abolicionismo, quando as mulheres lutavam para ter espaço.

Proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório (DAVIS, 2016, p. 17).

Ainda conforme a autora, a ligação entre o trabalho doméstico e as mulheres negras não representa apenas uma consequência da escravidão: “Por quase um século, um número significativo de ex-escravas foi incapaz de escapar às tarefas domésticas.” (DAVIS, 2016, p. 98). No contexto pós Guerra Civil²⁵,

Apenas um número infinitesimal de mulheres negras conseguiu escapar do campo, da cozinha ou da lavanderia. De acordo com o censo de 1890, havia 2,7 milhões de

²⁴ Tradução livre: "Ao estudar a construção do gênero feminino, mesmo que tenha ocorrido através dos processos históricos que operam em um contexto sociocultural, foram identificadas várias preocupações sobre o papel das mulheres e as funções que elas têm na estrutura social, mas também se as implicações sobre esta atuação e a necessidade de agir diante das discrepâncias sociais que existem em seu tratamento e em sua mobilidade social têm sido reconhecidas, não apenas em certas comunidades, ou em certas etapas históricas, mas na sociedade atual."

²⁵ A Guerra Civil Americana ou Guerra da Secessão aconteceu nos Estados Unidos entre 1861 e 1865, tendo sido travada em razão de desavenças ligadas à escravidão.

meninas e mulheres negras com idade acima dos dez anos. Mais de 1 milhão delas eram trabalhadoras assalariadas: 38,7% na agricultura, 30,8% nos serviços domésticos, 15,6% em lavanderias e ínfimos 2,8% em manufaturas (DAVIS, 2016, p. 95).

Percebe-se, assim, o proeminente papel do trabalho na vida das mulheres negras. Considerando ainda que “Dos 8 milhões de mulheres que integravam a força de trabalho na primeira década do século XX, mais de 2 milhões eram negras” (DAVIS, 2016, p. 149), as mulheres negras possuíam um grande apelo pelo direito ao voto. “Mas o racismo operava de forma tão profunda no interior do movimento sufragista feminino que as portas nunca se abriram de fato às mulheres negras.” (DAVIS, 2016, p. 149). Historicamente,

[...] não havia [...] um zelo coletivo pela criação de um corpo de estudos feministas que tratasse das realidades específicas das mulheres negras. Ativistas, acadêmicas e escritoras negras encontravam-se repetidamente isoladas dentro do movimento feminista e frequentemente eram alvo de ataques de mulheres brancas desorientadas que se sentiam ameaçadas por todas as tentativas de desconstruir a categoria "mulher" ou introduzir um discurso racial dentro dos estudos feministas (HOOKS, 2017, p. 164).

Essa exclusão era percebida também no movimento em defesa do voto feminino. como explica Davis (2016, p. 152-153): “As mulheres negras estavam mais do que dispostas a colaborar com seus ‘claros poderes de observação e julgamento’ para a criação de um movimento multirracial pelos direitos políticos das mulheres.” Entretanto, as tentativas de participar mais ativamente do movimento eram frustradas, principalmente porque o movimento era majoritariamente comandado por mulheres brancas, impedidas do lugar de fala negro e, muitas vezes, racistas – assim, as mulheres negras eram praticamente invisíveis dentro do sufrágio feminino. “Ainda assim, as mulheres negras apoiaram a batalha pelo sufrágio até o último minuto.” (DAVIS, 2016, p. 150).

Diferentemente da campanha sufragista, como explica Davis, “Os exemplos mais marcantes de sororidade que as mulheres brancas tinham em relação às mulheres negras estão associados à histórica luta do povo negro por educação.” (DAVIS, 2016, p. 110). A autora ainda elucida: “Elas [mulheres brancas] devem ter percebido como as mulheres negras precisavam urgentemente adquirir conhecimento – uma lanterna para os passos de seu povo e uma luz no caminho para a liberdade.” (DAVIS, 2016, p. 112).

Percebe-se, sob a ótica estudada, que as mulheres negras foram constantemente apagadas da história do movimento feminista. Isso, inclusive, se deve ao fato de que, “[...] quando se falava das ‘mulheres’, a experiência das brancas era universalizada como representação da experiência de todo o sexo feminino.” (HOOKS, 2017, p. 163). Entretanto, sabe-se que abusos sexuais e maus-tratos eram cometidos contra as mulheres negras, que

sofriam de forma diferente das mulheres brancas, com opressões ligadas à cor da pele e à conjuntura racista – no contexto escravagista e posterior (DAVIS, 2016).

Significativamente, à medida que movimento feminista progrediu, as mulheres negras e de cor que ousaram desafiar a universalização da categoria "mulher" criaram uma revolução nos estudos acadêmicos feministas. [...] Paradoxalmente, essa grande intervenção não serviu de catalisadora para que um número maior de mulheres negras trabalhassem pelo feminismo. Hoje em dia, o número de brancas que pautam sua produção acadêmica por um ponto de vista feminista que inclui a raça é muito maior que o de negras (HOOKS, 2017, p. 167).

Entretanto, foram as mulheres negras que trabalharam pelas famílias, sob chicotes, tendo sido estupradas, espancadas e oprimidas (DAVIS, 2016). Elas

transmitiram para suas descendentes do sexo feminino [...] um legado de trabalho duro, perseverança e autossuficiência, um legado de tenacidade, resistência e insistência na igualdade sexual – em resumo, um legado que explicita os parâmetros para uma nova condição da mulher (DAVIS, 2016, p. 41).

Todo o contexto histórico explica, neste sentido, as razões para o surgimento do feminismo negro, com o objetivo de tratar as pautas negras e relacionadas diretamente às opressões tão singulares que as mulheres negras sofrem. Aspectos ligados à escravidão, objetificação do corpo da mulher negra, relações entre gêneros e a importância de discutir a presença destas mulheres na academia, por exemplo, dão sentido às discussões, pertinentes, do movimento negro.

3.1.4 Feminismo lésbico

Também na procura por visibilidade e representatividade dentro do movimento feminista, as mulheres lésbicas²⁶ deram início à luta particular, já no fim da década de 60, quando a vertente emergiu no mundo ocidental (OLIVEIRA, 2017). Oliveira (2010, online), explica que, neste ponto, as “questões da opressão da sexualidade se cruzaram com a opressão de gênero”. Para entender a importância desta luta específica, leva-se em conta que as mulheres têm sido rotuladas desde sempre:

O feminismo é um movimento plural, como temos vindo a afirmar com alguma insistência, no sentido de deixar claro que não aceitamos a simplificação da sua redução a uma perspectiva, a um estereótipo, como não aceitamos a redução misógina e sexista sobre as mulheres que tem tentado, historicamente, dividir-nos entre mães, puras, virgens e assexuadas, por um lado, e perversas, putas, ninfomaniacas, mal-amadas, por outro. O olhar estreito de algumas pessoas sobre o

²⁶ No presente trabalho, opta-se pelo uso da palavra lesbianidade, rejeitando o termo “lesbianismo”. A decisão parte da utilização do sufixo “ismo” de forma pejorativa, bem como a referência a doenças e o seu significado: “Conjunto de ideias, teorias, doutrinas, princípios ou correntes cujos nomes terminam em ismo, especialmente quando são consideradas insensatas ou pouco práticas (o termo é mais usado no plural e com sentido pejorativo).” (MICHAELIS, online).

feminismo não deixa de ser a continuação do olhar misógino sobre as mulheres (MAGALHÃES, 2010, p. 34-35).

Este mesmo olhar, que tenta encaixar as mulheres em estreitas caixas, fez com que a história da ótica lésbica sobre o feminismo fosse subjulgada – muitas vezes, dentro do próprio movimento. “Contada quase unicamente pela voz do patriarcado, a história apagou de suas páginas a participação de mulheres lésbicas.” (OLIVEIRA, 2017, p. 7). Apesar disto,

Cresceu neste movimento a necessidade de criar – produzir, construir – um outro mundo que fosse capaz de sair da dicotomia entre a masculinidade hegemônica e heterossexual e a feminilidade enfatizada das donas de casa e mães de volta dos tachos e das fraldas (MAGALHÃES, 2010, p. 37).

Nesta construção, historicamente, “Os anos 1970 são marcados pelo processo de abertura, alavancado pela revolução sexual. Nesse período, a emergência de práticas sexuais diversas e de novos repertórios possibilitou o reexame dos sentidos atribuídos ao lesbianismo (sic) até então.” (BORGES, 2005, p. 1). Já no Brasil, nos anos 80,

[...] apesar de o tema da sexualidade ser central para o feminismo, ainda permaneciam certas resistências e pontos de tensão acerca de alguns assuntos, entre eles, o aborto e a homossexualidade. O temor do movimento era ter sua imagem associada à lesbianidade. Fora dos círculos feministas e dos locais de encontro estritamente fechados, os guetos, a expressão lésbica era praticamente invisível (BORGES, 2005, p. 2).

A oposição à ditadura, neste período, consubstanciou o movimento político de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. “Nesse primeiro momento, a pauta dos sujeitos LGBTs e de novos conceitos acerca da sexualidade e identidade de gênero estiveram alinhadas à luta pela democratização.” (OLIVEIRA, 2017, p. 9). As mulheres lésbicas, neste período, uniram-se em torno da redemocratização e do combate ao preconceito. Entretanto, conforme a autora, “A lesbofobia institucionalizada persistiu durante todo o regime [militar], reprimindo e violando direitos.” (OLIVEIRA, 2017, p. 16).

Os mesmos preconceitos perpetuados no militarismo brasileiro partiram de muito antes, previamente ainda do surgimento do movimento lésbico. Em um contexto histórico e ainda assim atual, “numa sociedade tão masculina, tão cheia de valores androcêntricos, tão centrada no masculino, as lésbicas fazem diferença [...]: vejam só, gostam de mulheres. Que coisa rara!” (MAGALHÃES, 2010, p. 38).

Os estereótipos que perpassam as mulheres como um todo são acentuados ainda mais quando se acrescenta a lesbianidade. Neste contexto, “As mulheres têm buscado sua autonomia, liberdade e identidade dentro de uma cultura que as exclui desde há muito.”

(GOBBI, 2003, p. 13). A mesma cultura trabalha com o conceito heterossexual como previsto. A heterossexualidade, neste sentido, é também compulsória.

[...] a noção utópica de uma sexualidade livre dos construtos heterossexuais, uma sexualidade além do “sexo”, não conseguiu reconhecer as maneiras como as relações de poder continuam construindo a sexualidade das mulheres, mesmo nos termos de uma homossexualidade ou lesbianismo (sic) “liberados” (BUTLER, 2003, p. 54).

Tais construções das relações de poder condizem com as opressões sofridas pelas mulheres lésbicas. O homem, em senso comum, deveria ser o centro de uma relação amorosa ou familiar. Desta forma, há uma barreira social e cultural a ser vencida para o entendimento da lesbianidade e do movimento feminista lésbico como um todo. As reivindicações, neste sentido, dizem respeito à visibilidade e aceitação, embora elas sejam utópicas.

Há um limite à tolerância (e não aceitação) da sociedade para com as lésbicas. [...] Tolera-se, em maior ou menor grau, a existência das lésbicas, mas desde que não demonstremos afetividade em público e à luz do dia, não afirmemos nossa sexualidade com orgulho, não levantemos nossa bandeira de luta. A lesbianidade pode ser tolerada, desde que seja vivida na invisibilidade a que é condenada (OLIVEIRA, 2017, p. 13).

Sob a mesma forma de luta feminina, de promover visibilidade, “O ‘empoderamento’ das lésbicas dentro dos grupos mistos significa empoderá-las também como mulheres. E mulheres empoderadas são fundamentais para mudarmos o mundo.” (MAGALHÃES, 2010, p. 45). Mudam o mundo por romperem com os conceitos misóginos e machistas, de superioridade masculina e mesmo de estereótipos aos quais as mulheres foram relegadas durante a história.

Se as pautas das mulheres lésbicas são barradas ou limitadas nos espaços de discussão que lhes envolvem, não é possível transformar a vida das mesmas. Assim, da mesma forma é também impossível tirar do feminismo o caráter heterocentrado e a misoginia do movimento LGBT. Não reconhecer a história das mulheres lésbicas é violência (OLIVEIRA, 2017, p. 18).

As mulheres lésbicas, assim, têm papel central dentro do movimento feminista por pensar as proposições não heteronormativas e de inclusão, unindo, de certa forma, a comunidade LGBT e a luta feminista. Magalhães (2010, p. 46) infere: “O feminismo lésbico está vivo, vibrante, sedento. O futuro também começa hoje.” Não só o futuro, no entanto. A luta feminista lésbica também deu início e segue instigando a revolução do movimento social.

3.1.5 Perspectiva interseccional

Apesar da importância teórica das vertentes feministas citadas – e outras – ainda existe a perspectiva interseccional, que, de forma simplória, une as outras vertentes existentes. “Some suggest that intersectionality is a theory, others regard it as a concept or heuristic device, and still others see it as a reading strategy for doing feminist analysis.²⁷” (DAVIS, 2008, p. 68). Desta forma, não é possível definir exatamente em qual aspecto estudioso o tema se encaixa. De qualquer maneira, sua importância é amplamente discutida, considerando que

O conceito de interseccionalidade [...] permite dar visibilidade às múltiplas formas de ser “mulher” sem cair no reducionismo de um princípio (sic) unificador comum mas sem, contudo, resvalar para um relativismo que desloca as relações de poder envolvidas nas diversas formas de opressão, transformando-as em mero objeto de disputa discursiva (RODRIGUES, 2013, p. 6).

Sob esta ótica, é possível compreender que a perspectiva interseccional relativiza as opressões e as coloca, de alguma forma, sob o mesmo patamar. Como destaca Hirata (2014, p. 69), “A interseccionalidade é vista como uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas, e portanto como um instrumento de luta política.” Assim, “[...] um de seus pontos fracos - sua maleabilidade e imprecisão teórica - também garante sua vivacidade e popularidade.” (RODRIGUES, 2013, p. 1).

Neste sentido, um modelo de “soma” de opressões [...] é incapaz de compreender estas interconexões entre formas distintas de opressão se sobrepõem e se influenciam mutuamente. Há que se ter em mente [...] que gênero, raça e classe social são sistemas distintos de opressão subjacentes à única estrutura de dominação. E, [...] uma mera comparação entre sistemas de opressão é contraproducente, pois corre-se o risco de hierarquizar formas de opressão que são, em última (sic) análise (sic), completamente imbricadas umas às outras (RODRIGUES, 2013, p. 5-6).

Considerando ainda que “‘Intersectionality’ addresses the most central theoretical and normative concern within feminist scholarship: namely, the acknowledgement of differences among women.²⁸” (DAVIS, 2008, p. 70), entende-se que a perspectiva “[...] pode se constituir num novo campo de investigação feminista capaz de encorajar feministas das mais distintas perspectivas a se engajar criticamente com seus próprios pressupostos de maneira reflexiva, situada e responsável.” (RODRIGUES, 2013, p. 10).

²⁷ Tradução livre: “Alguns sugerem que a interseccionalidade é uma teoria, outros a consideram como um conceito ou dispositivo heurístico, e outros ainda a veem como uma estratégia de leitura para fazer análises feministas.” (DAVIS, 2008, p. 68).

²⁸ Tradução livre: “‘Interseccionalidade’ aborda as questões teóricas e normativas mais centrais nos estudos feministas: isto é, o reconhecimento de diferenças entre as mulheres.” (DAVIS, 2008, p. 70).

Intersectionality initiates a process of discovery, alerting us to the fact that the world around us is always more complicated and contradictory than we ever could have anticipated. It compels us to grapple with this complexity in our scholarship. It does not provide written-in-stone guidelines for doing feminist inquiry, a kind of feminist methodology to fit all kinds of feminist research. Rather, it stimulates our creativity in looking for new and often unorthodox ways of doing feminist analysis. Intersectionality does not produce a normative straitjacket for monitoring feminist inquiry in search of the ‘correct line’. Instead it encourages each feminist scholar to engage critically with her own assumptions in the interests of reflexive, critical, and accountable feminist inquiry²⁹ (DAVIS, 2008, p. 79).

A perspectiva interseccional, desta forma, trabalha com os conceitos de raça, classe e gênero de forma intrínseca, de certa maneira englobando todos os conceitos e buscando abranger as teorias e ações de cada movimento feminista. Portanto, a interseccionalidade é importante, do ponto de vista teórico, para entender a linha tênue onde as vertentes se encontram e procuram um equilíbrio. Esta linha é pautada, também, na mídia de forma geral, considerando que não assume qualquer posição fixa, ou seja, se adapta a todas as teorias.

3.2 Discursos midiáticos do movimento social

Cumprindo seu papel social, o jornalismo pode atuar como fonte de informações sobre o movimento feminista. Como destaca Chaparro (1993, p. 118, grifo do autor): “[...] nunca é demais lembrar que a atividade jornalística deve ser avaliada e avalizada pelas questões de *interesse público* [...]. E quanto mais vigorosos forem os atributos de relevância social da informação, maior será a dimensão do interesse público atendido”.

Desta forma, através de pautas plurais e esclarecedoras, as ações jornalísticas podem dar luz às reivindicações do movimento social, principalmente na era do jornalismo online, com grande potencial para aumentar a difusão e alcance das informações, e uma maior liberdade para produções alternativas, conforme trabalhado no capítulo anterior. A partir do uso da internet,

O jornalismo digital online permite trilhar uma via de divulgação independente, análise, reafirmação e discussão da agenda feminista, garantindo novas formas de expressão pessoal e coletiva, que superam o profissionalismo rígido das redações, e podem interagir com iniciativas políticas e sociais (VECCHIO-LIMA; SOUZA, 2017, online).

²⁹ Tradução livre: “A interseccionalidade inicia um processo de descoberta, nos alertando para o fato de que o mundo à nossa volta é sempre mais complicado e contraditório do que nós poderíamos antecipar. Nos obriga a lidar com essa complexidade em nosso conhecimento. Ela não provê orientações escritas em pedra para fazer a investigação feminista [...]. Ao invés disso, ela estimula nossa criatividade para olhar para novas e frequentemente não-ortodoxas formas de fazer análises feministas. A interseccionalidade não produz uma camisa-de-força normativa para monitorar a investigação feminista na busca de uma ‘linha correta’. Ao invés disso encoraja a cada acadêmica feminista a se envolver criticamente com suas próprias hipóteses nos interesses de uma investigação feminista reflexiva, crítica e responsável.” (DAVIS, 2008, p. 79).

Mas estas perspectivas não são estritamente recentes. Segundo Scalzo (2003, p. 33),

As revistas femininas³⁰ existem desde que surgiram as revistas no país. Elas começaram a aparecer, aqui e ali, sem muito alarde, geralmente feitas e escritas por homens. Traziam as novidades da moda, importadas da Europa, dicas e conselhos culinários, artigos de interesse geral, ilustrações, pequenas notícias e anedotas. Esse modelo foi repetido, com pequenas diferenças, durante todo o século XIX e a primeira metade do século XX. É certo que houve, também, neste período, publicações feitas de mulheres para mulheres, preocupadas com sua condição na sociedade e seus direitos, mas são poucas e a maioria tem vida curta.

O fenômeno do desaparecimento das produções feitas por mulheres é explicado, em partes, através das diferentes perspectivas sociais da época em que surgiram. Enquanto os periódicos antigos tratavam de dicas culinárias e de moda, as revistas acabaram por se modernizar e por incorporar, muitas vezes, o discurso feminista. A abordagem de temas picantes, sociais e obscuros teve início com a jornalista e psicóloga Carmen da Silva, colunista da revista *Claudia* (SCALZO, 2003).

Entre 1850 e 1900 a imprensa dirigida por mulheres cresceu. Como traço comum, as publicações da época desenvolviam pautas que transcendiam a culinária, a etiqueta e a moda, empunhando como bandeiras a defesa do acesso das mulheres à educação (ao conhecimento das ciências humanas e da natureza); o fim da escravidão; a queda da monarquia e o voto feminino. [...]

Entre as décadas de 1950 e 1970, o movimento de emancipação das mulheres brasileiras foi influenciado primeiro pela onda feminista contemporânea iniciada com as idéias da escritora francesa Simone de Beauvoir, autora do livro *O segundo sexo* (cuja primeira edição data de 1949) (MOREIRA, 2003, p. 136, grifo da autora).

Sob a análise histórica da participação feminina, apesar da criação dos primeiros colégios para meninas datar de 1809, a literatura e o jornalismo eram espaços tipicamente masculinos, sobrando às garotas os bordados e afazeres domésticos (MOREIRA, 2003). “Mas ainda na primeira metade do século XXI há registro de duas publicações feministas: O jornal pernambucano *Espelho das Brasileiras* (1831) e o gaúcho *Belona* (1833-1834).” (MOREIRA, 2003, p. 136, grifo da autora).

Ainda sob o aspecto histórico, o Brasil teve uma imprensa ativamente feminista na segunda metade do século XX – que apoiou e divulgou as mais importantes pautas do feminismo (BARCELOS, 2017).

Os jornais *Brasil Mulher* – que circulou em todo o Brasil de 1975 até março de 1980 e teve o total de dezesseis edições –, *Nós Mulheres* e *Mulherio* abordavam assuntos feministas, como o direito ao aborto e à liberação da vida sexual da mulher. Foram criados também jornais por grupos regionais, como *Libertas* – editado por um grupo de mulheres de Porto Alegre (1981) –, o *Chanacomchana* – publicado pelo Grupo de

³⁰ Apesar de serem revistas voltadas ao público feminino, os periódicos não necessariamente tratavam dos temas feministas nesta época. Entretanto, em termos históricos, ter as mulheres como público configura-se ponto importante para a discussão.

Ação Lésbica Feminista de São Paulo (1984) – e o Maria Maria – publicado pelo grupo Brasil Mulher de Salvador a partir de 1984 (BARCELOS, 2017, p. 37).

Também nos anos 70, circulou nos Estados Unidos a revista *Ms.*, totalmente direcionada às mulheres. A primeira edição já prometia temas como irmandade, aborto, filhos, papéis sexuais e vida como dona de casa. Abertamente feminista, a revista foi considerada a concretude da “maioridade” do feminismo – enquanto outras teóricas condicionaram sua existência à redução do movimento social a puro comércio. De qualquer forma, “[...] a *Ms.* rapidamente tornou-se um sucesso nacional.” (FARRELL, 2004, p. 13, grifo da autora). Chamada, inclusive, de porta-voz do feminismo popular, o periódico tinha um público estimado em 3 milhões de leitoras (FARRELL, 2004).

A última edição comercial da revista circulou em 1989. Um dos entraves encontrados, conforme Farrell (2004, p. 15-16, grifo da autora), foi a questão financeira:

Ao mesmo tempo em que a *Ms.* prometia às suas leitoras funcionar como um “fórum aberto” e “trabalhar por um mundo melhor”, tinha também que sobreviver em um ramo da mídia que a obrigava a atrair o maior número possível de anunciantes, muitos dos quais não se sentiam nem um pouco à vontade com o posicionamento político declarado da revista.

Contemporaneamente, as mídias independentes conseguem driblar esta peculiaridade através do financiamento coletivo e a discussão destes temas – e até mesmo assuntos mais complexos. Assim, eles têm tido mais espaço na mídia tradicional, pelo avanço do debate. Da mesma forma que o movimento social, o objetivo da abordagem jornalística sobre o feminismo “não se trata [...] de um torneio sobre palavras e rótulos, mas de uma procura de se esclarecer certas questões que poderão obstaculizar a participação das massas femininas na luta por sua verdadeira e real emancipação.” (MONTENEGRO, 1981, p. 29). Leva-se em conta, ainda, que “[...] a capacidade que a mídia tem de influenciar o conhecimento do que é veiculado varia de acordo com tema exposto. Dependendo dos meios à (sic) influência pode ser maior, ou menor.” (MACIEL, 2003, p. 130).

As revistas buscam, na medida do possível, refletir um aparente consenso social, ou melhor, as idéias dominantes sobre o masculino, o feminino e as relações homem-mulher. Assim, elas também são espaços onde as relações sociais, com sua distribuição de poder, se estabelecem, são produzidas, reforçadas e reproduzidas (BASSANEZI, 1996, p. 15).

Com essas ideias dominantes, criou-se ainda o imaginário social sobre o feminismo como movimento popular. Adichie (2015, p. 14-15) pondera que o termo “feminista” carrega consigo um peso negativo, considerando que, no imaginário social “[...] a feminista odeia os homens, odeia sutiã, odeia a cultura africana, acha que as mulheres devem mandar nos

homens; ela não se pinta, não se depila, está sempre zangada, não tem senso de humor, não usa desodorante.”

E estes estereótipos são perpetuados inclusive entre os sujeitos femininos: “Até mesmo algumas das mulheres que possuem atitudes feministas têm receio de se autodeclarar feministas justamente por uma construção do imaginário coletivo que mostra o feminismo como algo reprovável, uma prática de mulheres ‘mal-amadas’.” (BARCELOS, 2017, p. 41).

[...] as feministas foram percebidas como mulheres feias, infelizes e sexualmente rejeitadas pelos homens e, convenhamos, não é muito raro ouvirmos outras mulheres reafirmando estes estigmas.

A associação da figura da feminista com o lesbianismo, a histeria, o "furor uterino", a incapacidade de ser amada por um homem, o tipo físico característico, enfim, com todas as misóginas concepções vitorianas sobre a sexualidade feminina marca profundamente a referência através da qual se lida com o fenômeno (RAGO, 2012, p. 11-12).

E esse imaginário social criado sobre a prática feminista pode ser perpetuado, inclusive, através do jornalismo. Como comenta Adichie (2015, p. 24), “[...] a questão de gênero, como está estabelecida hoje em dia, é uma grande injustiça”. Farrell (2004, p. 39, grifo da autora) corrobora e lembra que

Quaisquer que fossem as diferenças que caracterizavam as mulheres que deram os primeiros passos no movimento feminista (e havia muitas), o que conectava muitas delas era a raiva que sentiam da grande mídia. Iniciando-se com a publicação de *The Feminine Mystique* muitas ativistas voltaram sua atenção para a forma como a mídia tradicional, em particular as revistas femininas, haviam perpetuado a imagem estereotipada da mulher como dona de casa, mãe e consumidora desprovida de cérebro, interessada apenas em agradar os homens da sua vida. Em casos extremos, a mídia podia sufocar o movimento ao negar qualquer tipo de cobertura, ou poderia lhe dar vida, levando sua palavra a toda uma nação. Ironicamente, as ativistas viam a mídia como a raiz dos problemas das mulheres e também como potencial de solução.

A partir da abordagem teórica sobre o impacto da construção jornalística, é possível afirmar que este estabelecimento de conceitos pode ter raízes no jornalismo, além das convenções sociais tradicionais. Desmistificar estes padrões, portanto, é uma das atuações feministas. Leva-se em conta também que

O movimento [feminista] acredita que o isolamento a que as mulheres estão sujeitas reitera a subalternidade da condição feminina, pois ele impede que elas percebam que partilham uma condição comum. Se esse aspecto é considerado importante, ele não é suficiente. As mulheres convivem entre si e nem sempre percebem que são oprimidas. É preciso que os grupos criem uma espécie diferente de relacionamento entre mulheres baseada na franqueza, na confiança mútua, no reconhecimento da experiência alheia, como também no da própria experiência (GREGORI, 1993, p. 50).

Desta forma, o próprio jornalismo pode atuar levando as experiências feministas para outras mulheres, quebrando paradigmas criados sobre o movimento. A rede sob a qual o

feminismo trabalha pode ser, sim, consolidada através do jornalismo. Uma das principais ferramentas para o alcance de tal objetivo é a construção da prática jornalística com foco em experiências feministas e femininas, que tragam a mulher como personagem e também como centro do discurso e da narrativa.

3.3 A mulher no centro do discurso jornalístico

Para além do aumento da representatividade feminista dentro das pautas jornalísticas, busca-se, como forma de validar a prática jornalística como indispensável na construção do movimento social, a verdade e o compartilhamento de experiências reais, que carreguem consigo o peso da veracidade. Conforme Maciel (2003, p. 129), a representação midiática é resultado de movimentos significantes: “Os meios outorgam relevância a uns determinados temas e ocultam outros, desta forma influem no público assinalando quais assuntos terão que ter mais destaque”. Desta forma, a mídia (tradicional ou independente) trabalha como certificadora da expressão feminista.

Sob o mesmo aspecto, a autora ressalta que “[...] a mídia é o veículo que expressa opiniões sobre o mundo”, sendo que rádio, televisão, internet e periódicos “[...] são um sistema seguro para romper estereótipos que afetam as mulheres, atraindo a atenção aos problemas de igualdade, tanto em casa como na vida pública, proporcionando às mulheres jovens novas imagens, idéias e ideais que possam mudar suas vidas.” (MACIEL, 2003, p. 129). Pensando nisso, é importante colocar mulheres diretamente no centro do discurso. Leva-se em conta que

Os jornalistas gostam de pensar que são os representantes do público, cobrindo a sociedade em todos os seus níveis, no interesse geral. Acontece, porém, que mais e mais o público não acredita nos jornalistas. As pessoas vêem (sic) sensacionalismo, exploração, e sentem que os profissionais de imprensa querem mesmo é faturar, ficar famosos, ou, pior ainda, mostrar uma alegria maldosa com a desgraça alheia. Para reconciliar os leitores com as notícias, e através destas com um mundo mais amplo, o jornalismo deve restabelecer a lealdade aos cidadãos que a indústria editorial ajudou, de forma equivocada, a subverter (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 109).

A verdade, neste sentido, além de ser primordial ao discurso jornalístico, é também essencial na representatividade feminista. Histórias reais, narrativas concretas e que trazem à tona temas relevantes para a agenda do movimento social são aspectos a serem levados em conta. A identidade feminina, ao ser trabalhada jornalisticamente, põe luz sobre temas até então despercebidos. Por exemplo, “mesmo tendo uma jornada de trabalho de oito horas fora de casa, como os maridos, elas continuavam sendo as responsáveis pelos afazeres do lar e a

segunda jornada virou rotina na vida da maioria das mulheres.” (BARCELOS, 2017, p. 37-38). Este é um dos aspectos abordados pela mídia quando a mesma passou a retratar o feminismo e a identidade feminina sob o olhar das mulheres – que desejam cada vez mais espaços.

As ONGS tem-se (sic) preocupado de questões que antes eram ignoradas, eram deixadas à margem, como a violência contra as mulheres e os direitos de saúde e maternidade. Estas organizações têm levado esses temas ao debate político e também às associações com vistas a solucionar e encontrar os meios para diagnosticar e tentar resolver o problema.

Estes movimentos proporcionam ativamente as pautas de referência para que se possa publicar a realidade e seja (sic) utilizadas as notícias, com fins de interpretar e discutir sobre o assunto, os reflexos dos enquadramentos e a forma que foi tratada a notícia também produz mudança nas opiniões e atitudes, devido justamente, as alterações realizadas para a busca da definição do problema (MACIEL, 2003, p. 130).

Desta forma, infere-se que o jornalismo atua como meio para a discussão feminista, levando em conta ainda que é difícil tratar esses temas dentro da nossa sociedade.

Não é fácil conversar sobre a questão de gênero. As pessoas se sentem desconfortáveis, às vezes até irritadas. Tanto os homens como as mulheres não gostam de falar sobre o assunto, contornam rapidamente o problema. Porque a ideia de mudar o status quo é sempre penosa.

Algumas pessoas me perguntam: “Por que usar a palavra ‘feminista’? Por que não dizer que você acredita nos direitos humanos, ou algo parecido?” Porque seria desonesto. O feminismo faz, obviamente, parte dos direitos humanos de uma forma geral — mas escolher uma expressão vaga como “direitos humanos” é negar a especificidade e particularidade do problema de gênero. Seria uma maneira de fingir que as mulheres não foram excluídas ao longo dos séculos. Seria negar que a questão de gênero tem como alvo as mulheres. Que o problema não é ser humano, mas especificamente um ser humano do sexo feminino. Por séculos, os seres humanos eram divididos em dois grupos, um dos quais excluía e oprimia o outro. É no mínimo justo que a solução para esse problema esteja no reconhecimento desse fato (ADICHIE, 2015, p. 42-43).

Não omitir a presença do feminismo e destruir preconceitos relacionados ao movimento social é, portanto, papel do jornalismo consciente. Cumprindo o lema social relacionado à prática jornalística, os jornais, revistas e outros periódicos levam informações que importam para as mulheres, que se libertam de amarras, e para a sociedade, que parte em um caminho de libertação sobre padrões de feminilidade, sexo, sexualidade e outros aspectos da vida das mulheres.

4 METODOLOGIA

A pesquisa realizada no presente trabalho analisou conteúdos da revista digital AzMina³¹ a partir de um recorte temporal e de autoria, tendo como base, essencialmente, a pesquisa qualitativa. Conforme Goldenberg (2009, p. 14), “Na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão.”

O objetivo geral da pesquisa foi compreender como a Revista AzMina aborda o movimento social feminista sob a ótica de mulheres diversas. Este propósito só pode ser atingido através da pesquisa qualitativa, considerando que estas pesquisas “[...] trabalham com: significados, motivações, valores e crenças e estes não podem ser simplesmente reduzidos às questões quantitativas, pois que, respondem a noções muito particulares” (BONI; QUARESMA, 2005, p. 70).

Tendo ainda como proposta o cumprimento dos objetivos específicos – 1) analisar conteúdos da Revista AzMina para diagnosticar em qual vertente feminista é possível enquadrar a instituição; 2) identificar os processos produtivos desenvolvidos na redação da AzMina a partir das reportagens escolhidas como objeto empírico; e 3) mapear as fontes que aparecem nas reportagens selecionadas e verificar seu papel na narrativa jornalística –, estabeleceu-se a escolha de três jornalistas autoras de reportagens que foram veiculadas no site.

Para tanto, foram selecionadas Carolina Oms³², Nana Queiroz³³ e Helena Bertho³⁴. Para a escolha, foram levadas em conta as autoras que possuíam graduação em jornalismo. Após a primeira etapa de filtro, levou-se em consideração as autoras que têm maior número de publicações no site. A partir de então, foram selecionadas duas reportagens de cada uma das três jornalistas escolhidas. O recorte temporal caracterizou-se pela seleção das duas últimas publicações de cada autora³⁵. Buscando a compreensão acerca das publicações, é importante entender a história da AzMina, conforme consta no subcapítulo seguinte.

³¹ Disponível em: <<http://azmina.com.br/>>

³² Perfil disponível em: <<http://azmina.com.br/author/carol-oms/>>

³³ Perfil disponível em: <<http://azmina.com.br/author/nana.queiroz/>>

³⁴ Perfil disponível em: <<http://azmina.com.br/author/helena.bertho/>>

³⁵ Considerando o objetivo jornalístico, os textos de opinião e colunas (devidamente caracterizados pelo layout do site) foram ignorados na seleção. A seleção ocorreu no dia 12 de novembro de 2018.

4.1 A Revista AzMina

Fruto de um financiamento coletivo, a revista AzMina foi criada em setembro de 2015, por sete mulheres, com a missão de “Promover a equidade de gênero por meio da informação e da educação, considerando especificidades de raças, classe e orientação sexual.” (AZMINA, 2018, online). As criadoras foram Carolina Oms³⁶, Nana Queiroz³⁷, Leticia Bahia³⁸, Tamy Rodrigues³⁹, Larissa Ribeiro⁴⁰, Helena Bertho⁴¹ e Carolina Vicentin⁴².

Quando começamos a sonhar em fazer uma revista feminista, independente, que respeita e valoriza a mulher em toda a sua diversidade, feminismo ainda era palavrão, sexo vinha com manual de instrução para “satisfazer seu homem”, gordura era crime e mulheres negras, indígenas, trans e lésbicas eram invisíveis para a grande mídia (AZMINA, 2018, online).

Desde a criação, a revista já foi premiada com o Prêmio Synapsis⁴³, ainda em 2015, por uma série sobre o aborto legal; em 2016, com o Troféu Mulher Imprensa, concedido por voto popular, na categoria Projeto Jornalístico; e obteve reconhecimento por campanhas lançadas, com cinco leões em Cannes, no total (BENFEITORIA, 2018, online)⁴⁴. A revista AzMina se apresenta como “uma publicação online e gratuita para mulheres de A a Z - e também para homens que acreditem que um mundo feminista é mais legal.” (BENFEITORIA, 2018, online)⁴⁵. Desta forma, o periódico se posiciona perante ao movimento social como parte integrante do mesmo.

A visão da revista propõe “Criar um mundo onde gênero não influencie o acesso das pessoas a direitos e oportunidades” (AZMINA, 2018); já como valores, são elencados

Respeito à integridade de todas as pessoas, em qualquer contexto.

Empatia: AzMina procura se colocar no lugar do outro. Nosso jeito de contar histórias e de difundir o conhecimento passa pela escuta genuína e interessada, reconhecendo a singularidade de cada indivíduo e buscando soluções coletivas.

Diversidade: quanto mais vozes diferentes, mais longe a voz d’AzMina chegará e mais gente se sentirá parte dela. Temos o compromisso de trazer para o debate público vozes de diversas raças, classes, ideologias, orientações sexuais e gêneros.

³⁶ Perfil disponível em: <<https://azmina.com.br/author/carol-oms/>> Acesso em: 20 nov. 2018.

³⁷ Perfil disponível em: <<https://azmina.com.br/author/nana-queiroz/>> Acesso em: 20 nov. 2018.

³⁸ Perfil disponível em: <<https://azmina.com.br/author/leticia-bahia/>> Acesso em: 20 nov. 2018.

³⁹ Perfil disponível em: <<https://azmina.com.br/author/tamy-rodrigues/>> Acesso em: 20 nov. 2018.

⁴⁰ Perfil disponível em: <<https://azmina.com.br/author/larissa-ribeiro/>> Acesso em: 20 nov. 2018.

⁴¹ Perfil disponível em: <<https://azmina.com.br/author/helena-bertho/>> Acesso em: 20 nov. 2018.

⁴² Perfil disponível em: <<https://azmina.com.br/author/carol-vicentin/>> Acesso em: 20 nov. 2018.

⁴³ Prêmio da Federação Brasileira de Hospitais (FBH), tem “o propósito de estimular o debate propositivo sobre o sistema de saúde brasileiro, além de reconhecer, valorizar e difundir trabalhos inéditos de jornalismo.” Disponível em: <<http://fbh.com.br/premio-synapsis/>> Acesso em: 23 abr. 2018.

⁴⁴ Disponível em: <<https://benfeitoria.com/azmina>> Acesso em: 19 abr. 2018.

⁴⁵ Idem 4.

Leveza: falamos sobre temas sérios e lidamos com questões dolorosas, mas buscamos sempre um caminho doce. AzMina se pretende acessível, propositiva e otimista.

Excelência e responsabilidade na apuração e na transmissão de conteúdo.

Independência editorial: a Revista AzMina tem total autonomia em relação ao conteúdo que produz.

Linguagem acessível: queremos conversar com o maior número possível de pessoas e apostamos na linguagem como ponte. Simplificamos ao invés de complicar.

Diálogo: apostamos na troca de ideias como forma de promover a transformação e buscamos dar voz a diferentes pontos de vista.

Gestão coletiva: AzMina busca construir consensos e tomar decisões coletivamente, respeitando a autonomia de ação e de decisão de cada área, além das áreas de saber de cada profissional.

Transparência: Dados e processos abertos e compartilhados sempre. (AZMINA, 2018, online).

Desde o início das atividades, o periódico trabalha com financiamentos coletivos⁴⁶. O primeiro financiamento, produzido em 2015, reuniu 603 doações, através do site juntos.com.vc⁴⁷. “O carro-chefe da primeira edição foi uma reportagem investigativa sobre condições de trabalho precárias em fábricas de roupas na China e editorial inspirado em mulheres históricas, como a artista mexicana Frida Kahlo e Dandara dos Palmares.” (AZMINA, 2018, online).

Atualmente, a página inicial da AzMina conta com uma chamada principal, sendo ela reportagem ou mesmo texto opinativo, em destaque. Em seguida, existe a opção de apoiar a revista financeiramente. Com azul, roxo e rosa (em vários tons) sendo as cores mais fortes, a sessão seguinte é de reportagens, onde aparecem os últimos conteúdos publicados. “Especiais” vem logo em seguida, com a sessão de colunas logo abaixo. Depois, os leitores têm acesso ao “Divã d’AzMina”, que apresenta textos de cunho opinativo.

⁴⁶ Conceituado no subcapítulo 2.2.2 Financiamento coletivo.

⁴⁷ Disponível em: <<http://juntos.com.vc/pt/azmina>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

Figura 1 – Página principal da AzMina



Fonte: azmina.com.br

No cabeçalho do site, há as sessões: reportagens, opinião, especiais, quem somos e educacional, além dos links para as redes sociais. Dentro do segmento “reportagens”, há as opções mostradas na Figura 2. Já na área de “Opinião”, existem as sessões apresentadas na Figura 3.

Figura 2 – Sessão “Reportagens”



Fonte: azmina.com.br

Figura 3 – Sessão “Opinião”



Fonte: azmina.com.br

Com as devidas segmentações, a revista trabalha em diversas reportagens, com diferentes aspectos: sociais, de classe, raça e outros. Para entender os processos produtivos envolvidos em tais textos, optou-se pela aplicação da entrevista semiestruturada.

4.2 Entrevista semiestruturada

A partir da seleção de jornalistas e respectivas reportagens, foram elaborados roteiros para realização das entrevistas, cujos roteiros podem ser consultados nos Apêndices A e B. O termo foi conceituado por Haguette (1995, p. 86) como: “um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”. Goldenberg (2009, p. 88) classifica como vantagens da entrevista:

1. pode coletar informações de pessoas que não sabem escrever;
2. as pessoas têm maior paciência e motivação para falar do que para escrever;
3. maior flexibilidade para garantir a resposta desejada;
4. pode-se observar o que diz o entrevistado e como diz, verificando as possíveis contradições;
5. instrumento mais adequado para a revelação de informação sobre assuntos complexos, como as emoções;
6. permite uma maior profundidade;
7. estabelece uma relação de confiança e amizade entre pesquisador-pesquisado, o que propicia o surgimento de outros dados.

Partindo de tais conceituações, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, que “combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto.” (BONI; QUARESMA, 2005, p. 75). Uma das vantagens deste tipo de metodologia é que “As respostas espontâneas dos entrevistados e a maior liberdade que estes têm podem fazer surgir questões inesperadas ao entrevistador [...] poderão ser de grande utilidade em sua pesquisa.” (BONI; QUARESMA, 2005, p. 75).

As conversas com as jornalistas da AzMina serviram como formas de compreensão dos processos produtivos e de bastidores da produção jornalística. Além disso, as entrevistas contribuíram na análise dos conteúdos. Por razões logísticas e também por opção de Carolina Oms e Helena Bertho, as entrevistas foram realizadas pelo aplicativo de mensagens WhatsApp, através do qual as jornalistas enviaram áudios com as respostas, posteriormente transcritos pela pesquisadora. Foi tentado contato com a terceira jornalista, Nana Queiroz, mas a mesma não retornou os e-mails enviados. As colegas informaram que ela usufruía de licença maternidade no período de contato.

Concomitantemente, os conteúdos selecionados foram analisados frente às perspectivas feministas, a fim de se descobrir a qual vertente do movimento social podem ser inseridas, objetivando a classificação editorial dos materiais analisados. A pesquisa se deu através do recurso metodológico da análise de conteúdo, conceituado a seguir.

4.3 Análise de conteúdo

Foi realizada a análise de conteúdo visando o cumprimento dos seguintes objetivos específicos: diagnosticar em qual vertente feminista é possível enquadrar a instituição; e, mapear as fontes que aparecem nas reportagens selecionadas e verificar seu papel na narrativa jornalística. Conceitualmente, o método de pesquisa serve “[...] como ferramenta auxiliar na compreensão de fenômenos sociais, a partir do que é registrado pelos meios de comunicação. Sendo assim, o método encontra terreno fértil em pesquisas na comunicação social” (QUADROS; ASSMANN; LOPEZ, 2014, p. 89-90). Bardin (1977, p. 31) concorda, ao afirmar que

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações.

Ainda conforme a autora, a técnica oscila entre a objetividade e a subjetividade, como se trabalhasse aspectos de ambas as linhas de pesquisa. A análise de conteúdo “Absolve e cauciona o investigador por esta atracção pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (do não-dito), retido por qualquer mensagem.” (BARDIN, 1977, p. 9).

A partir dos conceitos trabalhados pelos autores supracitados, foi realizada a análise dos conteúdos partindo das teorias feministas apresentadas nos capítulos anteriores e estudos comunicacionais relacionados ao tema. Para isto, levou-se em conta que “A análise de conteúdo, portanto, parte de uma descrição objetiva e sistemática, baseada na codificação e categorização do conteúdo de uma mensagem, a partir da enumeração de unidades de registro pré-estabelecidas.” (QUADROS; ASSMANN; LOPEZ, 2014, p. 92). As autoras complementam, afirmando que

[...] as unidades de registro correspondem ao segmento de conteúdo que será considerado como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial. Assim, pode-se adotar como unidades de registro, por exemplo, uma palavra, um tema, um parágrafo, personagem, acontecimento ou documento. [...] Já as regras de enumeração dizem respeito ao modo de contagem das unidades de registro que será adotado na análise, que podem ser: a presença ou ausência, a frequência, intensidade, direção, ordem e co-ocorrência (QUADROS; ASSMANN; LOPEZ, 2014, p. 93).

Neste sentido, a análise trabalha com aspectos da pesquisa quantitativa. Entretanto, os números não significam apenas dados, mas um sentido mais amplo a ser analisado. “Para além do simples registro numérico da frequência de uma unidade, a análise de conteúdo visa

interpretar o que esses números representam no contexto estudado” (QUADROS; ASSMANN; LOPEZ, 2014, p. 94).

Considerando os conceitos trabalhados, foram analisadas as seguintes reportagens:

- Reportagem 1 - #HomãodaPorra: elogio ajuda ou atrapalha o feminismo?⁴⁸ (ANEXO 1)⁴⁹.
- Reportagem 2 - Ceder ou desistir: como o mercado está transformando profissionais em donas de casa⁵⁰ (ANEXO 2).
- Reportagem 3 - Laranjas profissionais? Com zero votos em eleições anteriores, elas são candidatas em 2018⁵¹ (ANEXO 3).
- Reportagem 4 - Ideologia de gênero: entenda o assunto e o que está por trás⁵² (ANEXO 4).
- Reportagem 5 - Como evitar ingredientes que podem prejudicar seu corpo e o meio-ambiente⁵³ (ANEXO 5).
- Reportagem 6 - Depilação: Existe machismo em cada pelo que arrancamos?⁵⁴ (ANEXO 6).

A partir dos textos selecionados, foram elaborados quatro gráficos. O gráfico número 1 contabilizou o número de fontes, categorizadas entre homens e mulheres. O segundo separou as entrevistadas mulheres entre especialistas e personagens⁵⁵. O terceiro gráfico numerou, simplesmente, quantas vezes o nome de cada entrevistado aparece na reportagem, categorizados entre homens e mulheres. Da mesma forma, o gráfico número 4 contabilizou quantas vezes fontes femininas e masculinas tiveram suas falas utilizadas entre aspas nos textos selecionados. Por último, há um apanhado de todas as reportagens, dando conta do status geral do conteúdo analisado com os moldes dos mesmos gráficos.

Além disso, foram elaboradas duas tabelas. Na primeira, foi elencada a presença dos termos “feminismo”, “machismo”, “trabalho”, “capitalismo”, “negra”, “lésbica”, “hétero” e “gênero” em cada uma das reportagens. A análise buscou identificar possíveis vertentes

⁴⁸ Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/homoadaporra-elogio-ajuda-ou-atrapalha-o-feminismo/>>

⁴⁹ Em anexo, estará apenas a primeira página de cada reportagem. Por razões de espaço, os PDFs com as reportagens completas estarão no CD entregue juntamente com o presente trabalho.

⁵⁰ Disponível em:

<<https://azmina.com.br/reportagens/ceder-ou-desistir-como-o-mercado-esta-transformando-profissionais-em-donas-de-casa/>>

⁵¹ Disponível em:

<<https://azmina.com.br/especiais/laranjas-profissionais-com-zero-votos-em-eleicoes-anteriores-elas-sao-candidatas-em-2018/>>

⁵² Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/ideologia-de-genero-entenda-o-assunto/>>

⁵³ Disponível em:

<<https://azmina.com.br/reportagens/como-evitar-ingredientes-que-podem-prejudicar-seu-corpo-e-o-meio-ambiente/>>

⁵⁴ Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/depilacao-e-machismo/>>

⁵⁵ Neste sentido, serão consideradas mulheres que tenham sua história ou depoimento dentro da reportagem, em alguma forma que não seja especialista.

relacionadas aos textos. Para tanto, foram consideradas as variações de cada vocábulo – “negra”, por exemplo, poderá ser compreendido pelo termo em si, “negro”, “negritude”, e afins. Para tais considerações, ainda, foram levados em conta os termos que aparecem dentro do contexto feminista, e não somente a presença do vocábulo em si. Busca-se, nestes casos, sentido para a existência do termo no texto determinado.

A segunda tabela considerou as questões trabalhadas por cada vertente estudada (trabalho, raça, sexualidade e aspecto radical), elencando as suas aparições em cada texto. Os dados serão apresentados e interpretados no capítulo seguinte.

5 MULHERES EM FOCO: ANÁLISE DE DADOS

Compreender como a Revista AzMina aborda o movimento social feminista sob a ótica de mulheres diversas é o objetivo central do presente trabalho, assim como responder à questão que norteia a pesquisa: como a empresa une a perspectiva feminista e o jornalismo para colocar mulheres em foco? Para tal compreensão acerca da produção da AzMina, explanamos sobre o feminismo como um movimento social plural, que engloba várias vertentes – comentando, ainda, sobre as particularidades de algumas delas. Além disso, discorreremos sobre o papel social do jornalismo, entendendo que ele aborda os movimentos sociais para cumprir essa premissa.

Considerando a forma de obtenção financeira da revista AzMina – financiamento coletivo – buscou-se, ainda, entender como o periódico digital trabalha esta questão. A revista utiliza o site Benfeitoria (Figura 4) para obtenção dos recursos necessários para arcar com as produções: “O dinheiro [...] ajuda a custear a operação base d'AzMina - fundamentalmente os nossos salários [...], a estrutura digital e os custos burocráticos de um CNPJ.” (BENFEITORIA, 2018, online).

Figura 4 – Página da AzMina no site Benfeitoria



The screenshot shows the crowdfunding page for AzMina on the Benfeitoria platform. The page layout includes a header with the Benfeitoria logo and navigation links (projetos, envie o seu, saiba mais, login). Below the header, there are tabs for CAMPAIGNA, ASSINANTES, COMENTÁRIOS (with a notification icon), and NOVIDADES. The main content area is titled 'AzMina - para mulheres de A a Z' and includes a description: 'Uma organização sem fins lucrativos que aposta em educação e jornalismo investigativo independente, crítico, divertido e gratuito'. A video player is embedded, showing a woman with a magnifying glass and the text 'COMO É FEITA UMA REPORTAGEM?'. To the right of the video, a progress bar indicates that R\$ 5.932,00 has been raised out of a R\$ 10.000 goal, with 280 subscribers and 59% of the goal reached. A blue 'ASSINAR' button is visible. Below the progress bar, there is a section for 'FINANCIAMENTO RECORRENTE' with the text 'Faça parte desse projeto! Vire um assinante mensal.'

Fonte: <<https://benfeitoria.com/azmina>>

Essa estrutura de negócios, com financiamentos coletivos como fonte de recursos, já garantiu à AzMina a conquista de duas das metas criadas pelo site (R\$1.200 e R\$5.500

mensais). Esses valores são obtidos através das assinaturas mensais. Em consulta feita no dia 25 de novembro de 2018, constatou-se que existem 133 assinantes que contribuem com R\$10 mensais; 77 pessoas com R\$20; 27 assinantes que pagam R\$35 por mês; 22 contribuem com R\$50; e apenas 3 assinantes fazem parte do pacote de R\$100 (BENFEITORIA, 2018). Já a partir das doações de R\$10, o assinante passa a fazer parte do Conselho Editorial de Leitores. Neste grupo, são realizados sorteios e conversas sobre os materiais produzidos pela AzMina. Os integrantes ainda podem sugerir pautas e participar mais ativamente da construção da revista (BENFEITORIA, 2018).

Desta forma, o periódico consegue se aproximar dos leitores, ao mesmo tempo em que garante a independência financeira para produzir conteúdos alternativos e sem compromissos e correntes editoriais. Esta independência é mencionada por Müller (2012), que entende que o maior problema de uma empresa jornalística é a insustentabilidade do modelo de negócios operante na instituição. Neste sentido, o autor ressalta que as empresas que têm as mídias digitais como base precisam ponderar ainda mais esta área, considerando que veiculam seus conteúdos de forma gratuita ou com muito baixo valor. Neste aspecto, é importante ressaltar que todo o conteúdo publicado pela AzMina é totalmente gratuito – e pode, inclusive, ser replicado em outros sites, desde que respeitadas as normas para tal procedimento⁵⁶. Para compreender a produção, dentro destas linhas editoriais tão livres, foram selecionadas seis reportagens, as quais são apresentadas no subcapítulo a seguir, com posterior abordagem analítica.

5.1 Os objetos de pesquisa e os processos produtivos

A revista AzMina não conta com uma redação ou uma equipe essencialmente fixa. Conforme a jornalista e uma das fundadoras da revista, Helena Bertho (2018), a própria seleção de pautas varia muito. “Por exemplo, existem as bolsas de reportagem, que são matérias grandes. Então a gente sugere, passa por votação, tem apoio público. Outras pautas são doação, então só passa pela aprovação da edição.” (BERTHO, 2018).

⁵⁶ As regras, conforme a AzMina (2018), consistem em que mudanças em títulos e intertítulos podem ser feitas, mas o conteúdo não pode ser reduzido, editado e nem retirado do contexto sem aprovação prévia da revista. Além disto, todas as republicações devem contar com o nome da AzMina e da autora do texto em destaque, tendo ainda o link para o conteúdo original. As reportagens também não podem ser revendidas. Fotos e ilustrações, além dos vídeos e artes, podem ser utilizados desde que os devidos créditos sejam vinculados e que os materiais sejam usados junto das reportagens.

Ainda há a sugestão de pauta que parte de jornalistas *freelancers*, colaboradoras da revista. Nestes casos, “[...] temos uma equipe de editores, que avaliam se vale ou não, o que envolve vários aspectos, como os valores que nós temos e se aquela pauta responde aos nossos princípios editoriais.” (BERTHO, 2018). A também fundadora da revista, além de diretora de redação e jornalista, Carolina Oms (2018), ressalta os critérios avaliados por esse time de edição:

Pautas são sugeridas pelas repórteres freelancers ou da equipe, e aí a gente seleciona com base em pensar se esse assunto tem relevância para a maioria das mulheres, e não somente a quem mora naquela cidade, por exemplo. Além disso, avaliamos se isso já saiu na grande imprensa ou com um viés diferente. Então tem que ter exclusividade, tem que ter interesse maior e não só para um grupo, e tem que ter um viés feminista, de questão de desigualdade como um todo. A gente se propõe sempre a olhar para as coisas de uma perspectiva diferente, mais aprofundada, ou de uma forma que ninguém olhou (OMS, 2018).

É possível perceber, sob este aspecto, a presença das ideias defendidas por Chaparro (1993). O autor entende que, sempre que um aspecto externo, especialmente de interesses, influenciar uma notícia e privar o leitor de uma informação plena, o profissional ou o grupo jornalístico traem o princípio da profissão, que é fazer jornalismo acessível, assegurando a todos o direito de ser informado (CHAPARRO, 1993). Compreende-se, neste ponto, que há uma preocupação da AzMina em ser acessível, direta e clara na propagação das informações, além de trabalhar com a verdade. Nas reportagens analisadas e a partir das quais foi possível entender o processo de produção através das entrevistas semiestruturadas com as respectivas autoras, também é presente esta perspectiva de pluralidade jornalística, buscando independência e grande abrangência.

5.1.1 Reportagem 1: #HomãodaPorra: elogio ajuda ou atrapalha o feminismo?

A primeira reportagem analisada (Figura 5) é de autoria da jornalista Nana Queiroz, publicada no dia 30 de agosto de 2017. O conteúdo diz respeito ao apelido “Homão da porra”, disseminado nas redes sociais caracterizando um homem “acima da média”. O texto traz reflexões sobre neurociência e pedagogia, essencialmente, explicando os conceitos físicos que envolvem o recebimento de um elogio ou uma repreensão. A reportagem aborda, principalmente, o aspecto da relação entre um homem e uma mulher, explicando as formas cientificamente comprovadas de criar hábitos a partir de algumas atitudes.

Figura 5 – Reportagem 1

REPORTAGENS > DESCOMPORTADAS

HOMÃODAPORRA: ELOGIO AJUDA OU ATRAPALHA O FEMINISMO?

Da porta pra fora, a luta contra o machismo é política. Mas, dentro de casa, neurociência e pedagogia podem nos ajudar

por Nana Queiroz
30 de agosto de 2017

AJUDE AZMina
A SEGUIR PRODUZINDO
CONTEÚDO ABERTO
E GRATUITO PARA TOD@S!
assine aqui

Fonte: <<https://bit.ly/2T8yHV3>>

5.1.2 Reportagem 2: Ceder ou desistir: como o mercado está transformando profissionais em donas de casa

Também de autoria da jornalista Nana Queiroz, a segunda reportagem analisada foi publicada no dia 8 de janeiro de 2018 (Figura 6). No texto, são apresentadas as transformações no mercado de trabalho e duas principais tendências femininas: ceder aos sonhos pessoais e se entregar ao trabalho ou o oposto, desistindo da carreira e focando nas questões domésticas e familiares. A reportagem mostra personagens que optaram por ambos os movimentos, além de especialistas e dados sobre o tema.

Figura 6 – Reportagem 2

REPORTAGENS > DINHEIRO

CEDER OU DESISTIR: COMO O MERCADO ESTÁ TRANSFORMANDO PROFISSIONAIS EM DONAS DE CASA

No braço de ferro por dar tudo no trabalho, muitas mulheres têm optado por dar nada - e voltam para a tarefa de serem mães em tempo integral

por Nana Queiroz
8 de janeiro de 2018

AJUDE AZMina
A SEGUIR PRODUZINDO
CONTEÚDO ABERTO
E GRATUITO PARA TOD@S!
assine aqui

Fonte: <<https://bit.ly/2DgYF30>>

5.1.3 Reportagem 3: Laranjas profissionais? Com zero votos em eleições anteriores, elas são candidatas em 2018

A reportagem investigativa (Figura 7) foi produzida pela jornalista Helena Bertho e publicada no dia 20 de setembro de 2018, em parceria com o The Intercept Brasil⁵⁷. A produção partiu do grande número de candidatas que não registraram nenhum voto nas últimas eleições e que haviam se candidatado novamente em 2018. Com o cruzamento de dados, a repórter teve acesso aos nomes das candidatas e entrou em contato para entender o fenômeno das “laranjas” dos partidos políticos.

⁵⁷ “The Intercept é uma publicação da First Look Media. Lançada em 2013 pelo filantropo e fundador do eBay, Pierre Omidyar, a First Look Media é uma empresa multimídia dedicada a apoiar vozes independentes em jornalismo investigativo, cinema, arte, cultura, mídia e entretenimento.” (THE INTERCEPT BRASIL, 2018, online).

Figura 7 – Reportagem 3



Fonte: <<https://bit.ly/2OHvng6>>

A produção do material levou cerca de 15 dias de dedicação exclusiva da repórter. A partir dos dados levantados com a parceria, a jornalista passou a tentar contato com as fontes demandadas.

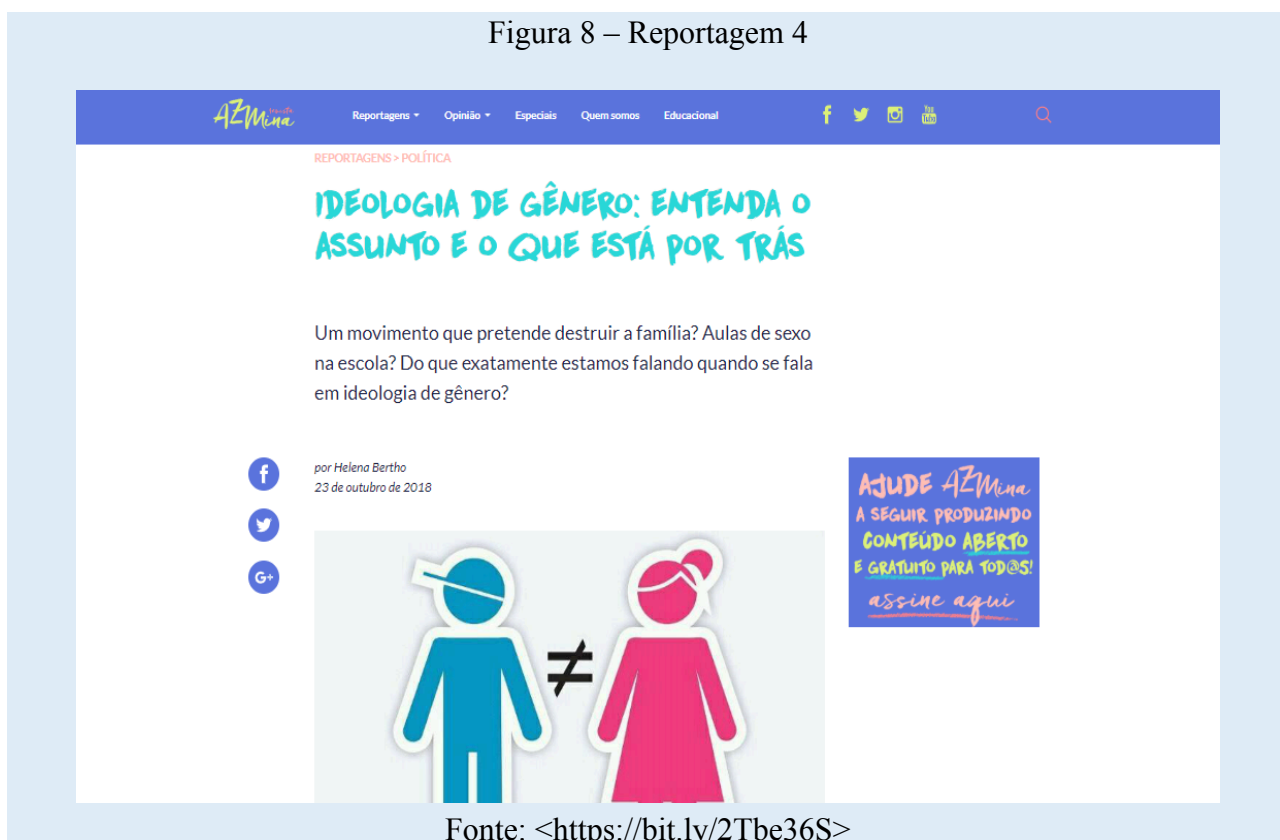
Foi um processo longuíssimo. A gente decidiu investigar, com base nos dados anteriores, quais eram as potenciais candidatas laranja desta eleição e falar com elas. Então teve primeiro todo um trabalho de cruzamento de dados, que a gente contou com a ajuda de um estatístico, que fez um levantamento. Ele levantou os nomes. A partir disso eu fui atrás de cada uma dessas mulheres, e o processo foi longo. Foram quase 15 dias imersa nisso. Eu tentei de tudo, desde contato virtual até viajei para procurar uma delas, umas eu fui batendo de porta em porta para tentar abordar... Tentei telefonar, redes sociais, tentei de tudo um pouco. Foi o processo padrão de investigação jornalística: você diz que uma pessoa é uma potencial candidata laranja, tem que ouvir o outro lado (BERTHO, 2018).

Conforme a jornalista, foi importante procurar este outro viés da mesma história para cumprir com as premissas jornalísticas. Neste aspecto, Bertho também acredita que foi necessário entender o cenário que levou àquela situação. Apesar da procura intensa, muitas das mulheres não aceitaram conceder entrevista à jornalista ou mesmo não foram encontradas.

5.1.4 Reportagem 4: Ideologia de gênero: entenda o assunto e o que está por trás

A quarta reportagem analisada (Figura 8) trata da explicação e explanação sobre a ideologia de gênero, termo amplamente difundido – muitas vezes, de forma errônea – nas redes sociais, principalmente atrelado à política. Na reportagem, publicada no dia 23 de outubro de 2018, a jornalista Helena Bertho discorre sobre o conceito do termo e suas utilizações.

Figura 8 – Reportagem 4



A reportagem foi desenvolvida a partir da volta do termo às discussões, considerando a conjuntura política brasileira. Apesar de ter sido feito às pressas (BERTHO, 2018), o texto contemplou significados e conceitos. Entretanto, a repórter não conseguiu contato com parte das fontes que visava ao planejar a produção:

Eu tentei ouvir o outro lado, as pessoas que defendem que existe uma ideologia de gênero e que ela precisa ser combatida. Eu tentei falar com uma psicóloga que tem um livro sobre isso e com órgãos da Igreja, já que a Igreja é a responsável pela criação desse termo. Eles não aceitaram falar, e acredito que o impeditivo foi porque eles sabiam a linha editorial da revista, por mais que eu dissesse que a ideia era explicar o que é isso, ficava claro que eu seria contrária a perpetuar a ideia de que existe uma ideologia de gênero (BERTHO, 2018).

Da mesma forma, a repórter buscou “[...] pessoas que tinham estudado esse conceito para explicar a origem. Inclusive obtive muito mais informação, que a gente optou por não colocar na matéria para deixar ela bem simples e acessível.” (BERTHO, 2018).

5.1.5 Reportagem 5: Como evitar ingredientes que podem prejudicar seu corpo e o meio-ambiente

Com um viés educacional e até mesmo sustentável, a quinta reportagem analisada (Figura 9) é de autoria da jornalista Carolina Oms, publicada no dia 22 de maio de 2017. Além de trazer um glossário de nomes de produtos utilizados em cosméticos, o texto explica quais ingredientes podem ser prejudiciais e quais são as alternativas para deixar de usá-los, partindo de personagens envolvidas com este aspecto.

Figura 9 – Reportagem 5

REPORTAGENS > BELEZA PURA

COMO EVITAR INGREDIENTES QUE PODEM PREJUDICAR SEU CORPO E O MEIO-AMBIENTE

Você já parou pra ler a composição dos produtos que usa?
AzMina foi investigar e traz alternativas para quem busca uma vida mais natural e produtos mais artesanais

por Carolina Oms
22 de maio de 2017

AJUDE AZMina
A SEGUIR PRODUZINDO
CONTEÚDO ABERTO
E GRATUITO PARA TOD@S!
assine aqui

Fonte: <<https://bit.ly/2T3LqZb>>

Conforme a jornalista, há uma grande preocupação em ser o mais didático possível, o que está presente e claro na reportagem. Da mesma forma, há um consentimento geral de que é preciso enaltecer as boas iniciativas em todas as áreas, o que é contemplado pelo periódico na reportagem analisada:

A gente sempre procura ser explicativa e trazer soluções, ser propositivo. A proposta da revista é que a gente não fique só criticando e apontando os problemas do mundo, mas que a gente também aponte as coisas legais que estão sendo feitas, as soluções que são propostas, as alternativas que são viáveis, os caminhos. E isso é uma escolha editorial (OMS, 2018).

Falar com todos os públicos, da mesma forma, é um dos aspectos levados em conta durante a produção das reportagens. Considerando que entre 50% e 80% dos acessos da AzMina parte de pesquisas no Google (OMS, 2018), há um interesse em deixar o material o mais atrativo possível – facilmente encontrado e que chame a atenção.

A gente procura falar com todo tipo de público, mas a gente sabe que nem sempre isso é possível, em todas as reportagens ou o tempo inteiro. Então a gente tem a consciência de que algumas matérias são direcionadas a um público mais amplo, para mulheres que não necessariamente se declaram feministas, para mulheres que acham a gente pelo Google [...] e esse público não necessariamente se considera feminista. Então a gente busca ser didático, tenta ser clara, simples, para falar com essas pessoas também. Mas a gente também faz matérias que estão direcionadas a pessoas que já se consideram feministas, que estão procurando um aprofundamento, estão procurando entender questões que para elas são importantes. Isso vai variar de matéria para matéria (OMS, 2018).

Percebe-se, neste ponto, os conceitos trabalhados por Kovach e Rosenstiel (2003), que entendem que as notícias são o elo das pessoas com as formas de pensar fora de suas próprias realidades. Assim, a reportagem analisada mostra outros aspectos relevantes a pessoas que não necessariamente vivem aquelas situações – e a característica é recorrente nas demais produções analisadas.

5.1.6 Reportagem 6: Depilação: Existe machismo em cada pelo que arrancamos?

Com conceitos históricos e exploração da transformação da sociedade, a última reportagem selecionada para análise (Figura 10) foi publicada no dia 11 de junho de 2018. De autoria da jornalista Carolina Oms, o texto apresenta as diferentes visões sobre a depilação e levanta questionamentos sobre os motivos pelos quais a prática foi difundida na sociedade.

Figura 10 – Reportagem 6

REPORTAGENS • DESCOMPORTADAS

DEPILAÇÃO: EXISTE MACHISMO EM CADA PELO QUE ARRANCAMOS?

Por que mulheres arrancam, raspam e aparam cada pelo que cresce em seu corpo? É mais higiênico se depilar? Existem razões médicas pra isso? Sou menos feminista se quiser me depilar?

por Carolina Oms
11 de Junho de 2018

AJUDE AZMina
A SEGUIR PRODUZINDO
CONTEUDO ABERTO
E GRATUITO PARA TOD@S!
assine aqui

Without Embarrassment
An Intimate Talk to Women

Fonte: <<https://bit.ly/2OHvybg>>

Conforme a jornalista, o trabalho consistiu na procura por especialistas no tema. No Brasil, segundo Oms (2018), não há uma grande variedade de profissionais que trabalham com o assunto.

[...] na hora de entrevistar personagens brasileiros ou especialistas, eu pedi especificamente para Sociedade Brasileira de Dermatologia uma médica mulher. Eu não pedi que ela concordasse ou discordasse com nenhuma premissa, seja a favor ou contra depilação, deixei eles decidirem ali com base nas fontes que eles tinham à disposição.

Segundo Veiga (2010), esta procura por especialistas pode ser considerada o primeiro passo na tentativa de agregar veracidade às notícias como um todo.

Uma das pistas sobre a atuação do jornalismo como instância pedagógica que incide nos modos como as convenções sociais são partilhadas como conhecimento pode ser encontrada nas fontes jornalísticas. [...] O uso de especialistas como fontes é uma das formas de atribuir caráter de isenção e neutralidade às notícias (VEIGA, 2010, p. 38).

A procura pelos especialistas, em todas as matérias analisadas, justifica-se, portanto, pela credibilidade. Considerando as formas de produção apresentadas, foi realizado um mapa das fontes utilizadas nas reportagens, para compreensão sobre os aspectos feministas da revista.

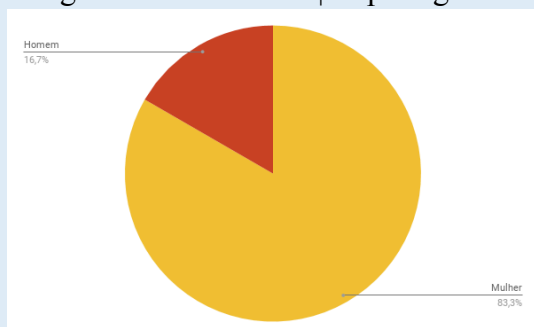
5.2 O mapa das fontes

Da mesma forma que a linha editorial da revista AzMina se preocupa em ser acessível, busca falar para mulheres através de outras personagens femininas, sejam elas personagens ou especialistas. “A gente sempre prioriza fontes mulheres. Metade das fontes tem que ser mulher, ou mais. De preferência, 100%.” (OMS, 2018). Esta perspectiva pode ser percebida quando analisados os números de fontes e suas especificidades em cada reportagem.

Nos gráficos a seguir, são contabilizados o número de fontes, categorizados entre homens e mulheres; entrevistadas mulheres classificadas entre especialistas e personagens; quantas vezes o nome de cada entrevistado aparece na reportagem, categorizados entre homens e mulheres; e quantas vezes fontes femininas e masculinas tiveram suas falas utilizadas entre aspas nos textos selecionados. Para tal análise, foi utilizada a cor amarela para mulheres e vermelha para homens. Na ilustração que diferencia as fontes entre personagens e especialistas, a primeira categoria foi classificada pela cor amarela e a segunda pelo vermelho.

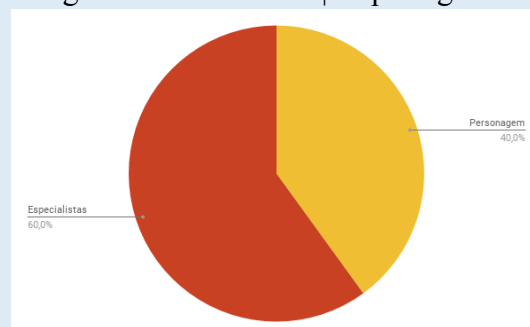
Já na primeira reportagem analisada – “#HomãodaPorra: elogio ajuda ou atrapalha o feminismo?” –, é possível perceber a diferença entre o número de fontes masculinas e femininas. Ao todo, o texto apresentou seis fontes, sendo cinco mulheres e apenas um homem, como mostrado na Figura 11. Dentre as mulheres, foram entrevistadas três especialistas e duas personagens (Figura 12). A supremacia dos nomes femininos e da ocorrência de aspas destas fontes, em relação ao nome masculino, apresentadas nas figuras 13 e 14, é explicada justamente pela presença exponencial das mulheres na reportagem.

Figura 11 – Gráfico 1 | Reportagem 1



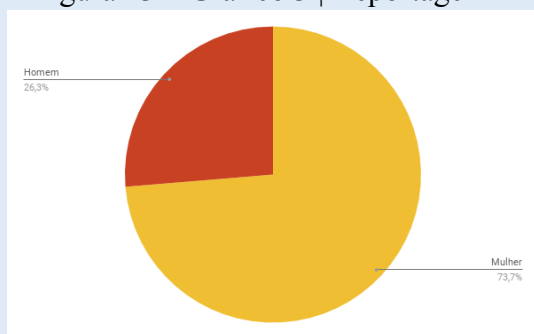
Fonte: produção própria

Figura 12 – Gráfico 2 | Reportagem 1



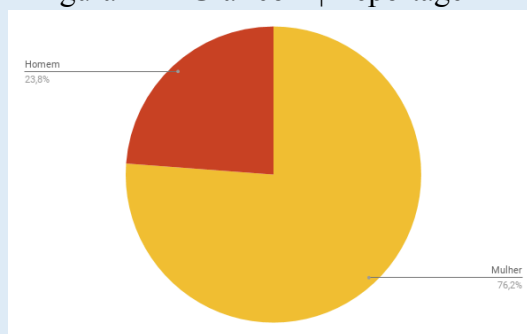
Fonte: produção própria

Figura 13 – Gráfico 3 | Reportagem 1



Fonte: produção própria

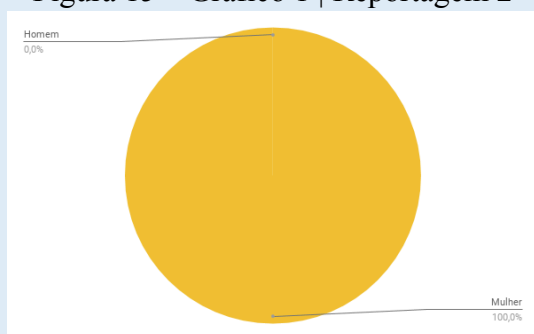
Figura 14 – Gráfico 4 | Reportagem 1



Fonte: produção própria

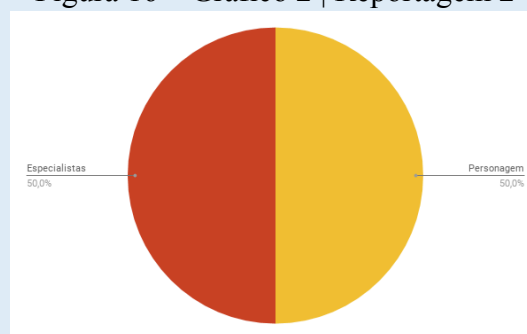
A segunda matéria analisada – “Ceder ou desistir: como o mercado está transformando profissionais em donas de casa” – contou exclusivamente com fontes mulheres (Figura 15), corroborando a fala de Carolina Oms (2018), que afirmou que é dada preferência às fontes femininas nas reportagens. As figuras 17 e 18, portanto, também apresentam destaque da cor amarela, justificada pela não presença de homens entrevistados. Considerando a Figura 16, é importante ressaltar que a reportagem 2 contou com quatro entrevistadas, sendo duas de cada categoria.

Figura 15 – Gráfico 1 | Reportagem 2



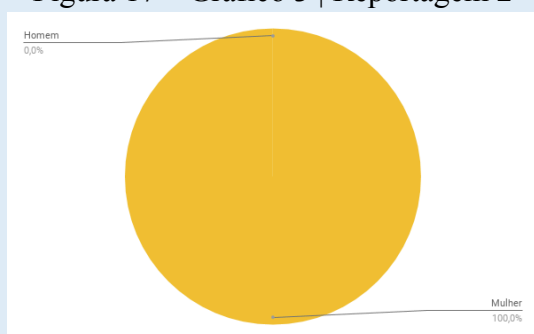
Fonte: produção própria

Figura 16 – Gráfico 2 | Reportagem 2



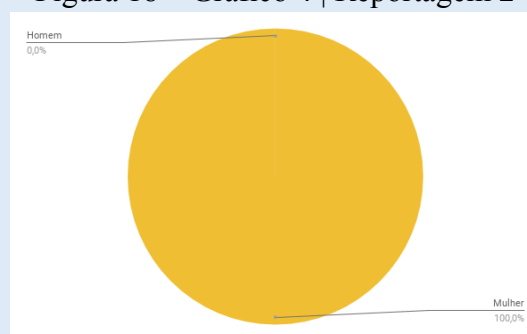
Fonte: produção própria

Figura 17 – Gráfico 3 | Reportagem 2



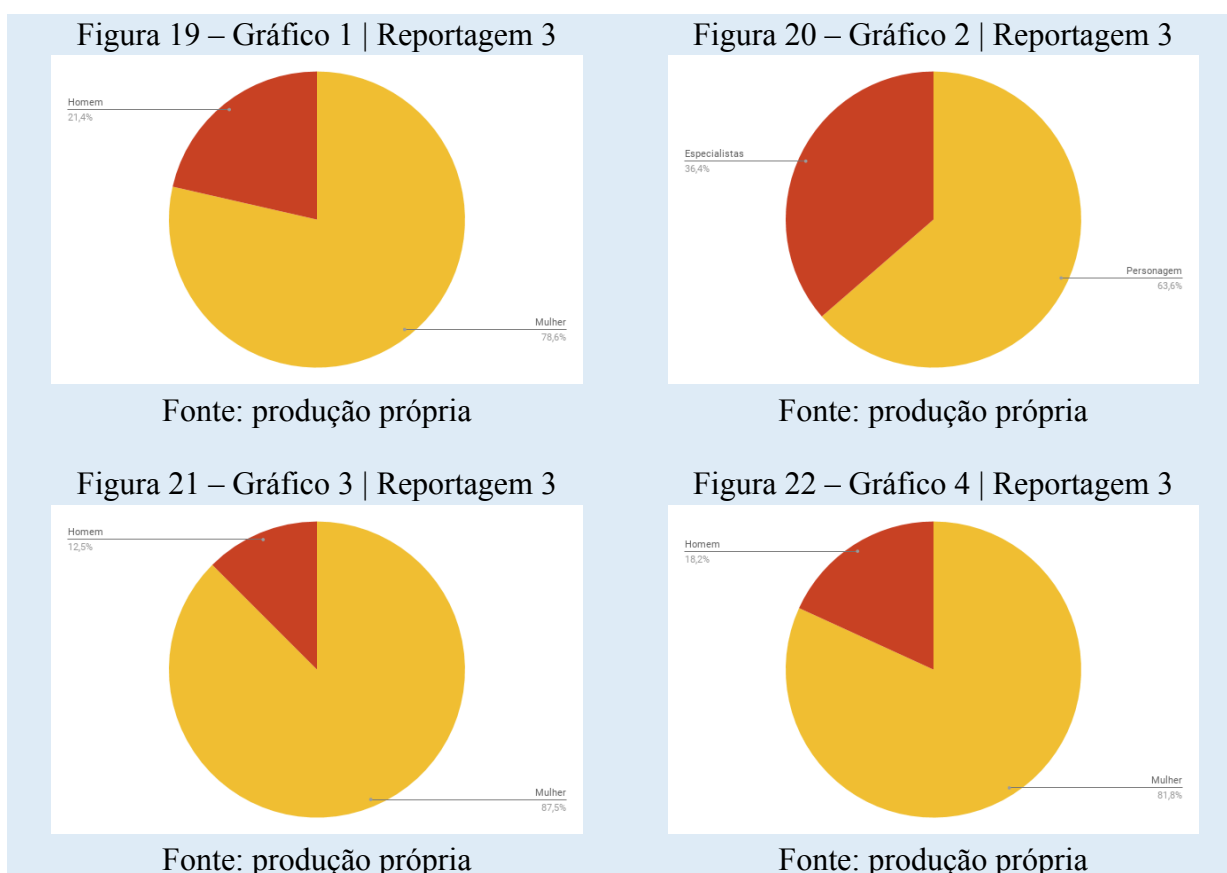
Fonte: produção própria

Figura 18 – Gráfico 4 | Reportagem 2



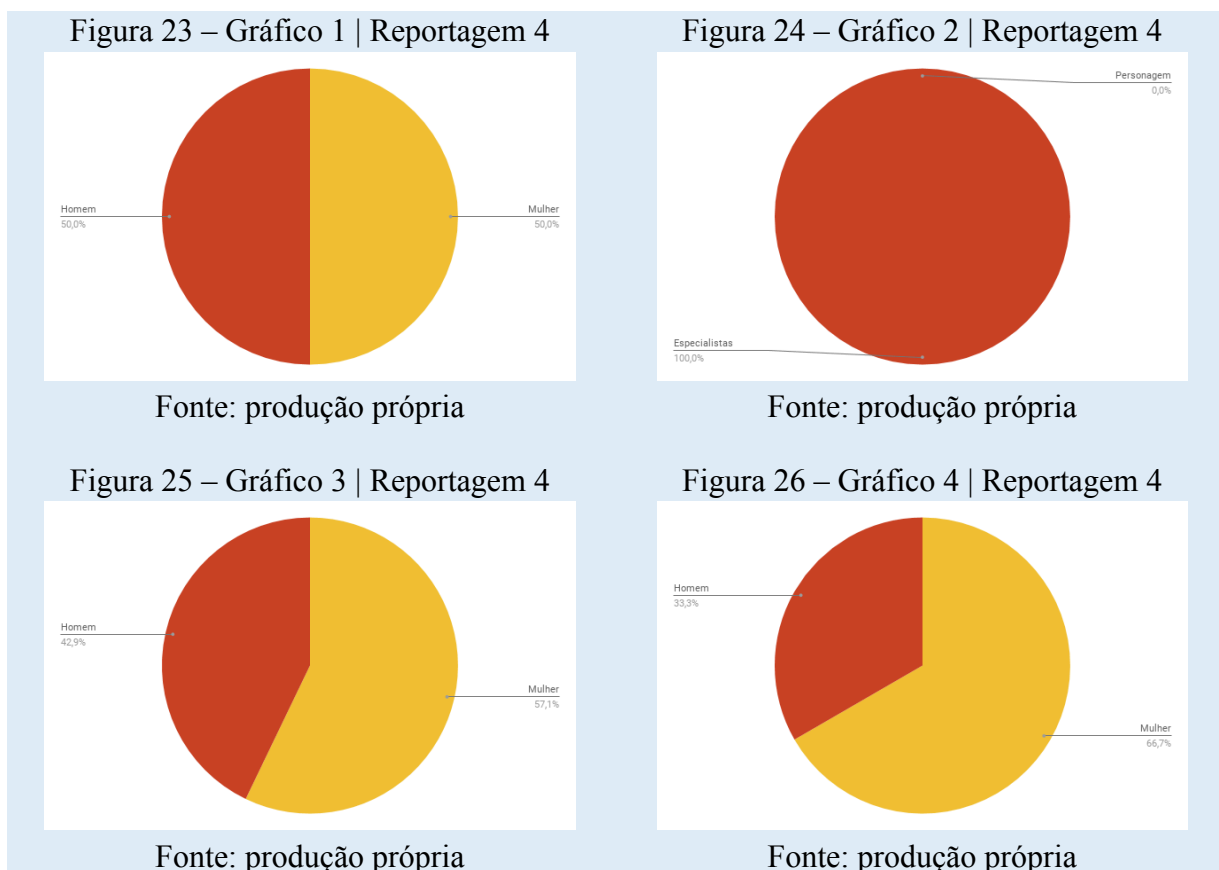
Fonte: produção própria

A terceira reportagem, intitulada “Laranjas profissionais? Com zero votos em eleições anteriores, elas são candidatas em 2018”, de cunho investigativo, apresentou o maior número de fontes das analisadas. Foram 14 pessoas entrevistadas, sendo 11 mulheres e três homens (Figura 19). Entre as 11 fontes femininas, sete eram personagens e quatro especialistas, como mostra a Figura 20. Considerando, novamente, o número majoritário de fontes mulheres, os homens tiveram seus nomes e falas citados em menor quantidade, conforme os dados apresentados nas Figuras 21 e 22.



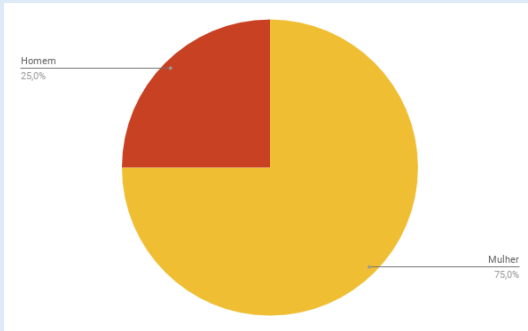
Enquanto a reportagem anterior teve o maior número de entrevistados entre as analisadas, a número 4 – “Ideologia de gênero: entenda o assunto e o que está por trás” – registrou o menor índice. Foram apenas duas entrevistas: um homem e uma mulher (Figura 23). Neste caso, diferentemente das demais reportagens, houve somente fontes especialistas, como mostra a supremacia da cor vermelha na figura 24. No entanto, apesar do texto ser equilibrado no número de fontes masculinas e femininas, é possível perceber que há uma maior utilização de falas da entrevistada mulher. Foram seis aspas dela em comparação com

as três dele (Figura 25). A tendência segue, embora em menor escala, na presença dos nomes: ela tem quatro aparições enquanto ele tem três, como é apresentado na Figura 26.



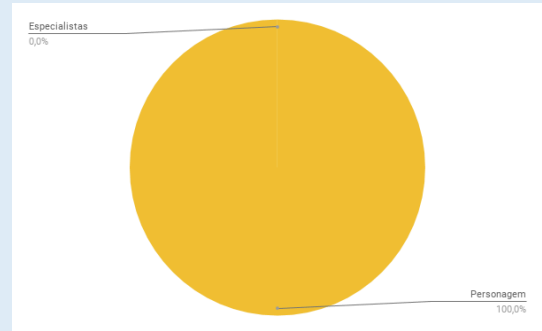
“Como evitar ingredientes que podem prejudicar seu corpo e o meio-ambiente”, a quinta reportagem analisada, apresenta quatro fontes, sendo um homem e três mulheres (Figura 27). Uma tendência contrária à percebida anteriormente, na reportagem 4, é que há a preocupação em potencializar a presença e as falas das personagens, como pode ser visto na Figura 28. Além disto, apesar de o homem ser o especialista – o que poderia o colocar em maior destaque na reportagem –, seu nome e suas falas aparecem em posições inferiores se considerados apenas os números (Figuras 29 e 30).

Figura 27 – Gráfico 1 | Reportagem 5



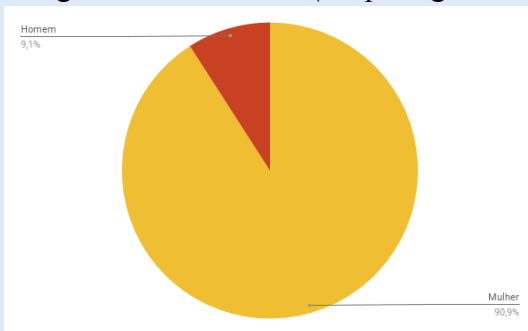
Fonte: produção própria

Figura 28 – Gráfico 2 | Reportagem 5



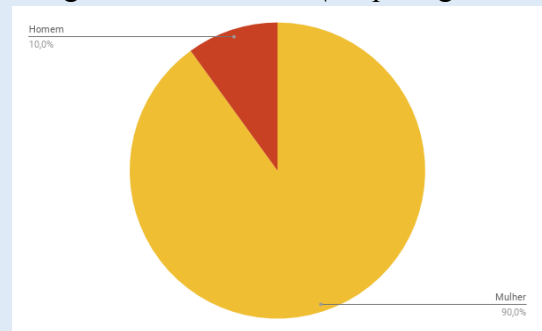
Fonte: produção própria

Figura 29 – Gráfico 3 | Reportagem 5



Fonte: produção própria

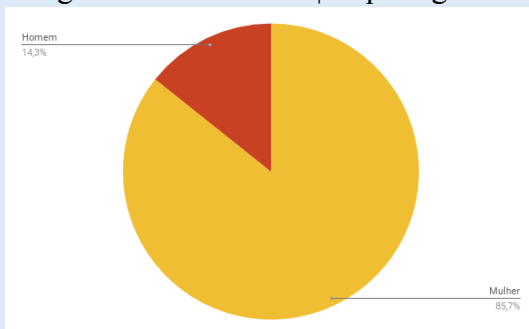
Figura 30 – Gráfico 4 | Reportagem 5



Fonte: produção própria

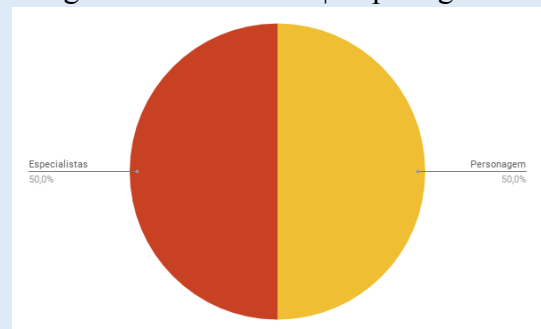
Em “Depilação: Existe machismo em cada pelo que arrancamos?”, a reportagem número 6, última analisada, foram utilizadas sete fontes, sendo seis mulheres e um homem (Figura 31). Entre as entrevistadas femininas, pode ser percebido um equilíbrio entre as especialistas e personagens: foram três de cada, como mostra a Figura 32. Já os gráficos apresentados nas Figuras 33 e 34, mostram a tendência, já observada, de dar destaque às mulheres tanto na utilização de falas quanto na aparição de seus nomes.

Figura 31 – Gráfico 1 | Reportagem 6



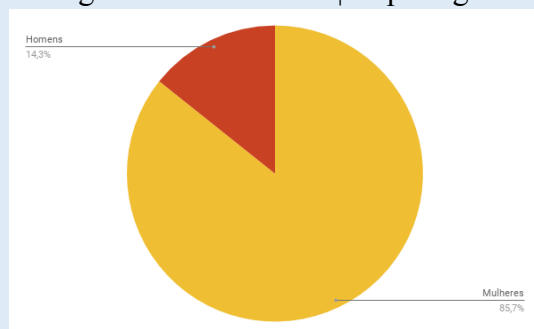
Fonte: produção própria

Figura 32 – Gráfico 2 | Reportagem 6



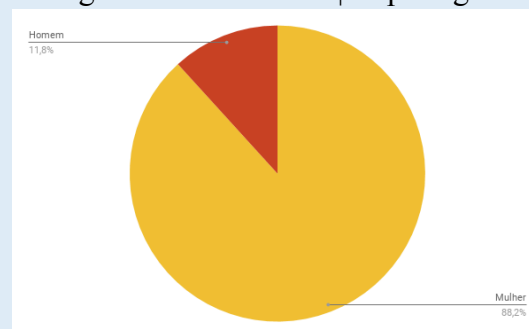
Fonte: produção própria

Figura 33 – Gráfico 3 | Reportagem 6



Fonte: produção própria

Figura 34 – Gráfico 4 | Reportagem 6



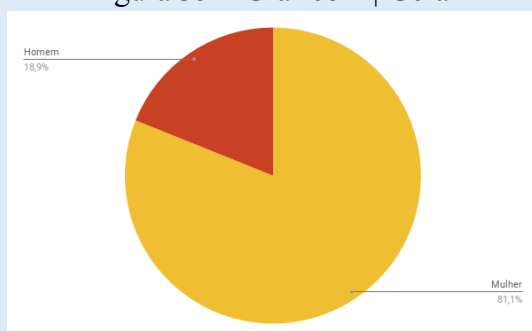
Fonte: produção própria

5.2.1 Compreensão geral acerca dos dados

Para análise global dos dados obtidos através da elaboração dos gráficos de cada reportagem, julgou-se necessária a produção de quatro elementos adicionais, com a união dos números já apresentados em suas respectivas categorias. No total, nas seis reportagens estudadas, foram utilizados 37 entrevistados – sendo 30 mulheres e sete homens (Figura 35). Na análise sobre o número de fontes femininas que se caracterizavam por serem personagens ou especialistas, percebeu-se a maior presença da primeira categoria, sendo 17 cases e 13 profissionais, como visto na Figura 36.

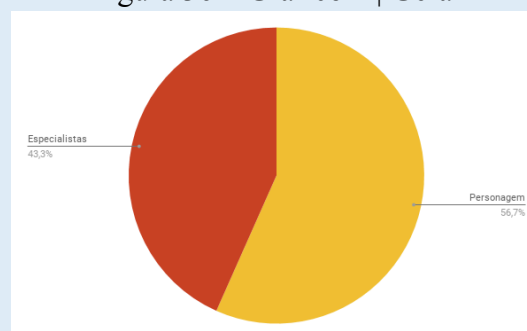
Os nomes femininos também apareceram mais vezes nos textos, na análise geral. Enquanto os chamamentos dos homens foram vistos em 14 vezes, os nomes femininos aparecem 76, como mostra a Figura 37. Quanto às falas das mulheres em relação aos homens, aponta-se uma predominância feminina quase absoluta, sendo uma proporção de 77 aspas femininas frente a 15 masculinas (Figura 38).

Figura 35 – Gráfico 1 | Geral

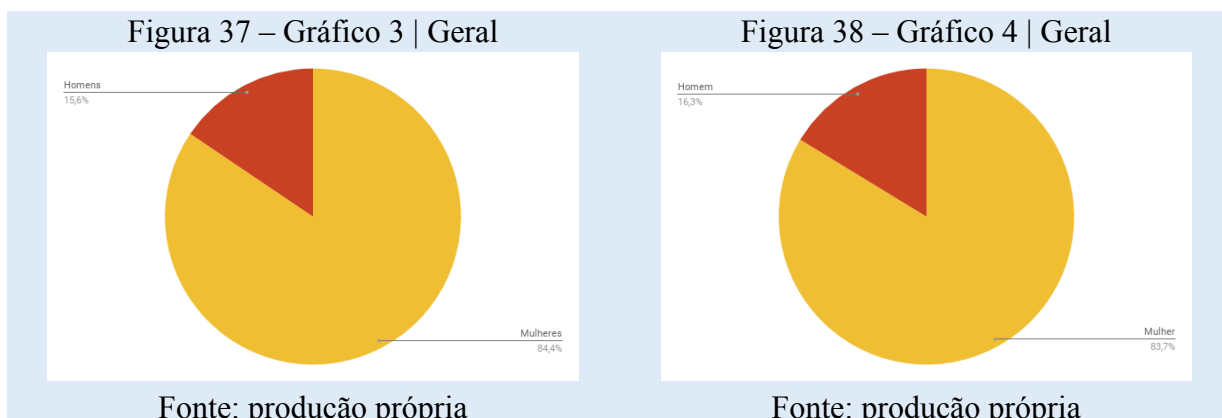


Fonte: produção própria

Figura 36 – Gráfico 2 | Geral



Fonte: produção própria



Percebe-se, portanto, a supremacia feminina nas fontes consultadas pela revista AzMina nas seis reportagens analisadas no presente trabalho. O uso de especialistas e personagens femininas na produção jornalística, neste sentido, feitas de mulheres para outras figuras femininas, foi trabalhada por Maciel (2003, p. 130), ao afirmar que

[...] depende notavelmente da participação da mulher a elaboração de coberturas de notícias, cujos temas levam em consideração a situação da mulher, questões relacionadas a elas e o efeito que a imagem feminina provoca nos meios de comunicação. Em um amplo estudo realizado sobre a televisão européia, concluiu-se que pouca importância era dada às notícias em que se tratavam questões referentes a temas específicos de mulheres. Somente 16% de pessoas entrevistadas eram mulheres e raras as vezes eram especialistas em formação científica.

Sob a ótica do uso de especialistas, Veiga (2010, p. 38), explica que o uso dessas fontes é uma forma de agregar isenção e neutralidade,

[...] bem como de diversidade de “visões”, num processo que visa objetivar a notícia tentando suprimir marcas subjetivas ou mesmo ideológicas (dos profissionais do jornalismo e da empresa) no discurso noticioso. Na produção das notícias que vão explicar o mundo, são buscados aqueles saberes reconhecidos como legítimos para os jornalistas. O primeiro passo é, então, consultar fontes reconhecidamente credíveis e aptas a explicar os assuntos em questão.

Na reportagem 2, “Ceder ou desistir: como o mercado está transformando profissionais em donas de casa”, por exemplo, Nana Queiroz entrevista uma psicóloga e mestre em gênero e mercado de trabalho. É perceptível, neste quesito, que há uma grande preocupação em encontrar fontes específicas para cada assunto trabalhado, cedendo credibilidade e isenção.

Além da contagem numérica, a presente análise buscou mapear a presença de alguns termos e questões nas reportagens, a fim de buscar o reconhecimento de vertentes feministas nos textos, apresentados no subcapítulo seguinte.

5.3 Reconhecimento de vertentes feministas

Levando em conta os conceitos trabalhados nos capítulos anteriores, sobre feminismo como movimento social e algumas de suas vertentes mais populares, além da análise dos números presentes na sessão anterior, é possível entender o trabalho da revista AzMina como plural. Esta linha é, inclusive, uma preocupação editorial da revista, conforme a diretora de redação, Carolina Oms (2018):

Não tem como fazer jornalismo sem discutir gênero, porque a gente é metade da população, porque tudo passa por isso. Mesmo se você vai falar de homem, tem que falar de machismo. A gente tem que falar dos temas que a revista traz, além do machismo, também o racismo, as desigualdades. E eu acho que cada vez mais a mídia como um todo vem percebendo isso, não só as revistas femininas, as publicações temáticas, todo mundo vem percebendo que é necessário falar sobre mulher, sobre gênero, sobre machismo e sobre racismo.

E esta pluralidade se reflete nas produções. Helena Bertho (2018) pondera que a revista “[...] leva em conta todos os recortes de raça e classe social, além de gênero, para considerar as particularidades de cada grupo de mulher, tanto que nossas pautas sempre têm, ou a gente sempre busca ter, recorte de classe e raça, para não generalizar.” A tentativa se assemelha, em partes, à perspectiva interseccional, que trabalha com uma soma de opressões, subjugados à uma estrutura de dominação única. Neste sentido, as lutas acabam por se misturar, sendo intrincadas em uma análise realista – e não teórica – do feminismo (RODRIGUES, 2013).

Considerando um dos objetivos específicos do presente trabalho – analisar conteúdos da revista AzMina para diagnosticar em qual vertente feminista é possível enquadrar a instituição –, foram elencados alguns termos relevantes dentro da discussão do movimento social, e mapeadas suas presenças nas reportagens questionadas.

Tabela 1 – Presença de termos nas reportagens analisadas

Termo	R. 1	R. 2	R. 3	R. 4	R. 5	R. 6
Feminismo	X		X			X
Machismo	X					X
Trabalho		X	X			
Capitalismo						

Negra	X	X				X
Lésbica				X		
Hétero				X		X
Gênero	X			X		

Fonte: produção própria

Percebe-se, através do mapeamento dos termos, que apenas a reportagem número 5, “Como evitar ingredientes que podem prejudicar seu corpo e o meio-ambiente”, não apresenta nenhuma das variações possíveis compreendidas pela análise. Nas demais reportagens, “feminismo” e “negra” foram os vocábulos mais encontrados, levando em conta, claro, as suas variações. Em contrapartida, “capitalismo” não foi localizado em nenhum dos textos, deixando a suposição de que a revista não se relaciona, inteiramente, com o feminismo marxista.

Da mesma maneira, o termo “lésbica” foi encontrado em apenas uma das reportagens, levando a crer que o periódico não possa ser caracterizado, puramente, como feminista lésbico. Entretanto, apesar da aparição do feminismo negro dentro dos textos, também não é aceitável dizer simplesmente que a revista pode ser exclusivamente relacionada a ele, considerando que o periódico também aborda os outros movimentos, vertentes e linhas de pensamento.

Partindo da presença de tais termos, buscou-se, mais subjetivamente, questões relacionadas a cada vertente estudada. Como mostra a Tabela 2, não é possível estabelecer um padrão ou uma predominância acerca dos temas, considerando, novamente, que a revista aborda os variados assuntos nas reportagens analisadas.

Tabela 2 – Presença de alguma questão relacionada às vertentes

Questão	R. 1	R. 2	R. 3	R. 4	R. 5	R. 6
Trabalho		X	X		X	
Racial	X	X				

Sexualidade				X		
Radical						X

Fonte: produção própria

Desta forma, entende-se que a revista foi criada sobre um viés feminista, mas não necessariamente reflete alguma de suas vertentes exclusivamente. Conforme Carolina Oms (2018),

A gente fundou a AzMina há três anos, com um pouco de uma vontade de fazer jornalismo feminino diferente e um pouco de vontade de fazer jornalismo de maneira geral diferente, de fazer matérias mais aprofundadas, de falar de temas que não estavam sendo falados, de incluir vozes de diversidade, que a gente achava que precisavam ser ouvidas. E vozes não machistas, né? A gente via o jornalismo, tanto feminino quanto o jornalismo geral como muito machista, e aí a gente decide fundar a revista.

Esta procura por uma forma diferente de apresentar os conteúdos jornalísticos se reflete nas produções e, mais ainda, nas percepções das mulheres que produzem a AzMina. Helena Bertho (2018), acredita que o jornalismo em geral tem sido trabalhado “[...] de uma forma muito sexista. Então é importante, que dentro das redações as pessoas discutam como se faz isso. Está em cada detalhe, cada escolha, de palavras, pautas, fontes. É essencial.” (BERTHO, 2018).

Esta perspectiva, citada pela jornalista, é historicamente corroborada por Farrel (2004, p. 19), que afirma que nas décadas de 1970 e 1980, nos Estados Unidos, existia uma grande lacuna de “textos culturais populares que assumissem uma perspectiva feminista ou promovessem os ideais feministas de forma clara”. Além disto, conforme a autora, existia uma ideia de que “toda a mídia de massa é corrupta e incapaz de construir qualquer coisa que não as imagens estereotipadas e dominantes” (FARREL, 2004, p. 19), concepção ainda percebida atualmente.

Considera-se, ainda, que a revista busca colocar a mulher no centro do discurso, “[...] porque a gente fala de pautas que dizem respeito às mulheres. Então a gente parte da perspectiva de que, se a gente vai falar de uma história para mulheres, a gente vai ouvir essas mulheres.” (OMS, 2018). Da mesma forma, editorialmente,

A gente pensa diversidade como um todo nas pautas. Então mulheres negras, lésbicas, mulheres de grupos minorizados em geral. A gente faz uma busca ativa, para que as fontes sejam as mais variadas possíveis e também para falar tanto com

personagem quanto especialista, para não ficar só restrita às fontes oficiais (OMS, 2018).

Esta centralidade das mulheres na pauta jornalística é trabalhada por Maciel (2003), que entende que a mídia, ao expressar opiniões sobre o mundo, pode ser um sistema através do qual se rompem padrões de desigualdade, promovendo a equidade nas vidas privada e pública das mulheres, proporcionando, ainda, novos objetivos em todas as esferas.

Percebe-se, mais uma vez, a perspectiva interseccional presente na revista, apesar de não ser clara a classificação. Conforme Rodrigues (2013), o conceito da perspectiva aborda as múltiplas maneiras de ser mulher, dando visibilidade às peculiaridades, como percebe-se na produção da AzMina, sem criar, no entanto, uma disputa entre as vertentes. Leva-se em conta, ainda, para tal reflexão, que

A maioria das fundadoras da revista AzMina são feministas interseccionais, mas isso não necessariamente transparece no viés jornalístico da revista, porque aí a gente procura o mais aberta possível, a gente procura trazer vozes de todos os tipos, de todos os tipos de feminismo, que são muitos. Em termos de produção jornalística, a gente é jornalista acima de tudo, com um viés feminista, então a gente tenta abarcar o maior número de correntes possível (OMS, 2018).

Considerando-se, assim, os conteúdos analisados e as entrevistas feitas, cumprem-se os objetivos geral e específicos do presente trabalho, diagnosticando a vertente (neste caso, perspectiva) feminista na qual a AzMina se enquadra, identificando os processos produtivos da revista e mapeando as fontes utilizadas, a fim de entender o papel que assumem no produto final.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou compreender, de maneira geral, como a revista AzMina aborda o movimento feminista sob a ótica de mulheres diversas. Como objetivos específicos, estipulou-se: a análise dos conteúdos do periódico a fim de diagnosticar a qual vertente feminista a revista corresponde; a identificação dos processos produtivos do objeto de análise; e o mapeamento das fontes utilizadas nas reportagens analisadas para verificação do papel das mesmas na narrativa jornalística.

Tais objetivos foram cumpridos através da metodologia aplicada, consistindo em entrevistas semiestruturadas e análise dos conteúdos. Anteriormente, porém, foram abordados no referencial teórico os conceitos de jornalismo digital, alternativo e independente, além de explanação sobre financiamentos coletivos e as aplicações do jornalismo como transformador social. Ainda no desenvolvimento bibliográfico, o presente trabalho dissertou sobre o feminismo como movimento social e o protagonismo das mulheres, apresentando quatro vertentes feministas e uma perspectiva que as une. Também foram tratados, na seção, os discursos midiáticos do movimento social e o protagonismo das mulheres na narrativa jornalística.

Foi considerada a pergunta norteadora da pesquisa: como a revista AzMina une a perspectiva feminista e o jornalismo para colocar mulheres em foco? Tal investigação foi conduzida sob o ponto de vista produtivo, chegando-se à conclusão de que há uma grande preocupação editorial da empresa em colocar mulheres em foco, como evidenciado, ainda, no mapeamento de fontes, através dos gráficos apresentados.

A partir de tais considerações, entende-se que a revista AzMina não pode ser caracterizada unicamente em nenhuma das vertentes feministas apresentadas no referencial teórico, mas sim com a perspectiva interseccional, que trabalha com as diversas opressões de forma a não hierarquiza-las, mas vistas de forma intrínseca (RODRIGUES, 2013). Por tal conclusão, cumpre-se um dos objetivos propostos, de identificação da linha editorial da revista em concordância com as perspectivas feministas.

Apesar do resultado elucidante, a pesquisadora não conseguiu contato com a terceira jornalista que seria entrevistada. Indubitavelmente, a lacuna deixada pela aplicação do método de pesquisa junto desta personagem ocasiona uma brecha na compreensão completa dos processos produtivos, visto que a entrevista serviria para entendimento da produção das

reportagens analisadas, de autoria da referida jornalista. Entende-se, contudo, que os empecilhos integram a pesquisa, não sendo possível encontrar, muitas vezes, alternativas às situações postas.

Dito isto, é importante salientar que as demais metodologias foram aplicadas em concordância com o planejado na presente pesquisa. As principais descobertas resultantes da análise se deram no sentido de entendimento acerca da rotina produtiva de um veículo de comunicação independente e alternativo, que tem as produções custeadas através de financiamento coletivo e, acima disto, une a perspectiva feminista, declaradamente, ao trabalho jornalístico de forma a centralizar as mulheres no discurso.

Compreende-se, apesar dos resultados satisfatórios, que o tema objeto da pesquisa é demasiadamente extenso. Portanto, é de suma importância que seja alvo de outros estudos, objetivando, por exemplo, entender como funciona na prática uma redação não fixa, sem trabalho presencial de equipe, como é o caso da AzMina. Considera-se, assim, que a pesquisa acerca do assunto não se esgota no presente trabalho.

Conclui-se, por conseguinte, que a união entre o jornalismo e o feminismo tende a render bons frutos quando trabalhados de forma ética, responsável e educativa. A harmonia entre os temas resulta em ações de conteúdo vasto, além de perpetuar a igualdade e os princípios de equidade de gênero, tão necessários e atuais. Percebe-se, desta forma, que a confluência entre o jornalismo e o feminismo, quando assumem papel educador, convertem-se em um instrumento para fomentar uma sociedade desenvolvida, que avança no sentido de dar voz às minorias e compreender os aspectos sociais envolvidos nas opressões.

As mulheres, através da prática jornalística, têm ferramentas importantes e imprescindíveis para transformar tanto o fazer jornalismo quanto a visão do imaginário social que perpassa as vivências femininas. O jornalismo, aliado ao feminismo, portanto, cumpre seu papel social, de dar voz à luta feminina, enquanto o movimento social segue na batalha para conquistar mais espaços no mundo.

REFERÊNCIAS

- ADGHIRNI, Zélia Leal. Mudanças estruturais no jornalismo: travessia de uma zona de turbulência. In: PEREIRA, Fábio Henrique; MOURA, Dione Oliveira; ADGHIRNI, Zélia Leal (orgs.). *Jornalismo e sociedade: teorias e metodologias*. Florianópolis: Editora Insular, 2012. p. 61-79.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Sejamos todos feministas*. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ALAMBERT, Zuleika. *Feminismo: o ponto de vista marxista*. São Paulo: Nobel, 1986.
- ÁLVARES, Cláudia. *Feminismo e representação discursiva do feminino: a presença do outro na teoria e na prática*. SOPCOM: Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, p. 947-956, 2005.
- ARPINO, Danielli Marafigo. *Desentendimentos nas práticas discursivas do feminismo radical diante da transgeneridade*. 2015. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/141847>> Acesso em: 25 out. 2018.
- AZMINA. Disponível em: <<https://azmina.com.br/>> Acesso em: 20 nov. 2018.
- _____. Missão, visão e valores Disponível em: <<http://azmina.com.br/sobre/missao-visao-e-valores/>> Acesso em: 20 nov. 2018.
- _____. Nossa história. Disponível em: <<https://azmina.com.br/sobre/historia/>> Acesso em: 20 nov. 2018.
- _____. Quem somos. Disponível em: <<http://www.dev.azmina.com.br/quem-somos/>> Acesso em: 20 abr. 2018.
- _____. Quem somos. Disponível em: <<https://azmina.com.br/sobre/quem-somos/>> Acesso em: 20 nov. 2018.
- BARBOSA, Suzana. *Jornalismo convergente e continuum multimídia na quinta geração do jornalismo nas redes digitais. Notícias e Mobilidade. O Jornalismo na Era dos Dispositivos Móveis*, Covilhã, PT, Livros LabCOM, p. 33-54, 2013. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.878.4768&rep=rep1&type=pdf#page=41>> Acesso em: 09 set. 2018.
- BARCELOS, Thaianny Pontes. *Análise da construção de sentidos sobre o feminismo no discurso da revista Elle*. 2017. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/177685>> Acesso em: 22 out. 2018.
- BARDIN, Lawrence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: edições, v. 70, p. 225, 1977. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/34601480/bardinlaurence-anlisedeconte-do-140414215528-phpapp01.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1524602881&Signature=kLXvZITddJfbjHAaa95TxFdFIJM%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DLAURENCE_BAROIN.pdf> Acesso em: 24 abr. 2018.
- BASSANEZI, Carla Beozzo. *Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BBC. Professor lista cinco mitos sobre caso Watergate. Publicação datada de 17 de junho de 2012. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/06/120615_artigo_campbell_rp> Acesso em: 02 set. 2018.

BENFEITORIA. Disponível em: <<https://benfeitoria.com/>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

BERTHO, Helena. Entrevistadora: Naiara Silveira. 2018.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Em Tese, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027>> Acesso em: 24 abr. 2018.

BORGES, Lenise Santana. Visibilidade lésbica: um comentário a partir de textos da mídia. Sexualidade, Gênero e Sociedade, edição especial, v. 23, p. 24-25, 2005. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/37635484/visibilidade_lenise_-_revisto_-_boletim_23pdf.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1542330831&Signature=VGORy6sEqPJCMQ9i3iteTSrZTw%3D&response-content-disposition=inlined%3B%20filename%3DVisibilidade_lesbica_um_comentario_a_par.pdf> Acesso em: 11 nov. 2018.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. Cadernos pagu (26), janeiro/junho de 2006: pp.329-376. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/3482/brah%20diferenca%20diversidade.pdf?sequence=1>> Acesso em: 17 abr. 2018.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAIRES, Luiza. Revista ALTERJOR. Cidadania, movimentos sociais e comunicação alternativa pela internet: algumas questões na perspectiva do centro de mídia independente Brasil. Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP). Ano 01 - Volume 01 - Edição 00 - Agosto/Dezembro de 2009. Disponível em: <<http://www.usp.br/alterjor/ojs/index.php/alterjor/article/viewArticle/9>> Acesso em: 27 fev. 2018.

CARVALHO, Guilherme. Revista ALTERJOR. Jornalismo alternativo na era digital: análise de reportagens da Agência Pública. Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP). Ano 05 - Volume 02 - Número 10 - Julho/Dezembro de 2014. Disponível em: <<http://www.usp.br/alterjor/ojs/index.php/alterjor/article/viewArticle/aj10-a7>> Acesso em: 27 fev. 2018.

CHAPARRO, Manuel Carlos. Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. São Paulo: Summus, 1993.

CISNE, Mirla. Marxismo: uma teoria indispensável à luta feminista. 4º Colóquio Marx e Engels, 2005. Disponível em: <<http://politicaedireito.org/br/wp-content/uploads/2017/02/marxismo-feminista-1.pdf>> Acesso em: 22 out. 2018.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento Feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In. Olhares Feministas. MELO, Hildete Pereira de; PISCITELLI,

Adriana; MALUF, Sônia Weidner; PUGA, Vera Lucia (orgs.). Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009. p. 51-80.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução de Heci Regina Candiani – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Kathy. Intersectionality as buzzword: A sociology of science perspective on what makes a feminist theory successful. *Feminist theory*, v. 9, n. 1, p. 67-85, 2008. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/34049789/Intersectionality_as_buzzword.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1542741683&Signature=8616vLBxUM2bwGjccsUHDPkaVeQ%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DIntersectionality_as_buzzword.pdf> Acesso em: 20 nov. 2018.

DONÁRIO, Arlindo Alegre; SANTOS, Ricardo Borges dos. A teoria de Karl Marx. 2016. Disponível em: <http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/3173/1/MARX.pdf>> Acesso em: 22 out. 2018.

FARREL, Amy Erdman. A Ms. Magazine e a promessa do feminismo popular. Tradução de Renata Laureano. São Paulo: Editora Barracuda, 2004.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista brasileira de história*, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882004000100003&script=sci_arttext#nt01> Acesso em: 28 nov. 2018.

FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura V. C.; HEILBORN, Maria Luiza. Antropologia e feminismo. In: FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura V. C.; HEILBORN, Maria Luiza; SALEM, Telma. *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 11-47.

GOBBI, Maria Cristina. A participação da mulher nos estudos comunicacionais latino-americanos. In: MELO, José Marques de; GOBBI, Maria Cristina; BARBOSA, Sérgio (orgs.). *Comunicação Latino-Americana: o protagonismo feminino*. São Bernardo do Campo: UESP; Adamantina: FAI, 2003. p. 15-19.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009. 107 p.

GREGORI, Maria Filomena. Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1995.

HIME, Gisely Valentim Vaz Coelho. Mulheres-jornalistas das décadas de 1930 e 1940. In: MELO, José Marques de; GOBBI, Maria Cristina; BARBOSA, Sérgio (orgs.). *Comunicação Latino-Americana: o protagonismo feminino*. São Bernardo do Campo: UESP; Adamantina: FAI, 2003. p. 157-172.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo social*, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014. Disponível em: <<http://www.journals.usp.br/ts/article/view/84979>> Acesso em: 20 nov. 2018.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. – 2. Ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

- KARAM, Francisco José Castilhos. *Jornalismo, ética e liberdade*. São Paulo: Summus, 1997.
- KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir*. São Paulo: Geração Editorial, 2003.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários*. São Paulo: Editora Página Aberta, 2001. – 2. ed. - Disponível em: <http://kucinski.com.br/pdf/livros_jornrevPrint.pdf> Acesso em: 09 set. 2018.
- KUNSCH, Margarida M. Krohling. *A mulher na agenda temática da pesquisa comunicacional: um recorte dos estudos de comunicação organizacional e relações públicas no Brasil*. In: MELO, José Marques de; GOBBI, Maria Cristina; BARBOSA, Sérgio (orgs.). *Comunicação Latino-Americana: o protagonismo feminino*. São Bernardo do Campo: UMESP; Adamantina: FAI, 2003. p. 55-73.
- LUYTEN, Joseph M. *Feminismo versus machismo: autoras mulheres na literatura de cordel*. In: MELO, José Marques de; GOBBI, Maria Cristina; BARBOSA, Sérgio (orgs.). *Comunicação Latino-Americana: o protagonismo feminino*. São Bernardo do Campo: UMESP; Adamantina: FAI, 2003. p. 142-155.
- MACIEL, Betania. *O lugar das mulheres: a presença “delas” na produção e divulgação de conhecimentos científicos*. In: MELO, José Marques de; GOBBI, Maria Cristina; BARBOSA, Sérgio (orgs.). *Comunicação Latino-Americana: o protagonismo feminino*. São Bernardo do Campo: UMESP; Adamantina: FAI, 2003. p. 119-132.
- MAGALHÃES, Maria José. *FEMINISMOS E LESBIANISMO: Derrubando o mito da Lavender Menace*. 2010. Disponível em <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/35074/2/86127.pdf>> Acesso em: 11 nov. 2018.
- MICHAELIS, Dicionário. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/ismo/>> Acesso em: 15 nov. 2018.
- MONTENEGRO, Ana. *Ser ou não ser feminista*. Recife: Guararapes, 1981.
- MOREIRA, Sonia Virgínia. *Mídia e mulheres: uma pauta em evolução*. In: MELO, José Marques de; GOBBI, Maria Cristina; BARBOSA, Sérgio (orgs.). *Comunicação Latino-Americana: o protagonismo feminino*. São Bernardo do Campo: UMESP; Adamantina: FAI, 2003. p. 136-139.
- MÜLLER, Carlos Alves. *A crise estrutural dos jornais e o surgimento das mídias digitais. Impactos sobre a produção jornalística*. In: PEREIRA, Fábio Henrique; MOURA, Dione Oliveira; ADGHIRNI, Zélia Leal (orgs.). *Jornalismo e sociedade: teorias e metodologias*. Florianópolis: Editora Insular, 2012. p. 145-165.
- NONATO, Claudia. *Revista ALTERJOR. Blogs, colaborativismo e crowdfunding: novos arranjos para o livre exercício do jornalismo e a prática da cidadania*. Grupo de Estudos Alterjor: *Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP)*. Ano 06 - Volume 02 - Edição 12 – Junho/Dezembro de 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/99094>> Acesso em: 27 fev. 2018.
- OLIVEIRA, João Manuel de. *Feminisms inhabit hyphenated spaces: location and intersectionality of feminist knowledges*. *Ex aequo*, Vila Franca de Xira, n. 22, p. 25-39, 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602010000200005&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 17 abr. 2018.

OLIVEIRA, João Manuel de. Os feminismos habitam espaços hifenizados - A Localização e interseccionalidade dos saberes feministas. *Ex aequo*, Vila Franca de Xira, n. 22, p. 25-39, 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S0874-55602010000200005&script=sci_arttext&lng=en> Acesso em: 01 nov. 2018.

OLIVEIRA, Luana Farias. Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à Ditadura Militar (1964-1985). *Revista Periódicus*, v. 1, n. 7, p. 06-19, 2017.. Disponível em:

<<https://rigs.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/21694>> Acesso em: 11 nov. 2018.

OMS, Carolina. Entrevistadora: Naiara Silveira. 2018.

PEREIRA, Fábio Henrique; MOURA, Dione Oliveira; ADGHIRNI, Zélia Leal (orgs.). *Jornalismo e sociedade: teorias e metodologias*. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

QUADROS, Mirian; ASSMANN, Gabriela; LOPEZ, Debora Cristina. A análise de conteúdo nas pesquisas brasileiras em comunicação: aplicações e derivações do método. In BARICHELLO, Eugenia Mariano da Rocha; RUBLRSCKI, Anelise (orgs.). *Pesquisa em Comunicação: olhares e abordagens*. Santa Maria: Facos – UFSM, 2014. p. 89-107.

RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós) modernidade no Brasil. *Cadernos Ael*, v. 2, n. 3/4, 2012. Disponível em:

<<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2612>> Acesso em: 27 out. 2018.

RAMOS, Daniela Osvald. Iniciativas de Jornalismo Independente no Brasil e Argentina. *Revista Extraprensa*, v. 9, n. 1, p. 114-123, 2015. Disponível em: <

<http://www.periodicos.usp.br/extraprensa/article/view/104463>> Acesso em: 27 fev. 2018.

REED, Evelyn. *Sexo contra sexo ou classe contra classe*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

REYNOSO, Norma Patricia Maldonado. La mujer como eje tematico de la investigación comunicacional. In: MELO, José Marques de; GOBBI, Maria Cristina; BARBOSA, Sérgio (orgs.). *Comunicação Latino-Americana: o protagonismo feminino*. São Bernardo do Campo: UMEP; Adamantina: FAI, 2003. p. 23-30.

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. X SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 2013. Disponível em:

<https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/49626474/1384446117_ARQUIVO_CristianoRodrigues.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1543436751&Signature=YtTaJvQUJjQhQtCR%2Fq0I3HMi9TA%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DATUALIDADE_DO_CONCEITO_DE_INTERSECCIONAL.pdf> Acesso em: 20 nov. 2018.

ROSA, Guilherme Carvalho da; BRONOSKY, Marcelo. *Jornalismo alternativo no Brasil: do impresso ao digital*. *Pauta Geral*, v. 4, n. 1, p. 21-29, 2017. Disponível em:

<<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6124734>> Acesso em: 27 fev. 2018.

ROXO, Marco. *Jornalistas pra quê? Militância Sindical e o Drama da Identidade Profissional*. – 1. ed. – Curitiba: Apris, 2016.

SANTOS, Gilayne Ferreira dos. Emma: uma leitura sobre a ironia e o feminismo. 2014. Disponível em:

<<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/4496/1/PDF%20-%20Gilayne%20Ferreira%20dos%20Santos.pdf>> Acesso em: 24 set. 2018.

SCALZO, Marília. Jornalismo de revista. Editora contexto, 2003.

SCAVONE, Lucila. Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e ciências sociais. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. Feminismo radical–pensamento e movimento. Travessias, v. 2, n. 3, 2008. Disponível em:

<<http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/viewFile/3107/2445>> Acesso em: 25 out. 2018.

SILVA, Luiz Martins da. Jornalismo e pós-jornalismo, trabalho e sobretrabalho. Esferas, n. 2, 2013. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/viewFile/4723/2996>> Acesso em: 20 nov. 2018.

SOSTER, Demétrio de Azeredo. O jornalismo em novos territórios conceituais: internet, midiatização e a reconfiguração dos sentidos midiáticos. 2009. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/2526/DemetrioSosterComunicacao.pdf?sequence=1>> Acesso em: 05 set. 2018.

SOUSA, Jorge Pedro. Elementos de jornalismo impresso. Letras Contemporâneas, 2005. Disponível em:

<<http://bocc.ufp.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>> Acesso em: 19 abr. 2018.

SUPER INTERESSANTE. Como foi o impeachment de Collor? Publicação datada de 24 de maio de 2013. Disponível em <

<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/como-foi-o-impeachment-de-collor/>> Acesso em: 02 set. 2018.

TRAQUINA, Nelson. Jornalismo. Quimera, 2007.

VAKINHA. Nossas taxas e prazos. Disponível em:

<<http://blog.vakinha.com.br/nossas-taxas-e-prazos/>> Acesso em: 28 nov. 2018.

VECCHIO-LIMA, Myrian Del; SOUZA, Humberto da Cunha Alves de. Espaços alternativos na internet como formas de visibilizar as mulheres no jornalismo brasileiro. Media & Jornalismo, Lisboa, v. 17, n. 31, p. 131-152, dez. 2017. Disponível em:

<http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2183-54622017000200010&lng=pt&nrm=iso> Acessos em: 17 abr. 2018.

VEIGA, Márcia. Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias. 2010. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em:

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25629/000753018.pdf?sequence=1&locale>> Acesso em: 16 abr. 2018.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista | Helena Bertho

Questões – Helena Bertho


1. Qual é a sua trajetória com o jornalismo feminista? Começou na AzMina ou a vontade de aliar as duas temáticas veio antes da revista?
2. E na AzMina, qual é a sua história? Começou em qual ano, como ingressou, com quais perspectivas?
3. Você acredita que é importante que se discuta o feminismo e as questões femininas dentro do jornalismo? Por quê?
4. Como funciona a distribuição/seleção/criação de pautas dentro da AzMina?
5. E a partir de uma determinada pauta, qual é o seu processo para buscar as fontes (você dá preferências à mulheres, busca referências)?
6. Especificamente na reportagem sobre ideologia de gênero, você entrevistou uma mulher (Andressa Pellanda) e citou um artigo de um homem (Rogério Diniz Junqueira). Entretanto, você afirma, ao fim da reportagem, que tentou contato com outros nomes de estudiosos sobre o tema. Lembra-se de quais foram os impedimentos para as entrevistas?
7. Num contexto geral, como foi essa produção investigativa?
8. É uma preocupação, por exemplo, conversar com mais mulheres do que homens, colocando as mulheres no centro do discurso jornalístico da AzMina?
9. Na reportagem sobre as candidatas laranjas, houve uma maior preocupação investigativa, certo? Como foi aquela produção, no sentido de processo de produção?
10. Para finalizar, qual é, na sua opinião, a vertente feminista com a qual a AzMina mais se corresponde, durante as produções?

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista | Carolina Oms

Questões – Carolina Oms

1. Qual é a sua trajetória com o jornalismo feminista? Começou na AzMina ou a vontade de aliar as duas temáticas veio antes da revista?
2. E na AzMina, qual é a sua história? Começou em qual ano, como ingressou, com quais perspectivas?
3. Você acredita que é importante que se discuta o feminismo e as questões femininas dentro do jornalismo? Por quê?
4. Como funciona a distribuição/seleção/criação de pautas dentro da AzMina?
5. E a partir de uma determinada pauta, qual é o seu processo para buscar as fontes (você dá preferências à mulheres, busca referências)?
6. Na reportagem sobre os ingredientes prejudiciais, há uma preocupação com ser explicativa e trazer soluções viáveis. Isso se deu devido ao público da AzMina ser amplo e variado?
7. É importante, para você, falar com qualquer tipo de público?
8. Na mesma reportagem, você entrevistou um homem e três mulheres. É importante trazer as mulheres para o centro do discurso jornalístico? Por quê?
9. Na reportagem sobre depilação, você se preocupou em trazer aos leitores três cases femininos, uma professora especialista (com dados e um estudo sobre o tema) e duas médicas, além de um homem, professor. Quais foram as razões dessas escolhas?
10. Para finalizar, qual é, na sua opinião, a vertente feminista com a qual a AzMina mais se corresponde, durante as produções?

ANEXO 1 – Reportagem 1


Reportagens - Opinião - Especiais - Quem somos - Educacional
f t i y


REPORTAGENS > DESCOMPORTADAS

#HOMÃODAPORRA: ELOGIO AJUDA OU ATRAPALHA O FEMINISMO?

Da porta pra fora, a luta contra o machismo é política. Mas, dentro de casa, neurociência e pedagogia podem nos ajudar

f
t
G+

por Nana Queiroz
30 de agosto de 2017



Rodrigo Hilbert, eleito #HomãoDaPorra pelas redes sociais. Elogia-lo ajuda ou atrapalha o feminismo? Foto: Divulgação

Rodrigo Hilbert é um #HomãoDaPorra, decretaram as redes sociais. Ele está nos padrões de beleza, é bom pai, cozinha bem (e limpa a sujeira depois). Mas elogiar um homem por, como todas nós sabemos, “não fazer mais que sua obrigação” ajuda ou atrapalha o feminismo?

Especialistas ouvidas pela **Revista AzMina** opinam: da porta pra fora, a luta contra o machismo é coletiva e política. Mas, dentro de casa, a neurociência e a pedagogia podem nos ajudar a mudar o comportamento

AJUDE AZMina
A SEGUIR PRODUZINDO
CONTEÚDO ABERTO
E GRATUITO PARA TOD@S!
assine aqui

ANEXO 2 – Reportagem 2


Reportagens - Opinião - Especiais - Quem somos - Educacional
f t i y
Q

REPORTAGENS - DINHEIRO

CEDER OU DESISTIR: COMO O MERCADO ESTÁ TRANSFORMANDO PROFISSIONAIS EM DONAS DE CASA

No braço de ferro por dar tudo no trabalho, muitas mulheres têm optado por dar nada - e voltam para a tarefa de serem mães em tempo integral



por Nana Queiroz
8 de janeiro de 2018







Profissão mãe: Renata posa com as filhas Isabel, 2 anos, e Bárbara, de 11 meses. Sua esperança é de um mercado que um dia aceite suas necessidades enquanto mãe - e ser humano. FOTO: Arquivo pessoal

Em 2016, as amigas Thatiane e Renata eram duas estrelas de 30 e poucos anos em ascensão no mercado da tecnologia. Em apenas um ano, elas se tornaram representantes de duas extremidades de um movimento que tem acometido cada vez mais mulheres no mercado de trabalho: lean in (ou ceder, dar tudo) ou opt out (desistir).

AJUDE AZMina
A SEGUIR PRODUZINDO
CONTEUDO ABERTO
E GRATUITO PARA TOD@S!
assine aqui

ANEXO 3 – Reportagem 3



**LARANJAS PROFISSIONAIS?
COM ZERO VOTOS EM ELEIÇÕES ANTERIORES,
ELAS SÃO CANDIDATAS EM 2018**

Fomos atrás das 37 suspeitas de entrar nas eleições só para cumprir a lei. Uma delas nem sabia que era candidata.

ANEXO 4 – Reportagem 4

AZMina Reportagens - Opinião - Especiais Quem somos Educacional

f t i y

REPORTAGENS - POLÍTICA

IDEOLOGIA DE GÊNERO: ENTENDA O ASSUNTO E O QUE ESTÁ POR TRÁS

Um movimento que pretende destruir a família? Aulas de sexo na escola? Do que exatamente estamos falando quando se fala em ideologia de gênero?

f
t
G+

por Helena Bertho
23 de outubro de 2018

Imagem usada em página contra a ideologia de gênero no Facebook. (Reprodução)

AJUDE AZMina
A SEGUIR PRODUZINDO
CONTEUDO ABERTO
E GRATUITO PARA TODOS!
assine aqui

Ele também é contra a ideologia de gênero, que quer que aceitemos que ninguém nasce homem ou mulher”, escreveu uma integrante do grupo “Mulheres unidas a favor de Bolsonaro”, no Facebook. “O Haddad e o vice dele, Jean Willys [a vice de Fernando Haddad é, na verdade, Manuela D’Ávila], essa corja aí, disse que vai ensinar as crianças a ideologia de gênero, elas quem vão escolher o sexo e os pais não vão poder se meter nisso”, disse outra integrante do grupo.

ANEXO 5 – Reportagem 5




AZMina
Reportagens - Opinião - Especiais - Quem somos - Educacional

[f](#) [t](#) [i](#) [v](#)

REPORTAGENS > BELEZA PURA


COMO EVITAR INGREDIENTES QUE PODEM PREJUDICAR SEU CORPO E O MEIO-AMBIENTE

Você já parou pra ler a composição dos produtos que usa?
AzMina foi investigar e traz alternativas para quem busca uma
vida mais natural e produtos mais artesanais

por Carolina Oms
22 de maio de 2017

AJUDE AZMina
A SEGUIR PRODUZINDO
CONTEÚDO ABERTO
E GRATUITO PARA TOD@S!
assine aqui



Juliana usa máscara de argila caseira. Veja receitas aqui. Foto: André Oliveira Oms

A lumínio, derivados de petróleo, formol, parabenos. Você já parou pra ler a composição dos produtos que utiliza na sua pele? Conseguiu entender o que aquele amontoado de nomes científicos podem fazer com seu corpo?

Cada vez mais consumidores têm procurado se informar sobre as fórmulas

ANEXO 6 – Reportagem 6


Reportagens -
Opinião -
Especiais
Quem somos
Educativa
f
t
i
v
Q

REPORTAGENS - DESCOMPORTADAS

DEPILAÇÃO: EXISTE MACHISMO EM CADA PELO QUE ARRANCAMOS?

Por que mulheres arrancam, raspam e aparam cada pelo que cresce em seu corpo? É mais higiênico se depilar? Existem razões médicas pra isso? Sou menos feminista se quiser me depilar?

f

por Carolina Oms
11 de junho de 2018

t

G+



Por que mulheres arrancam, raspam e aparam cada pelo que cresce em seu corpo? Sou menos feminista se quiser me depilar? Foto: Publicidade veiculada na revista americana Harper's Bazaar

Pelos incomodam. Enquanto crescem, quando são (dolorosamente) retirados e se insistem em ocupar o lugar que a natureza lhes colocou: nosso corpo. As justificativas para depilação são muitas. São feios, são sujos, são masculinos. Crescemos assistindo nossas mães, irmãs e amigas passarem por semanais rituais de purificação dessa que só é uma maldição para quem se torna mulher.

{ ASSINE A NEWSLETTER D'AZMINA }

AJUDE AZMina
A SEGUIR PRODUZINDO
CONTEÚDO ABERTO
E GRATUITO PARA TOD@S!
assine aqui